



ISSN: 2675-2697

Volume 2 - Número 2 - 2020

Mares

Revista de Geografia e Etnociências

Mares: Revista de Geografia e Etnociências

<http://revistamares.com.br/>

Volume 2, Número 2, 2020

ISSN: 2675-2697

Rede de Geografias da Pesca

Universidade Federal do Pará - Campus Altamira

Av. Cel. Porfírio, 2515

CEP: 68372-040 - Altamira PA

Editores

Cristiano Quaresma de Paula

Christian Nunes da Silva

Conselho Editorial

Catia Antonia da Silva (NUTEMC – UERJ FFP)

Catherine Prost (COSTEIROS - UFBA)

Cristiano Quaresma de Paula (NEGA – UFRGS)

Christian Nunes da Silva (GAPTA - UFPA)

Eduardo Schiavone Cardoso (GTA UFSM)

Guiomar Germani (GeograFAR – UFBA)

Gustavo Goulart Moreira Moura (GERPCAM - UFPA)

Kássia Norberto Rios (LIECTT – UFRB)

Sueli Angelo Furlan (NUPAUB – USP)

Conselho Intercientífico

Adrian Ribaric (USP)

Adolfo da Costa Oliveira Neto (UFPA)

Alan Nunes Araújo (UFPA)

Alpina Begossi (UNICAMP)

Amintas Nazareth Rossete (UEMT)

Ana Paulina Aguiar Soares (UEA Manaus)

Andréa Regina de Britto Costa Lopes (UNIFESSPA)

Antonio Carlos Diegues (USP)

António Domingos Braço (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Antonio Vinhas (PUC Rio)

Camilah Antunes Zappes (UFF e UFES)

Carla Joelma de Oliveira Lopes (UFPA)

Carlos Rerisson Rocha da Costa (UESPI)

Carlos Walter Porto Gonçalves (UFRJ)

Catherine Prost (UFBA)

Catia Antonia da Silva (UERJ)

César Augusto Ávila Martins (FURG)

Christian Nunes da Silva (UFPA)

Cristiano Quaresma de Paula (UFPA)

Cristiano Ramalho (UFPE)

Danilo Sodré (UFPA)

David MacGrath (EUA)

Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)

Ederson Silva (FURG)

Eduardo Schiavone Cardoso (UFSM)

Eline Almeida Santos (UFS)

Elionice Conceição Sacramento (MPP)

Francisco José Bezerra Souto (UEFS)

Gabriela Coelho de Souza (UFRGS) Gracilene de Castro Ferreira (UFPA)

Gracilene de Castro Ferreira (UFPA)

Guiomar Germani (UFBA)

Gustavo Moura (UFPA)

Isac Oliveira (APAPG)

José Ángel Quintero Weir (Universidad de Zulia - Venezuela)

José Ignacio Vega Fernández (UFPE)

José Geraldo Marques (UEFS)

Jussara Cristina Vasconcelos Rêgo (Marsol)

Karyn Rodrigues Enriques (Universidad de La Laguna – Espanha)

Kássia Norberto Rios (UFRB)

Laís Rodrigues Campos (UFG)

Leopoldo Cavaleri (UNICAMP)

Liandra Caldasso (FURG)

Luceni Hellebrandt (UENF)

Manoel Masulo da Cruz (UFAM)

Maria Lúcia Brito (UECE)

Mariana Neves Cruz Mello (UEPA)

Marie Christine Cormier-Salem (IRD – França)

Michel Thiollent (UNIGRANRIO)

Miguel Accioly (UFBA)

Nemer Narchi (Colégio de Michoacán - México)

Oriana Trindade de Almeida (UFPA)

Raimundo Alberto Mulhaisse (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Raquel de Carvalho Dumith (UFF)

Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP)

Rogério Haesbaert (UFF)

Sammer Gilio-Dias (UFRGS)

Shauane Itainhara Freire Nunes (IF Bahiano)

Suana Medeiros Silva (UFPE) Sueli Angelo Furlan (USP)

Tatiana Walter (FURG)

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho (UFPA)

Valter Carmo Cruz (UFF)

Zacarias Augusto Rungo (Universidade Pedagógica – Moçambique)

SUMÁRIO

Editorial

Cristiano Quaresma de Paula	5
-----------------------------------	---

Artigos Científicos

ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL DO POVOADO DE PESCADORES ARTESANAIS DE MONGUÉ NO MUNICÍPIO DA MAXIXE

Zacarias Augusto Rungo, Joaquim Gomes Andre Chitata	7-15
---	------

ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DA COBERTURA VEGETAL E USO DA TERRA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ- TAPERACU, BRAGANÇA, PARÁ

Sheyla da Silva Leão, Alan Nunes Araújo, Lorena Maria Mourão de Oliveira	17-30
--	-------

ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO: O LUGAR DO ENTREPOSTO FEDERAL NOS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PESCA NA METRÓLE DO RIO DE JANEIRO

Luís de Souza Junior	31-39
----------------------------	-------

ESTUDO DAS ARTES DE PESCA ATRELADAS ÀS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE DO PORTO HISTÓRICO DE SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Patrick Lóss Fernandes da Silva, Júlia Sacramento Barbosa, Juliana Silvaes Andreino, Carolina de Farias Brandão, Jasmyn Tognere , Júlia Marques de Oliveira , Marielce de Cássia Ribeiro Tosta ..	41-51
---	-------

CARTOGRAFIA SOCIAL: LUGAR DE ENUNCIÇÃO INSTITUINTE DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NOS GERAIS

Rafael Pereira Santos, Roberta Alves Silva	53-59
--	-------

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DE ITAIPU

Pedro Benicio Almeida Pinto, Rafael Schneider Bastos, Everthon Cosme de Sousa	61-71
---	-------

PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS SILENCIADOS: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS EM PERNAMBUCO

Beatriz Rocha Lins da Silva, Gilberto Gonçalves Rodrigues	73-84
---	-------

A DEGRADAÇÃO DA BAÍA DE SEPETIBA (RJ) PELA RELAÇÃO PERIGOSA DO CAPITAL COM A NATUREZA: A DIFÍCIL CONDIÇÃO DE SER PESCADOR ARTESANAL

Antonio Lopes Ferreira Vinhas	99-110
-------------------------------------	--------

NASCER, VIVER, PESCAR E MORRER: O PARADOXO DA CORAGEM NA PESCA NO PÉ DA BARRAGEM NA UHE TUCURUÍ-PA

Mariana Neves Cruz Mello, Antonio Marcos de Melo Xavier, Fagner de Melo Xavier 85-98

Resenhas

O ESTADO MUNDIAL DA PESCA E AQUICULTURA EM 2020

Dorival Bonfa Neto 111-114

Artigos Intercientíficos

PEQUENO GLOSSÁRIO DE TERMOS POPULARES DOS PESCADORES ARTESANAIS DO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS

Nilmar Conceição, Viviane Machado 115-119

Editorial

Prezadas leitoras, prezados leitores

Infelizmente os melhores prognósticos sobre a pandemia de COVID-19 não se confirmaram, e apresentamos essa quarta edição da **Mares - revista da Geografia e Etnociências**, em um dos piores momentos da saúde pública vividos no Brasil e no mundo.

Concebemos os artigos do **Volume 2, Número 2 de 2020**, como expressão da resistência de pesquisadoras e pesquisadores de diversas partes do Brasil e do exterior que, mesmo sobrecarregados com os trabalhos remotos, híbridos e presenciais, dedicaram-se a comunicar suas reflexões. São pessoas que produziram seus textos em condições, por vezes desfavoráveis, dividindo-se entre o trabalho e a vida familiar neste período de diversas crises. Por isso de antemão queremos agradecer esse esforço! Estendemos a nossa gratidão aos profissionais que dedicaram seu valioso tempo na avaliação dos artigos.

A pandemia tem sido sentida em muitas instâncias da vida. Nós, que trabalhamos e pesquisamos junto às comunidades pesqueiras nos vemos diante da necessidade de distanciamento, quando estávamos acostumados(as) à proximidade. Nosso contato com as comunidades tem sido cada vez mais pelos meios da internet. Tornou-se “comum” o contato por mensagens e o uso de videoconferências em reuniões de grupos e movimentos sociais. Mas estamos todos(as) exaustos(as). Precisamos nos (re)conectar a partir do contato próximo, das trocas de saberes e afetividades.

Por outro lado, o distanciamento é necessário, e temos a responsabilidade de seguir as diretrizes de cuidados apontadas pelas pesquisas científicas. Até que haja vacina por todas e todos, teremos que cuidar um(a) do(a) outro(a) ao máximo, para vislumbrar um amanhã compartilhado.

Também sugerimos que todas e todos acompanhem e colaborem com o *Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras*. Essa iniciativa dos movimentos sociais da pesca, encontrou o apoio de pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil, e tem elaborado boletins epidemiológicos diários e semanais que permitem compreender o panorama da pandemia nas localidades, e enfrentar as invisibilidades que são sujeitadas às comunidades pesqueiras.

A revista **Mares** reforça sua disposição à comunicação intercientífica e se coloca como um espaço de manifestações e resistências científicas e sociais.

Registramos aqui nossa homenagem às companheiras e aos companheiros, pescadores, pescadoras, pesquisadores, pesquisadoras, que não resistiram às complicações da COVID-19. Nossa luta é para que seus legados tenham continuidade.

Cristiano Quaresma de Paula

Rede de Geografias da Pesca

ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL DO POVOADO DE PESCADORES ARTESANAIS DE MONGUÉ NO MUNICÍPIO DE MAXIXE

*HISTORICAL AND SOCIOCULTURAL APPROACH OF FISHERMAN VILLAGE OF MONGUÉ IN THE
MUNICIPALITY OF MAXIXE*

*ENFOQUE HISTÓRICO Y SOCIOCULTURAL DEL PUEBLO PESQUERO DE MONGUÉ EN EL MUNICIPIO
DE MAXIXE*

RUNGO, Zacarias Augusto

CHITATA, Joaquim Gomes Andre

RESUMO

O povoado de Mongué situa-se no extremo Nordeste do Município de Maxixe concretamente na localidade de Tinga-Tinga. Dista a cerca de 21 km da área central do Município da Maxixe. E encontra-se limitado a norte pela baía de Inhambane que o separa do Distrito de Morrumbene, a Sul pela Sede da localidade de Tinga-Tinga, a oeste pela localidade de Bato e a Este pela Baía de Inhambane. O povoado tem uma área de aproximadamente 590 hectares e apresenta-se como uma área de grande importância para o próprio Município pelo facto de se encontrar no limite do perímetro urbano e simultaneamente, numa zona de grande interesse a nível turístico, histórico-cultural e ambiental. A história do povoado de Mongué está vinculada a Missão São José de Mongué. Contudo, apesar da relação existente entre a Igreja e a comunidade local, o povoado sempre teve sua história, seus valores e costumes directamente relacionados com a prática da pesca artesanal de subsistência, com recurso a canoas, armadilhas diversas e redes de pesca diferenciada.

Palavras-chave: História Local. Potencialidades Socioculturais. Povoado.

ABSTRACT

The village of Mongué is located in the extreme north-east of the municipality of Maxixe, specifically in the town of Tinga-Tinga. It is about 21 km from the central area of the municipality of Maxixe. It is bounded to the north by the bay of Inhambane, which separates it from the district of Morrumbene, to the south by the town of Tinga-Tinga, to the west by the town of Bato and to the east by Inhambane Bay. The village has an area of approximately 590 hectares and is of great importance to the municipality itself because it is on the edge of the urban perimeter and at the same time, in an area of great interest in terms of tourism, history, culture and the environment. The history of the town of Mongué is linked to the São José de Mongué Mission. However, despite the relationship between the Church and the local community, the town has always had its history, values and customs directly related to the practice of subsistence fishing, using canoes, various traps and differentiated fishing nets.

Keywords: Local History. Sociocultural Potentialities. Village.

RESUMEN

El pueblo de Mongué se encuentra en el extremo noreste del municipio de Maxixe, concretamente en la ciudad de Tinga-Tinga. Se encuentra a unos 21 km de la zona central del municipio de Maxixe. Está limitada al norte por la bahía de Inhambane que la separa del distrito de Morrumbene, al sur por la sede de la localidad de Tinga-Tinga, al oeste por la localidad de Bato y al este por la bahía de Inhambane. El asentamiento tiene una superficie aproximada de 590 hectáreas y es de gran importancia para el propio Municipio debido a que se encuentra en el límite del perímetro urbano y simultáneamente en una zona de gran interés turístico, histórico, cultural y ambiental. La historia de la ciudad de Mongué está ligada a la Misión de São José de Mongué. Sin embargo, a pesar de la relación entre la Iglesia y la comunidad local, el pueblo siempre ha tenido su historia, valores y costumbres directamente relacionados con la práctica de la pesca de subsistencia, utilizando canoas, diversas trampas y redes de pesca diferenciadas.

Palabras clave: Historia local. Potencialidades socioculturales. Pueblo.

INTRODUÇÃO

A questão da conservação de recursos naturais desde os tempos da antiguidade, tem sido parte integral de algumas comunidades locais. Como afirma Jayarajan, (2004) a exaltação aos recursos naturais é a chave forte na determinação das posturas humanas perante a conservação e a utilização sustentável dos seus recursos

Os saberes das comunidades tradicionais são importantes ferramentas para promover à gestão dos recursos naturais. Pois, os conhecimentos, costumes, valores e visões dos grupos culturais diretamente ligados ao meio natural podem nos guiar pelos caminhos do desenvolvimento. Desta feita, o estudo dos aspetos históricos e socioculturais do Povoado de Pescadores Artesanais de Mongué no Município da Maxixe constitui um mecanismo para a promoção da inclusão social no desenvolvimento do território através da descrição do seu potencial histórico e cultural. Pois, a existência de recursos conservados a nível das comunidades, simboliza o esforço da comunidade em preservar para as gerações futuras um lugar onde a natureza e a sua força se mantenham intacta (Dava, 1998).

Atualmente a condição de conservação dos ecossistemas e do património histórico de Mongué é preocupante pois, nos derradeiros anos tem se observado uma tendência crescente degradação dos recursos naturais assim como dos aspectos socioculturais devido ao desgaste do tecido social que outrora a comunidade tinha como crenças e costumes tradicionais, quebrando alguns ditados estabelecidos no passado.

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo analisar os aspectos históricos e socioculturais da comunidade de pescadores artesanais de Mongué, no litoral da baía de Inhambane, Município da Maxixe mediante um trabalho de campo coadjuvado por um levantamento bibliográfico e documental. Como também foram utilizados recursos do Google Earth Pro, ArcGis 10.5 para produção de mapas e análise de imagens satélites, a partir dos trabalhos de observações em campo.

ÁREA DE ESTUDO

O município da Maxixe coincide com mesma área ocupada pelo traçado do distrito de Maxixe em termos de limites de jurisdição político-administrativa e faz parte do território moçambicano, localizado na costa sudeste da baía de Inhambane, província do mesmo nome, entre as coordenadas 23° 41' 30" e 24° 03' 30" de latitude Sul, e 35° 12' 30" e 35° 21' 30" de longitude Este. É limitado a Norte e Noroeste pelo distrito de Morrumbene através da margem direita do rio Nhanombe, a Sul pelo distrito de Jangamo, a Oeste e Sudoeste pelo distrito de Homoine, a Este pela Cidade de Inhambane através da Baía de Inhambane (CHITATA, 2020).

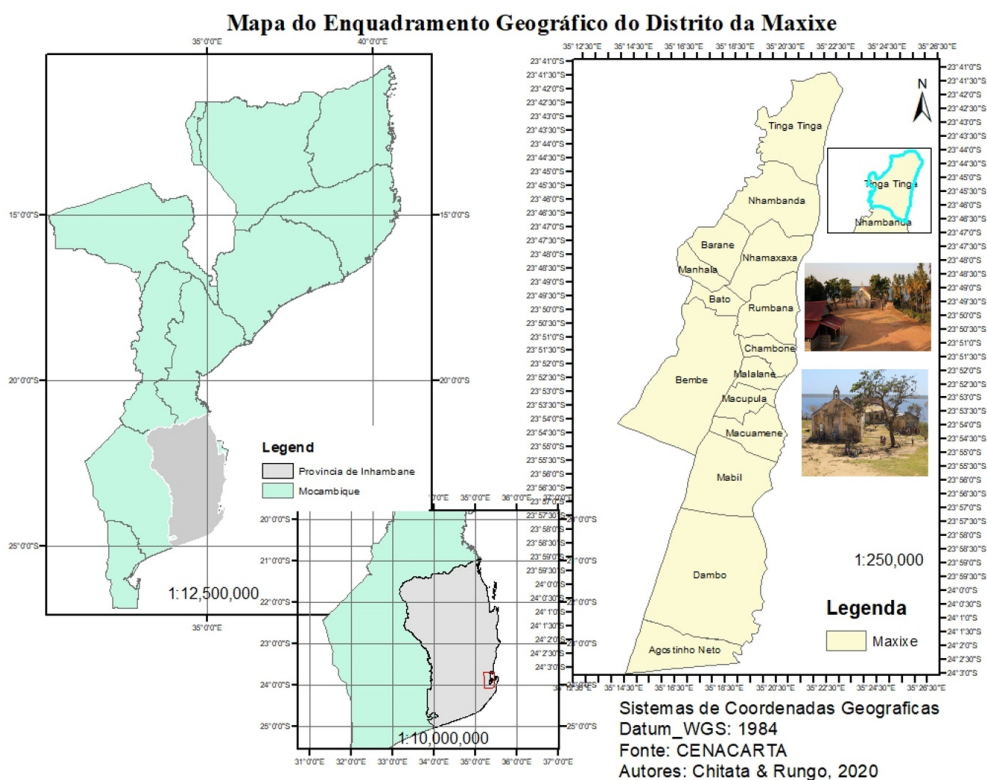
Em termos de extensão territorial, o município de Maxixe ocupa uma superfície terrestre de 268 Km² de terra firme (INE, 2012). Quanto à divisão administrativa, este é constituído por quinze bairros/localidade, nomeadamente: Tinga-Tinga, Nhabanda, Nhamaxaxa, Barane, Manhala, Bato, Rumbana, Chambone, Bembe, Malalane, Macupula, Macuamene, Mabil, Dambo e Agostinho Neto (Figura 1).

O povoado de Mongué situa-se a Nordeste do Município da Maxixe concretamente na localidade de Tinga-Tinga. Este é o primeiro bairro/localidade do Norte a Sul que dista a cerca de 21 km da área central do Município da Maxixe (bairro Chambone). E encontra-se limitado a Norte e Nordeste pela foz do rio Inhanombe e baía de Inhambane que o separa do distrito de Morrumbene, a Sul pela Sede da localidade de Tinga-Tinga, a oeste pelo rio Inhanombe que separa com o distrito de Homoine e a Este pela Baía de Inhambane.

MONGUÉ: UM POVOADO HISTÓRICO A NÍVEL DO MUNICÍPIO DA MAXIXE

No período entre os séculos XV e XVI, assiste-se à chegada dos primeiros Portugueses no povoado da Maxixe. Ao longo dos anos 1860, os portugueses construíram o quartel da Maxixe em Nhafokuene vulgo Maxixe velha. A partir dessa ocupação, já em 1970, encontraram o Clã (*Massissi*) a qual originou a actual designação "Maxixe" que provém do termo "*Matsitsi*" como os nativos bitongas chamavam o Nhafokuene, actual Maxixe velha. Como referiu o actual régulo *Mathsithi* (2018cp) pertencente ao Clã *Matsitsi* no Município da Maxixe:

Figura 1. Mapa do Enquadramento Geográfico do Município/Distrito de Maxixe



Fonte: Autores, 2020.

[...] o nome "Maxixe" deriva do nome de um chefe de terras (Régulo) chamado *Mathsithi*, (meu ascendente) que saído da região de Bazaruto por conflitos étnicos, refugiou-se nas terras da Maxixe, concretamente na região de Macupula. Os europeus-portugueses, interessados pelas mesmas terras para a instalação da ponte-cais e construir uma guarnição militar procuraram saber junto da comunidade local o responsável da comunidade, tendo a população referido que era *Mathsithi*, daí surge o nome Maxixe.

Apesar de ter sido de curta duração a sua estadia na região, o desenvolvimento da cidade tem a sua génese neste momento. Pois, os interesses coloniais intensificaram-se bastante com os relatórios enviados pela equipe missionária a corte portuguesa. Na mesma época, comerciantes indianos construíram e ampliaram os seus interesses na região, com a construção de cantinas comerciais, principalmente na actual Maxixe Velha.

A designação do povoado pelo nome Mongué é histórica e bastante complexa e remonta a quando da penetração mercantil portuguesa, as fontes que existem sobre a terminologia usada para a região são basicamente orais, baseando-se em contos que ouviram falar dos seus descendentes e que de geração em geração, a informação tem se preservado até a atualidade. O povoado esteve, desde há muito tempo ligado a Igreja Católica, por isso que, a história da região, em parte se confunde bastante com a história da Missão São José de Mongué, fundada em 1890 pelo padre Jesuíta José Victor Courtois.

A questão da origem do nome Mongué tem a sua explicação no processo de travessia da região para Morrumbene. E segundo Nhabomba (2016_{cp})

[...] havia um canal de difícil travessia em que sempre encontrava-se um membro da comunidade para ajudar os viajantes no processo com recurso a um tronco cavado, que na língua materna é chamado *Mombo*, também designado por canoa, quando o maré vazava havia no meio do mar um baco chamado Nima que dava dor de cabeça porque tinha que dar muitas voltas para chegar ao destino e as pessoas chateadas diziam na língua bantu "NIMA WOWU PANDRA WONGO", que significa este lugar é quebra cabeça, sendo que WONGO significa miolo. certo dia, fazendo atravessar um grupo de portugueses que vinham numa mozena de Inhambane em direcção à Furvela-Morrumbene e chegados ao local, e estando a registar-se uma turbulência similar no processo da travessia, e interessado em perceber o que estava a acontecer, o Homem que ajudava na travessia, respondeu, dizendo "PANDRA WONGO." E ele entendeu Môngué. E assim, nascia a designação Môngué para o povoado.

O povoado de Mongué, historicamente era formado por pequenas aldeias de pescadores artesanais, onde as pessoas residentes viviam ou erguiam suas habitações em famílias alargadas, geralmente chefiadas por um indivíduo mais idoso da linhagem. Como norma, cada área abrangida pela aldeia era conhecida pelo nome do antepassado comum daquela família. Com a intensificação da guerra civil em Moçambique, assiste-se movimentação de várias pessoas que teriam contribuído para a existência de outras linhagens ou famílias no povoado. As principais famílias originárias de Mongué são os *Wana Ruvhaly*, que se encontravam numa sua zona conhecida como *Ruvhaleny Nhaphuly* e *Wana Tsidry*, que eram imigrantes, provavelmente vindos de Nhampossa e fora lhes cedido pelo regulado local, a região de *Tsidreny*. A principal família da região denominava-se Guilundro, e era no seio deste grupo familiar que saíam as lideranças comunitárias do povoado.

De referir que, em termos de organização estrutural tradicional, o povoado de Mongué sempre pertence ao regulado de Tinga-Tinga. Portanto, o território é dirigido por um cabo de terra, mas nesse momento não há cabo de terras em Mongué, porque as famílias legítimas estão dispersas, não se encontra um substituto. Atualmente, o poder tradicional é exercido pela rainha da família Nhassengo, residente em Tinga-Tinga.

MECANISMOS DE OBTENÇÃO DE ESPAÇO HABITACIONAL EM MONGUÉ

No povoado de Mongué, existem dois sistemas de posse de terra: o consuetudinário ou costumeiro e o formal. Os sistemas consuetudinários podem ser regidos pelas autoridades locais, assim como no seio familiar através de um consenso entre os seus membros, enquanto o sistema formal é regido pelo governo e, é exercido para aquisição de talhões mediante requerimento às autoridades municipais. Sobre este processo Nhabomba (2016_{cp}) referiu:

[...] durante muito tempo, o direito de uso e aproveitamento de terra em Mongue, era feito mediante ocupação histórica, ou seja, na base de uso consuetudinário da terra. Esta situação começa a mudar com a chegada da rede elétrica de Cahora Bassa. Pois, muitas pessoas começam a aliciar as famílias com direitos consuetudinário sobre a terra para obtenção de talhões e desta feita, tem se assistido à chegada de técnicos do CCM para demarcação de talhões para indivíduos vindos de outras regiões

Paralelamente a ocupação consuetudinária da terra e ao sistema formal, existem no povoado de Mongué sistemas locais de posse de terra. Normalmente, os pequenos proprietários negociam diretamente com uma família "abundante em terras" ou com as autoridades locais. Alguns pequenos proprietários, tanto homens como mulheres, conseguiram as suas terras por uma variedade de meios, incluindo o desbravamento de terras virgens, herança, empréstimo, casamento, aluguer e compra.

A herança é o sistema de posse de terra mais comum no seio familiar, consiste na transmissão de terras aos filhos, de preferência aos filhos do sexo masculino, pois estes garantem a continuação de uma determinada família. Este sistema de posse de terras tem gerado conflitos nos casos em que os filhos varões são muitos enquanto as terras não são suficientes ou quando outras são mais ricas ou extensas do que outras.

O empréstimo é uma outra forma de posse de terra que nos últimos anos tem ganhado mais campo devido ao aumento da população que se tem verificado e também das expropriações de terras que se verificam nas terras que foram abandonadas pelos colonos. Muitas pessoas se deslocam de um lado para o outro a procura de um espaço para praticar a agricultura ou construir casa. Neste processo, as mulheres adquirem os direitos de posse de terra através do casamento; no povoado de Mongué, uma mulher quando chega no lar adquire o direito de posse de uma terra para a prática da agricultura.

O aluguel é um sistema de posse de terra que se verifica no povoado de Mongué mas que não é habitual, acontece em alguns casos específicos, por exemplo, quando uma pessoa quer realizar explorar os coqueiros, quando pretende desenvolver a agricultura. Desta forma, na opinião de Nhabomba (2016_{cp})

[...] existem dois sistemas de aluguel de terra em que primeiro, o proprietário das terras recebe uma quantia determinada em dinheiro e o arrendatário recebe as terras por um tempo determinado mas, expirado o prazo as terras voltam ao proprietário sem a necessidade de devolução do dinheiro ao arrendatário e o segundo sistema, o proprietário recebe o dinheiro do arrendatário, aqui não existe um prazo estipulado, o proprietário logo que consegue o dinheiro que recebeu do arrendatário devolve e as terras voltam a sua disposição.

A aquisição de espaço residencial mediante troca por valores monetários é assistida pelos vizinhos do terreno, os chefes de 10 casas, o chefe do quarteirão e o secretário do Bairro com a sua comitiva e os possíveis herdeiros do vendedor. No ato, são elaboradas declarações de cedência do terreno, onde são descritas todas as árvores que constam no terreno e o valor que foi pago pelo comprador. Estas declarações são assinadas por todas as pessoas presentes.

ATIVIDADES ECONÓMICAS E INFRAESTRUTURAS DE MONGUÉ

A atividade básica desta população é a pesca artesanal, e por ser uma comunidade costeira, a agricultura constitui uma atividade complementar. Esta comunidade pratica outras atividades tais como: o artesanato, comércio e em número reduzido, a prestação de serviço na Missão São José e na Cidade da Maxixe. Todas estas atividades são destinadas à subsistência e em pequena escala, para o mercado.

A agricultura como a atividade dominante consiste no cultivo da mandioca, milho, gergelim, amendoim, abóbora, feijão, batata-doce, bananeira e tantas outras culturas. Nas proximidades da linha de costa, esta comunidade cultiva, o arroz, a alface, a couve, cebola, etc. Os animais que esta sociedade cria são o gado bovino, caprino, suíno e as aves com especial destaque para galinha e pato. Cria também alguns animais de estimação como o gato e o cão.

Figura 2 - Vista do Povoado de Mongué Fonte:



Autores, 2020.

Esta região, por ser rural é pobre em termos de infraestruturas públicas ou privadas. Contudo, conta com uma rede elétrica de Cahora Bassa que alimenta principalmente a Missão de Mongué. Tem uma escolinha sob a responsabilidade da Missão, as casas desta comunidade são construídas com material convencional e outras com material local. O material local que é mais utilizado é o caniço, macute, laca-lacas, barrotes e ripas.

De referir que a partir da Missão São José de Mongué, foram planificados e construídos os primeiros estabelecimentos escolares do ensino elementar a nível das áreas adjacentes a Igreja, nomeadamente: Nhabanda, Nhamaxaxa, Mandiane e Beúla. sobre este assunto, Pe.Victorio¹ (2014_{cp}) referiu que:

1. Padre da Congregação da Sagrada Família e Parco da Missão são José de Mongué entre 2004 à 2013..

[...] desde a criação da missão São José de Mongué em 1890, assistiu-se um esforço em levar o seu serviço, principalmente na área da educação à população das redondezas, através da criação de estabelecimentos de ensino nas aldeias que apresentavam uma concentração populacional significativo. E até a independência de Moçambique em 1975, a missão havia construído 5 estabelecimentos de ensino primário elementar, designadamente: Escola São José do Môngué fundada em 1901; Escola de Todos os santos de Nhabanda, fundada em 1943; Escola São Francisco de Nhamaxaxa, fundada em 1944, Escola Nossa Senhora de Lurdes de Mandiane, fundada em 1955 e a Escola Santo António de Beúla, fundada em 1964.

ECOSSISTEMAS LITORÂNEAS DE MONGUÉ E SUA RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICA

A caracterização climática constitui um dos aspectos essenciais para a definição das condições ambientais da região, onde as comunidades humanas desenvolvem diversas actividades, sendo o clima factor condicionante para o padrão da distribuição espacial e da dinâmica dos ecossistemas.

O povoado de Mongué e toda área que compreende o Município de Maxixe é tipicamente caracterizado por um clima tropical húmido, onde as temperaturas médias anuais oscilam entre 20,5°C a 26,9°C, sendo que a média máxima ocorre no mês de Janeiro e a mínima média em Julho. Quanto à precipitação, de forma geral, a época que regista maiores índices pluviométricos é do mês de Dezembro à Março, onde os índices pluviométricos mínimos registam-se no mês de Janeiro; o período que compreende os meses de Abril à Novembro apresentam baixos índices pluviométricos, sendo que os meses de Agosto e Setembro são os mais críticos (CHITATA, 2020). Em relação aos ventos, os mais predominantes são os de Sul a Este e, ocasionalmente de Norte a Este. A baía é ligeiramente protegida da influência de fenómenos naturais advindos do Oceano Índico, como são os casos de ondas e eventos fortes (INDA, 2011).

Os solos de Maxixe são constituídos por areias finas de baixa fertilidade e baixa retenção de água. Existem igualmente áreas pantanosas ao longo do rio Nhanombe e no litoral da cidade constituída por materiais mais finos (CMCM, 2008 apud FERNANDO & LIMA, 2012).

O povoado faz parte de uma zona de planícies e algumas depressões originadas por erosão, localizadas em toda a zona costeira, mas podem existir altitudes superiores a 150 m. A região de Mongué, em Maxixe é constituída por rochas do quaternário, na bacia sedimentar Karro. Ao longo do litoral encontram-se áreas aplanadas com uma grande largura assim como alguns pontos declivosos virados para a baía onde os fenómenos de erosão são acentuados (FERNANDO & LIMA, 2012). Sob o ponto de vista ecossistémico a região é constituída por uma diversidade de espécies, de grande relevância ambiental e socioeconômica, com destaque para vegetação de mangal, considerada extremamente frágil e de grande vulnerabilidade diante das ações das comunidades locais e por uma vegetação secundária.

Figura 3 - Vegetação costeira de Mongué



Fonte: Autores, 2020.

vegetação de Mangal, considerada como sendo o “ecossistema entre a terra e o mar”, tem sua ocorrência na linha de costa da baía de Inhambane e principalmente na desembocadura do rio Inhanombe, no povoado de Mongué. Para Schaeffer & Novelli (1995:7) a vegetação de Mangal oferece condições necessárias para a alimentação, proteção e reprodução para várias espécies animais, além de ser um importante transformador de nutrientes em matéria orgânica. E no povoado de Mongué, a vegetação de mangal é composta por espécies como: *Bruguiera gymnorhiza*, *Rhizophora mucronata*, *Ceriops tagal* e *Avicenia marina*, sendo esta última a mais abundante na região.

A vegetação adjacente ao mangal é dominada por espécies arbustivas dispondo-se de uma forma compacta, formando muitas vezes barreiras de proteção contra o vento. Muitas vezes a vegetação arbustiva jovem das dunas desenvolve-se em brenhas costeiras antes de atingir o estágio de mata.

Por outro lado, a região é constituída por uma vegetação secundária, que deste a ocupação colonial, foi adaptando-se muito bem, e, o destaque vai para os coqueiros (*Cocos nucifera*) que dominam a paisagem do litoral, e para além destes, encontramos grupos isolados de cajueiros (*Anacardium occidentale*), Magueiras (*Mangifera*) e arbustors como *Helicherysum Kraussii*. Existência ainda, de diversas espécies de citrinos, para além de plantas de ornamentação.

Figura 4- Vegetação Secundária no povoado de Mongué



Fonte: Autores, 2020.

O coqueiro (*Cocos nucifera*) é a cultura mais importante, sendo esta a espécie mais cultivada no Povoado de Mongué, de elevado valor económico e a fonte dos conflitos de terra. O coqueiro fornece o coco que é utilizado para preparar refeições pelas comunidades locais; é exportado para a província de Maputo, onde é revendido a preços elevados; fornece a copra que é utilizado pelas indústrias para o fabrico de óleo, sabão e diversos produtos que são derivados do coco. Através do coqueiro, extrai-se um tipo de bebida tradicional "sura" que é muito consumida localmente, mas também é revendida em outros locais do Município da Maxixe. A nível local, o coqueiro tem uma importância inestimável, isto é, quanto maior o número de coqueiro um terreno possuir, maior é o seu valor económico; ultimamente o preço da venda ou compra de terrenos no povoado de Mongué é equivalente ao número de coqueiros em mil meticais.

ASPETOS DE ATRATIVIDADE SOCIO CULTURAL E AMBIENTAL DE MONGUÉ

Dentre as potencialidades socio ambientais da área do povoado de Mongué, o destaque para a existência de duas áreas florestais denominadas, pela comunidade local de “Florestas Sagradas”. As duas áreas florestais localizam-se na zona costeira e estão associadas a nascentes de água doce. Estas nascentes e florestas sagradas representam o autodomínio comunitário, crenças dos portes tradicionais antigos ligados ao vagaroso nível de globalização esgalhem ter resultados positivos na conservação de recursos semelhantes e são de facto vistos como pontos focais para lembranças rituais instituindo a coesão e solidarização entre a comunidades e a natureza.

A variedade de plantas nativas, típicas de áreas costeiras e de clima equatorial, associada a nascentes de água doce, estão diretamente relacionadas à riqueza de espécies de insetos, pássaros, lagartos encontrados na área de interesse, e as formas de uso e ocupação do solo a nível do povoado ainda não comprometem a conservação e recuperação da biodiversidade nativa.

O outro aspeto de maior destaque é a existência de ruínas infraestruturais da 1ª Missão Jesuíta na região Sul de Moçambique, construída na década de 1890. Além dos diversos aspetos que conferem à área importância para a conservação de natureza florestal, paisagística e das águas, há ainda atributos históricos notáveis, que tornam ainda mais inequívoca a necessidade de preservação da área.

As características paisagísticas de Mongué sugerem uma vasta e diferenciada possibilidade de opções para a exploração da paisagem na vertente turística, ainda mais potenciada com a existência de um património cultural e geomorfológico significativo e de qualidade. Pois, pelas suas características singulares, a área apresenta imenso potencial turístico e científico que desperta interesse académico e recreativo.

CONCLUSÕES

O conhecimento e a valorização dos aspetos históricos e socioculturais característicos das comunidades de pescadores artesanais constitui um mecanismo de reconhecimento da importância das comunidades tradicionais na preservação do meio ambiente e de valorização do património natural, aspetos fundamentais para a construção de desenvolvimento, onde os territórios de pescadores artesanais, além de constituírem-se como áreas de produção sociocultural, apresenta-se como espaços de preservação ambiental.

No povoado de Mongué, existe uma relação harmónica entre as comunidades pesqueiras e o meio circundante ao qual pertencem e se sentem pertencer, aspetos denunciados pelo grau de conservação e pela relevância ambiental, social, cultural atribuída aos ecossistemas costeiros existentes pela comunidade local. Contudo, observa-se a existência de algumas situações que podem ou contribuem para a degradação das condições socioambientais locais associadas a degradação do solo devido as agressões erosivas, tanto pelas águas do mar, assim como pelas águas das chuvas.

As nascentes e florestas sagradas deste lugar, encontram interdições baseadas em mitos e tabus, que criam limitações no acesso a estes locais, desenvolvendo desta forma, a vegetação com uma grande multiplicidade de plantas, gerando assim um habitat favorável tanto para a própria flora assim como para a fauna. É neste contexto que procura se coligar este local aos aspetos de relevância ecológica, destacando a preservação e conservação da biodiversidade.

REFERÊNCIAS

- ALFREDO, B. **Alguns Aspectos do Regime Jurídico da Posse e do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e os Conflitos Emergentes em Moçambique**, Pretoria: UNISA, 2009.
- ARQUIVO. **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**. Maputo: João Paulo Borges Coelho, 1980.
- CAMBAZA, V. **A Lei de Terras, de Minas e Sistemas de Direitos Consuetudinários**. Maputo: IESE, 2009.
- CHITATA, J. G. A.; **Cartografia de Risco de Malária no Município de Maxixe: Caso do Bairro Chambone**. Novas Edições Académicas, ISBN: 978-613-9-70454-5, 2020.
- CMCM. **Plano de Urbanização: Diagnóstico da Situação Actual**, vol. I, DRAFT, Maxixe, 2003.
- DAVA, F. **O Papel das Comunidades Locais na Gestão de Recursos Naturais**. Doc 01/Seminário ARPAC. Chimoio. 244 – 27/ 11, 1998, p.12.
- HOGUANE, António Mubango. **Perfil Diagnóstico da Zona Costeira de Moçambique**. Universidade Eduardo Mondlane, Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras, Chuabo Dembe, Quelimane, Moçambique, 2007.
- INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE AQUACULTURA (INDA), Actualização de Zonas Potenciais

para Aquacultura Marinha em Moçambique. Maputo, 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESCA DE PEQUENA ESCALA (IDPPE). **Relatório do Censo Nacional de Águas Marítimas da Pesca Artesanal**. Maputo. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **III Recenseamento Geral da População e Habitação: Resultados Definitivos**, Província de Inhambane. Maputo, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE PLANEAMENTO FÍSICO (INPF), **Plano de Estrutura da Cidade de Maxixe**, Maputo. 1991.

JAYARAJAN, M. **Sacred Groves of North Malabar**. Discission paper n 2. Kerala. Índia. 2004.

JUNIOR, N.N. Pedroso. **Etnoecologia e Conservação em áreas Naturais Protegidas: Incorporando o Saber Local na Manutenção do Parque Nacional de Superaguai**. Monografia Científica para a obtenção do grau de Mestre em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2002.

SERVIÇO PROVINCIAL DE CULTURA DE INHAMBANE. **História da Cidade da Maxixe**. Janeiro de 1996.

ZAVALE, G. Jonas Bernardo; **Municipalização e Poder Local em Moçambique**; Escolar Editora; Maputo; 2011.

JAYARAJAN, M. Sacred Groves Of North Malabar. **Discission Peper nº 2**. India, 2004.

FONTES ORAIS

Nome	Função	Área de residência	Idade
Marcelino Bata Nhabomba	Residente no Povoado	Povoado de Mongué	81
Padre Victório	Parco da Missão	Paróquia de São José de Mongue	--

ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DA COBERTURA VEGETAL E USO DA TERRA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ- TAPERAÇU, BRAGANÇA, PARÁ

SPACE-TEMPORAL ANALYSIS OF PLANT COVERAGE AND LAND USE IN THE MARINE EXTRACTIVIST RESERVE CAETÉ- TAPERAÇU, BRAGANÇA, PARÁ

ANALYSE ESPACE-TEMPORELLE DE LA COUVERTURE VÉGÉTALE ET DE L'UTILISATION DES TERRES DANS LA RÉSERVE MARINE EXTRACTIVISTE CAETÉ- TAPERAÇU, BRAGANÇA, PARÁ

LEÃO, Sheyla da Silva

ARAÚJO, Alan Nunes

OLIVEIRA, Lorena Maria Mourão de

RESUMO

A Costa Amazônica destaca-se como a maior faixa contínua de manguezal do mundo, uma das mais expressivas zonas de produtividade biológica do país. Nela localiza-se a Reserva Extrativista Marinha (REM) de Caeté-Taperaçu, Unidade de Conservação Federal situada na planície costeira bragantina, Nordeste do Pará, município de Bragança. Este trabalho se propõe avaliar as alterações espaço-temporais face a criação da Unidade de Conservação mencionada e como essas alterações influenciaram na vida da comunidade de pescadores. Foi utilizado o método de Classificação Orientada a Objeto, determinando seis classes de uso, as quais deram origem ao mapeamento temático de 1986, 2005 e 2018. Percebe-se que a dinâmica no ambiente de macromarés foi o fator natural que influenciou na perda e no ganho em área na maioria das classes de uso da terra identificadas. Foi possível inferir que as práticas extrativistas das populações tradicionais de pescadores, que vivem na REM, juntamente com a gestão da RESEX pelo ICMBIO, estão conseguindo manter a preservação ambiental, mesmo em meio a pressões externas, sendo a classe manguezal a mais expressiva em termos de quantificação de área identificada ao longo do tempo e, principalmente, desde a criação da REM de Caeté-Taperaçu, em 2005, ocupando no ano de 1986 uma área de 222,87 km² (52,47%) da RESEX, em 2005 uma área de 229,40 (53,99%) e em 2018, 221,09 km² (52,03%).

Palavras-chave: Geoprocessamento. Sensoriamento Remoto. Áreas Protegidas. Gestão Ambiental. Litoral Amazônico.

ABSTRACT

The Amazon Coast stands out as the largest continuous mangrove strip in the world, one of the most expressive areas of biological productivity in the country. In it is located the Marine Extractive Reserve (REM) of Caeté-Taperaçu, Federal Conservation Unit located in the coastal plain of Bragantina, Northeast of Pará, municipality of Bragança. This work aims to evaluate the spatio-temporal changes in view of the creation of the mentioned Conservation Unit. The object-oriented Classification method was used, determining six classes of use, which gave rise to the thematic mapping of 1986, 2005 and 2018. It is noticed that the dynamics in the macromarine environment was the natural factor that influenced the loss and the gain in area in most of the identified land use classes. It was possible to infer that the extractive practices with the traditional populations that live in REM together with the management of RESEX by ICMBIO are managing to maintain environmental preservation, even in the midst of external pressures, with the mangrove class being the most expressive in terms of quantifying the area identified over time, and especially since the creation of the REM of Caeté-Taperaçu in 2005, occupying in 1986 an area of 222.87 km² (52.47%) of RESEX, in 2005 an area of 229.40 (53.99%) and in 2018, 221.09 km² (52.03%).

Keywords: Geoprocessing. Remote sensing. Protected Areas. Environmental management. Amazon Coastline.

RÉSUMÉ

La côte amazonienne se distingue comme la plus grande bande de mangrove continue au monde, l'une des zones de productivité biologique les plus expressives du pays. On y trouve la Réserve Marine Extractive (REM) de Caeté-Taperaçu, Unité Fédérale de Conservation située dans la plaine côtière de Bragançana, au nord-est de Pará, municipalité de Bragança. Ce travail vise à évaluer les changements spatio-temporels en vue de la création de l'Unité de Conservation mentionnée. La méthode de classification orientée objet a été utilisée, déterminant six classes d'utilisation, ce qui a donné lieu à la cartographie thématique de 1986, 2005 et 2018. On constate que la dynamique dans l'environnement macromarine était le facteur naturel qui a influencé la perte et le gain en superficie dans la plupart des classes d'utilisation des terres identifiées. Il a été possible de déduire que les pratiques extractives avec les populations traditionnelles vivant dans le REM ainsi que la gestion de RESEX par ICMBIO parviennent à maintenir la préservation de l'environnement, même au milieu de pressions externes, la classe des mangroves étant la plus expressive en termes de quantification de surface identifiée au fil du temps, et notamment depuis la création du REM de Caeté-Taperaçu en 2005, occupant en 1986 une superficie de 222,87 km² (52,47%) de RESEX, en 2005 une superficie de 229,40 (53,99%) et en 2018, 221,09 km² (52,03%).

Mots clés: Géotraitement. Télédétection. Zones protégées. Gestion de l'environnement. Côte amazonienne.

INTRODUÇÃO

A partir de uma abordagem ecossistêmica, os domínios de mangues ou manguezais apresentam tipologias vegetacionais e funções ecológicas que funcionam também como bioindicadores de conservação-degradação frente às características ambientais existentes, principalmente aquelas associadas às condições climáticas, que por se tratar de um fator abiótico, regulam também os fatores bióticos em uma relação de entradas e saídas de energia.

O Manguezal se define como um ecossistema característico de zonas costeiras, ocupando um espaço transicional entre ambientes terrestres e marinhos. Por estas condições, representa também um ambiente propício para alimentação e reprodução de espécies, além da proteção das mesmas frente a predadores e ações predatórias, sendo importante transformador de nutrientes em matéria orgânica e gerador de bens e serviços (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995). Comunidades tradicionais, como a de pescadores, utilizam-se da biodiversidade presente neste ambiente como fonte de alimentação e de recursos econômicos. A pesca é uma prática recorrente nos ambientes costeiros, inclusive nos manguezais.

Apesar da destacada importância deste ecossistema em escala mundial, no Brasil os manguezais se encontram muitas vezes ameaçados, principalmente pela perda e fragmentação da cobertura vegetal e pela deterioração da qualidade dos habitats aquáticos. Esta deterioração, interfere, diretamente, também na função social e econômica destes espaços, fonte de recursos e sobrevivência de populações tradicionais, como as que se utilizam da pesca artesanal, do extrativismo e da coleta de mariscos. (VARELA, 2020).

Neste contexto, estima-se que 25% dos manguezais em todo o Brasil tenham sido devastados desde o começo do século XX, situação particularmente séria nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, que atualmente apresentam um grande nível de devastação desses ambientes. Estimativas recentes sugerem que cerca de 40% do que foi um dia uma extensão contínua, hoje representa uma vasta área suprimida ou degradada (INSTITUTO CHICO MENDES PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2018).

A Costa Amazônica, região que compreende os estados do Amapá, Pará e Maranhão, destaca-se como uma região de rica biodiversidade costeira e marinha, abrigando uma vasta extensão contínua de manguezal, bem como uma variedade de espécies da fauna e flora ameaçadas no país, o que inclui o peixe mero *Epinephelus itajara*, ou espécies em status de sobre-exploração, como o caranguejo- uçá *Ucides cordatus*, sendo também um importante sítio de desova de tartarugas marinhas e rotas de migração de aves (PRATES; GONÇALVES; ROSA, 2012).

A este respeito é importante mencionar que segundo informações do ICMBIO (Instituto Chico mendes de Conservação da Biodiversidade) , o país possui uma zona com 120 UCs (Unidades de Conservação) que abrangem manguezais em seu interior, sendo elas 55 federais, 46 estaduais e 19 municipais, destas 83% de uso sustentável e 17% de proteção integral, conforme classificação de categorias estabelecidas pelo Sistema

Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, zona que corresponde a uma extensão de 12.114,44KM² em território nacional, o que representa 87% de todo o ecossistema no Brasil (COMUNICAÇÃO ICMBIO, 2018).

A área de manguezal da costa nordeste do Estado do Pará e Noroeste do Maranhão corresponde a 7.591,09 km², representando nesta totalidade, mais da metade da extensão deste ecossistema no Brasil, destacando-se como a maior faixa contínua do planeta segundo Souza Filho (2005).

Este ambiente que constitui toda a extensão da Costa, é uma das mais expressivas e principais zonas de produtividade biológica do país. Possui uma vocação natural para a exploração de recursos pesqueiros, uma vez que se trata de um ambiente onde a matéria orgânica, oriunda da decomposição das florestas de mangue e das planícies inundadas do rio Amazonas, cooperam em conjunto com a ação dos rios, na carreação de sedimentos para a plataforma continental, favorecendo a formação de condições propícias de fertilidade. Somado a isto, a heterogeneidade e dinâmica das condições físico-químicas determinam diferenças importantes no estabelecimento da flora, fauna bentônica e comunidades de peixes, sendo estes recursos naturais fonte de sobrevivência de diversas populações tradicionais residentes na região (KEMPF; COUTINHO; MORAIS, 1997; FURTADO; NASCIMENTO, 2002; ISAAC, 2006; LEÃO, 2009).

Na Amazônia, o vínculo desses povos com os territórios dá-se utilizando, por meio do trabalho e de laços simbólicos de pertencimento e afetividade, áreas de terra firme, campos, rios e/ou as florestas, envolvendo, também, disputas assimétricas com grupos empresariais do agronegócio e do poder público (HAGE, 2018). Os povos tradicionais possuem prerrogativas de ação de controle do território diferenciadas dos demais grupos que atuam na Amazônia. Esses vínculos e disputas fundam a visão de território desses próprios povos, envolvida pela luta pela sobrevivência de seus modos de vida e pelo direito à terra

Em relação à definição do que sejam povos tradicionais, para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SINUC) (BRASIL, 2000), essas populações têm como base sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, apoiados em conhecimentos e em técnicas repassados por várias gerações que se adaptaram às condições ecológicas de seus territórios.

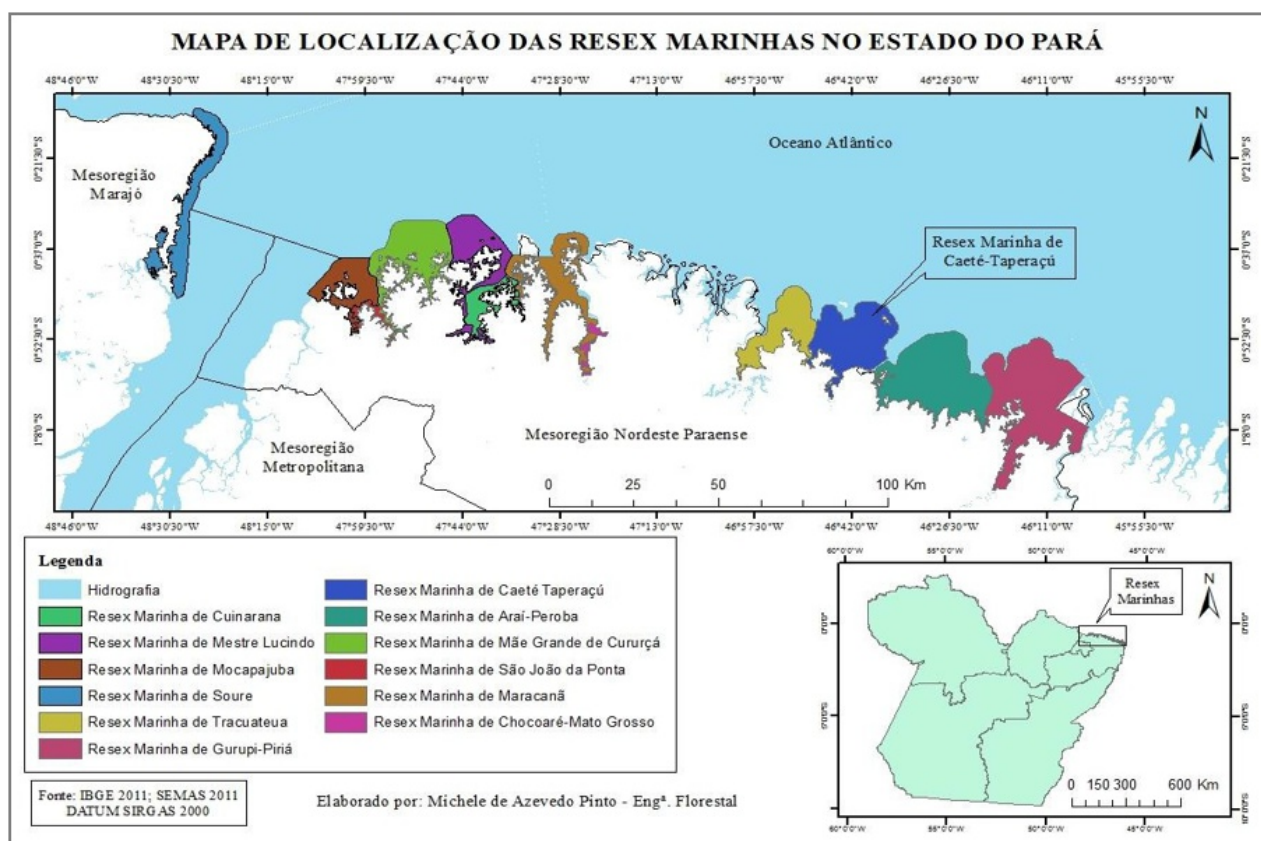
As populações tradicionais da costa amazônica configuram seus modos de vida por meio de suas relações intrínsecas com o meio biótico. Nesta direção, constrói-se uma diversidade ambiental fundamentada na dinâmica cotidiana entre a natureza e as práticas humanas. Como exemplo dessa diversidade, observa-se a existência de comunidades tradicionais sobretudo de pescadores, que, por meio de suas práticas materiais e simbólicas com os manguezais, influenciam na dinâmica dos mesmos, inclusive na sua preservação e equilíbrio.

Assim, visando garantir a proteção dos meios de vida e a cultura da população inserida neste contexto, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais preponderantes nestas localidades, foram criadas pelo poder público federal, a partir de 2002, onze Reservas Extrativistas (RESEXs) marinhas, situadas na mesorregião do nordeste paraense, tratando-se de uma extensão de 3.379,57 km² de área costeiro-marinha, envolvendo 470 comunidades constituída de 30.000 famílias, conforme Figura 1.

A cobertura vegetal da região bragantina de acordo com Souza Filho e Paradella (2002), é caracterizada por um denso bosque de mangue e uma grande diversidade de ambientes sedimentares que incluem planícies de marés, pântanos salinos, cheniers, campos de duna e outros. Neste contexto, a vegetação de mangue ocupa toda a Planície Costeira de Bragança, penetrando em direção ao continente ao longo dos canais estuarinos. Esta vegetação ocorre nas áreas com influência de águas salinas e salobras, sendo constituídas somente por comunidades típicas, como *Rhizophora*, *Avicennia* e *Laguncularia* conforme descrevem Lara (2003) e Krause e Glaser (2003).

Ainda sobre esta perspectiva, Souza Filho e El- Robrini (1996) ponderam que as planícies costeiras dominadas por marés têm sido objeto de estudos em todos os litorais do mundo, citando algumas iniciativas que demonstram ações semelhantes. No entanto, naquela época, os autores já chamavam atenção para poucos trabalhos existentes que versassem sobre as planícies lamosas densamente colonizadas por mangues, como aquelas que ocorrem nas regiões tropicais quentes e úmidas do Norte do Brasil, ambiente onde fica inserida a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, na Planície Costeira Bragantina.

Figura 1- Situação geográfica das RESEX Marinhas situadas na mesorregião do nordeste do Estado do Pará.



Fonte: IBGE, 2011; SEMA, 2011.

No tocante a esta questão, pretende-se, neste artigo, realizar uma análise espaço-temporal (1986, 2005 e 2018) da cobertura vegetal e do uso da terra na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA, com a proposta de identificar as principais alterações ambientais e seus possíveis desdobramentos que refletirão diretamente na vida das populações tradicionais de pescadores. Essas populações colaboram para a reprodução e preservação desse meio ambiente marinho, na medida em que a própria sobrevivência, enquanto modos de vida, está absolutamente ligada a existência dos ambientes costeiros.

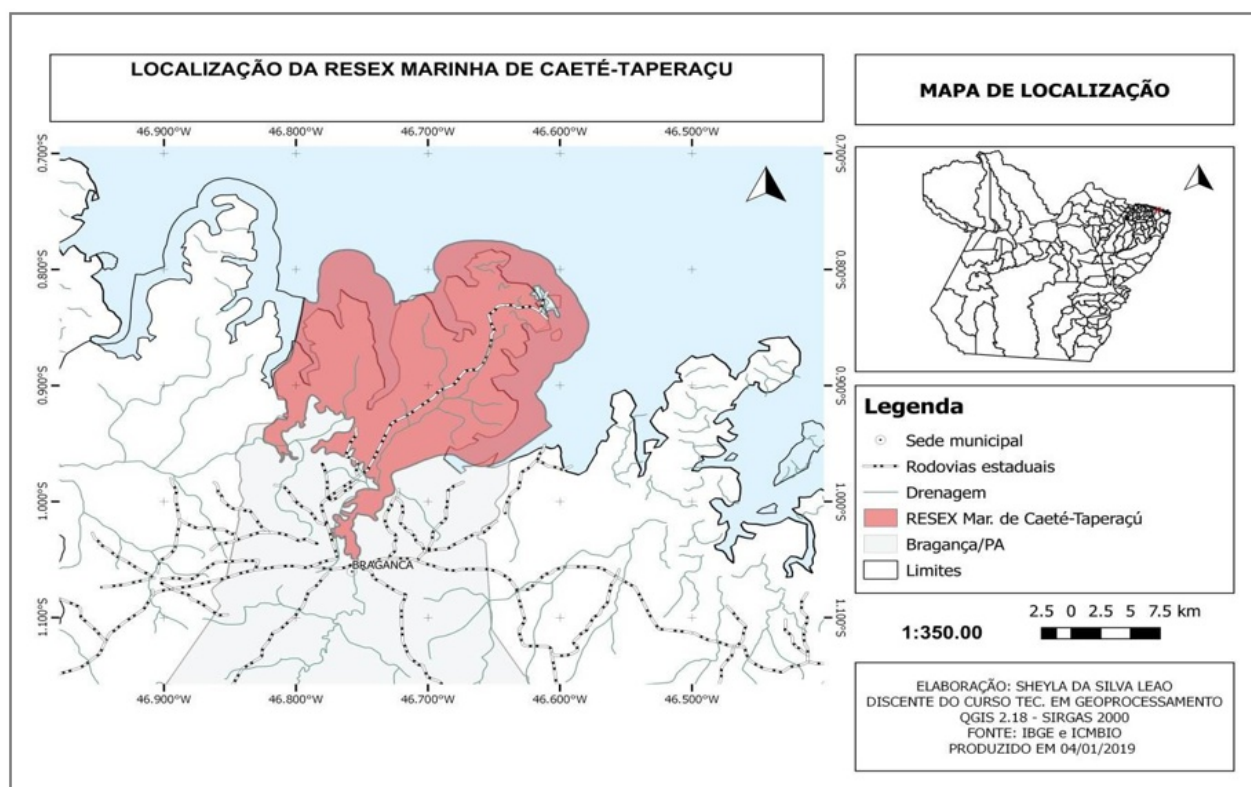
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo corresponde à delimitação da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu (Figura 2), conforme (BRASIL, 2005) – Decreto Federal s/n de 20 de Maio de 2005, abrangendo uma área de aproximadamente 424,89km², localizada mais precisamente na área da planície costeira bragantina segundo Souza Filho (1995), no Nordeste do Estado do Pará, faixa costeira do município de Bragança.

A RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, segundo seu Plano de Manejo, foi criada visando sobretudo promover a conservação dos ambientes de mangue, restingas, praias, ilhas, campos naturais e apicuns, por meio da manutenção dos processos ecológicos que interagem no contexto do ecossistema manguezal, no qual a mesma está inserida, buscando também primar pela manutenção de populações de espécies marinhas relevantes para a comunidade extrativista nela residente, com destaque para os recursos pesqueiros e as populações silvestres da flora e fauna, nativos, residentes ou migratórios ecologicamente relevantes na região (INSTITUTO CHICO MENDES PARA A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012).

A área da qual faz parte o território da RESEX, objeto de estudo nesta pesquisa, integra a extensão dos manguezais de macromaré da costa nordeste do Pará e noroeste do Maranhão, a qual Souza Filho (2005) denomina como Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia.

Figura 2- Localização geográfica da Reserva Extrativista Marinha (REM) de Caeté-Taperaçu, faixa costeira do município de Bragança, nordeste do Estado do Pará.



Fonte: IBGE, 2011; ICMBIO, 2018

Esta região possui uma linha costeira de aproximadamente 40 km, caracterizada pela presença de rios, manguezais e planaltos rebaixados, sendo que o estuário do rio Caeté conforme Wolff, Koch e Isaac (2000), fica situado dentro da segunda maior região de manguezal do norte do Brasil, com uma abrangência de aproximadamente 220 km². A área, como descreve Koch (1999), fica localizada a 200 km a noroeste de Belém. Caracterizando-se pela ação de macromarés que podem variar de 2,5 a 5,5 m no médio estuário, apresentando, também, duas estações climáticas bem definidas, sendo uma estação seca, que se prolonga de julho a dezembro, e uma chuvosa, de janeiro a junho.

Segundo Schwendenmann (1998), por um período de dezessete anos de monitoramento, a região apresentava uma temperatura média de 25,9°C, com período de estiagem de agosto a dezembro. O regime de marés é semidiurno, ocorrendo subida e descida duas vezes ao dia durante um período de aproximadamente 6,2 h, além de apresentar um sistema de macromarés (4 a 5 m) com o ciclo total de 24,5 h. A descarga do rio Caeté é de aproximadamente 180 m³/s durante a estação da chuva e 0,3 m³/s durante o período de seca.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho levou em consideração a evolução espaço-temporal de 32 anos da planície costeira bragantina, com enfoque voltado para as delimitações da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Unidade de Conservação federal localizada dentro dos limites políticos do município de Bragança-Pará, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta acepção, informa-se que os dados vetoriais contendo os limites da UC mencionada foram disponibilizados pelo ICMBIO, em seu sítio eletrônico.

Opinou-se pela obtenção de imagens de satélite, conforme Quadro 1, sendo estas referentes aos anos de 1986, 2005 e 2018, pretendendo-se assim apresentar cenários ambientais antes, durante e após a criação da referida UC.

As imagens de satélite foram obtidas no catálogo do United States Geological Survey (USGS), disponibilizadas de forma gratuita na internet com nível de correção Level 1 Terrain (L1T), ortoretificadas com projeção em Universal Transversa de Mercator (UTM), datum/esferoide World Geodetic System (WGS1984) e

exatidão superior a 0,8 pixel (SENSORIAMENTO REMOTO, 2018). Estas foram obtidas no final do período chuvoso, mas especificamente no mês de maio e na estação seca entre os meses de julho e agosto (Quadro 1).

Quadro 1: Informações das imagens

Satélite	Orbita/Ponto	Data	Banda
Landsat TM 05	222/61	1986/08/27	5,4,3
Landsat TM 05	222/61	2005/07/30	5,4,3
Landsat OLI 08	222/61	2018/05/31	6,5,4

Fonte: Dados da pesquisa

Foi utilizado o método de Classificação Orientada a Objeto, para a classificação das imagens mencionadas, com auxílio do segmentador *multiresolution* do *software ECognition Developer 6.4*. Este método inclui segmentação, classificação, pós classificação e avaliação de precisão.

Espíndola e Câmara (2007) e Barbosa Junior (2007) relatam que o algoritmo de segmentação do software e-Cognition® aplica a abordagem de crescimento de regiões, onde o critério de similaridade é construído a partir do conceito de heterogeneidade interna das regiões. A segmentação cria, distintamente, objetos de imagem homogêneos com resolução arbitrária, a qual necessita basicamente de seis parâmetros como: fator de escala, forma e cor, suavidade, compactação e peso para a faixa espectral (BAATZ, 2000; DEY et al, 2018). Assim, o algoritmo consegue gerar regiões de tamanhos variados a partir das informações espectrais dos pixels, e de demais informações como cor, textura etc.

A partir da segmentação, o processo de classificação se deu inicialmente com a definição de Área populacional, Manguezal, Vegetação secundária ou degradada, Praia ou banco de areia e Campos. Uma vez definidas as classes e sua hierarquia, foi iniciada a seleção de amostras referente as respectivas classes, que foram também identificadas nas pesquisas de campo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

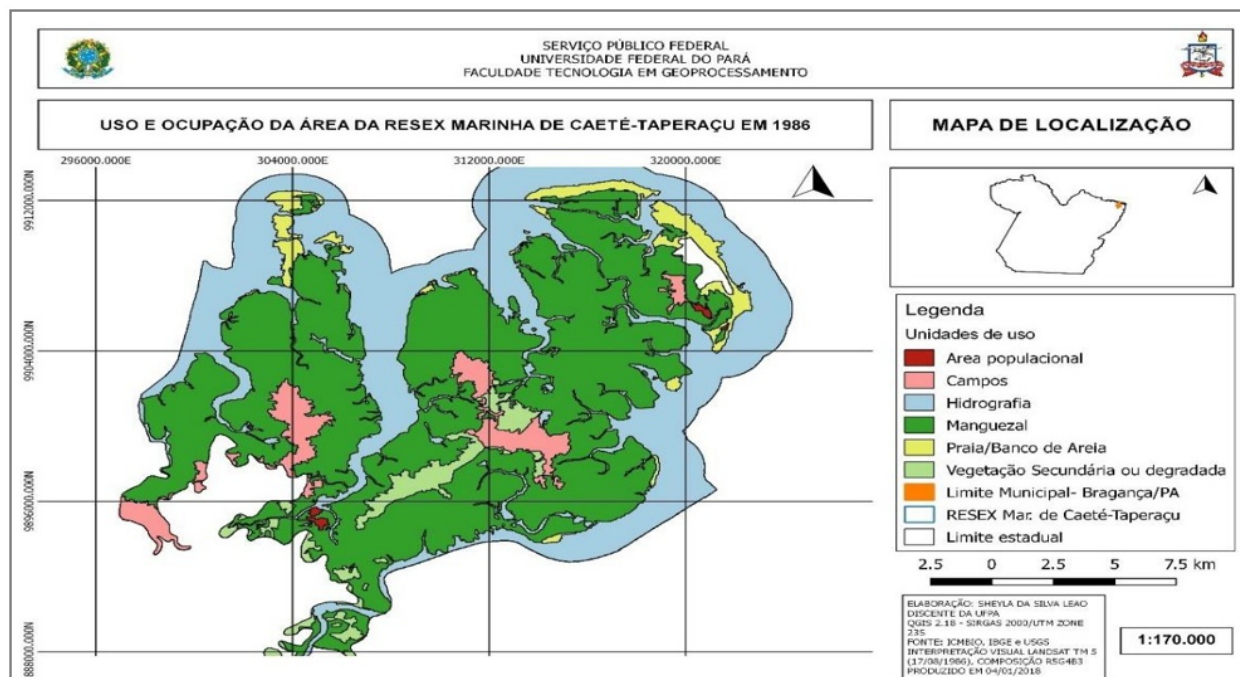
No ano de 1986 (Figura 3), 19 anos que antecederam a criação da REM Caeté-Taperaçu, os resultados possibilitaram verificar que, naquele período, a região passava por um processo intenso de degradação ambiental, sem uma gestão efetiva do território e por conseguinte, de seu ecossistema. Esta degradação esteve muito atrelada a abertura da estrada PA 458, conhecida como estrada Bragança-Ajuruteua, cuja obra iniciou-se no ano de 1974 e concluiu-se em 1997. A estrada suprimiu aproximadamente 30km² de floresta de vereda de mangue, e aterrou algumas partes de mangue e canais, interrompendo o fluxo das marés, principalmente na porção oeste da estrada e próximo ao km17.

Para Rodrigues (1999), este foi o principal impacto ambiental registrado nos manguezais da região amazônica. Assim, tendo-se em vista a recuperação dessa faixa de mangue degradada, o plano de manejo da UC incluiu tais áreas na sua Zona de Recuperação (INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012b).

Assim, para a classe "Praia/banco de areia" verificou-se que no ano de 1986 a extensão da unidade, correspondia a uma área de 15,11 km² (3,56%), no ano de 2005 (Figura 4), 8,45 km² (1,99%) e por fim no ano de 2018 uma área de 5,96 (1,40%). De acordo com o ICMBio, a orientação da linha de costa (NW-SE e NE-SW) e a distribuição decrescente da amplitude das marés são fatores que influenciam fortemente não só na morfologia costeira, mas, também, na penetração da cunha salina nos estuários (INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012b).

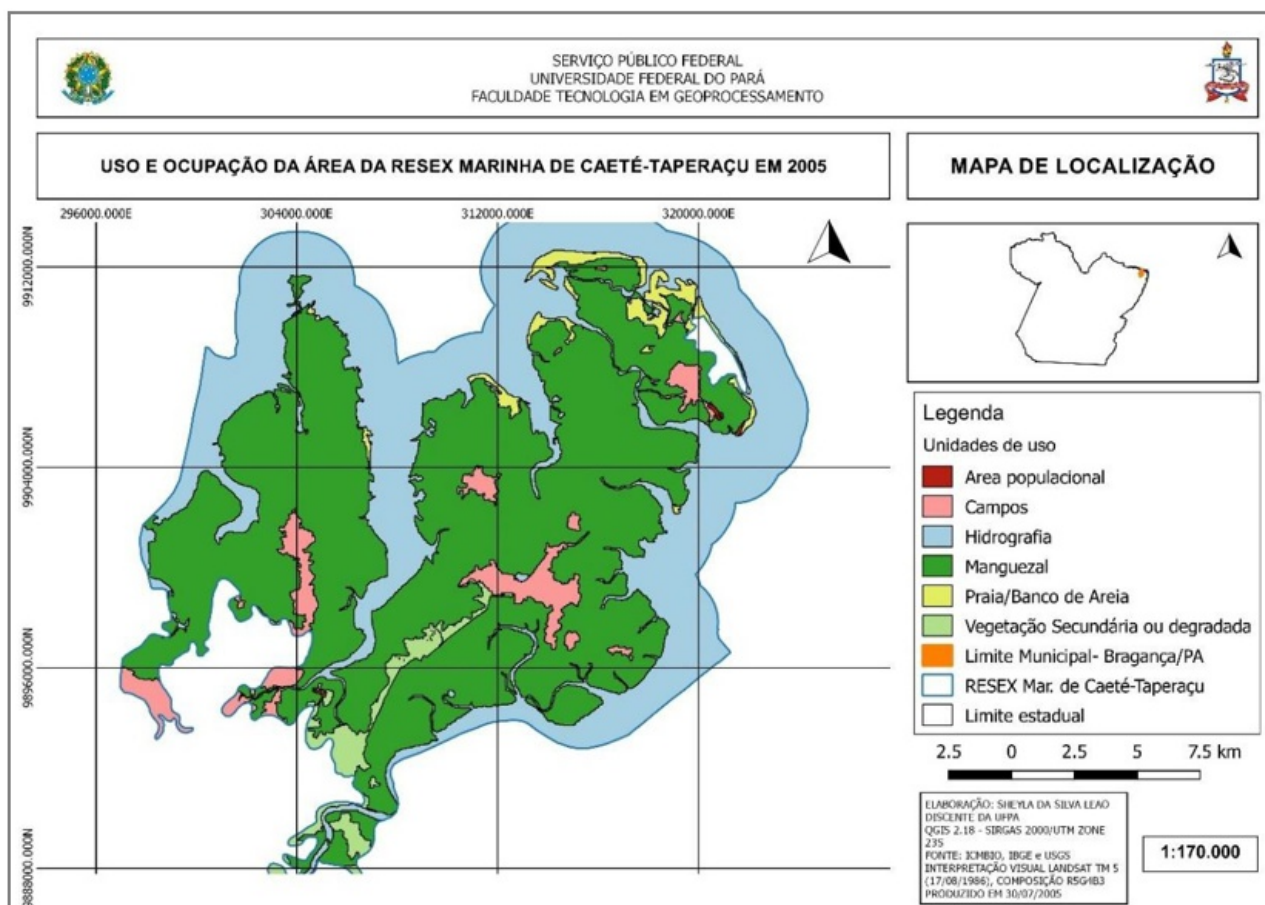
Na classe "Hidrografia", foi verificado que no ano de 1986, a unidade era composta por uma rede hidrográfica que correspondia a uma área de 148,81 km² (35,03%), em 2005 uma área de 155,58 km² (36,61%) e em 2018 (Figura 5) uma área de 172,02 km² (40,48%). Nesta acepção, vale ressaltar que a hidrografia da área em questão está imersa na planície estuarina dominada como macromarés semi-diurnas, apresentando barras arenosas de marés e planícies arenosas, barras de meio de canal e em pontal. Toda essa região do rio Caeté está propensa a sofrer sedimentação.

Figura 3 - Mapa de uso e ocupação do solo da área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu no ano de 1986



Fonte: IBGE, 2011; ICMBIO, 2011; USGS, 2018. Elaboração: Leão, 2018.

Figura 4 - Mapa de uso e ocupação do solo da área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu no ano de 2005

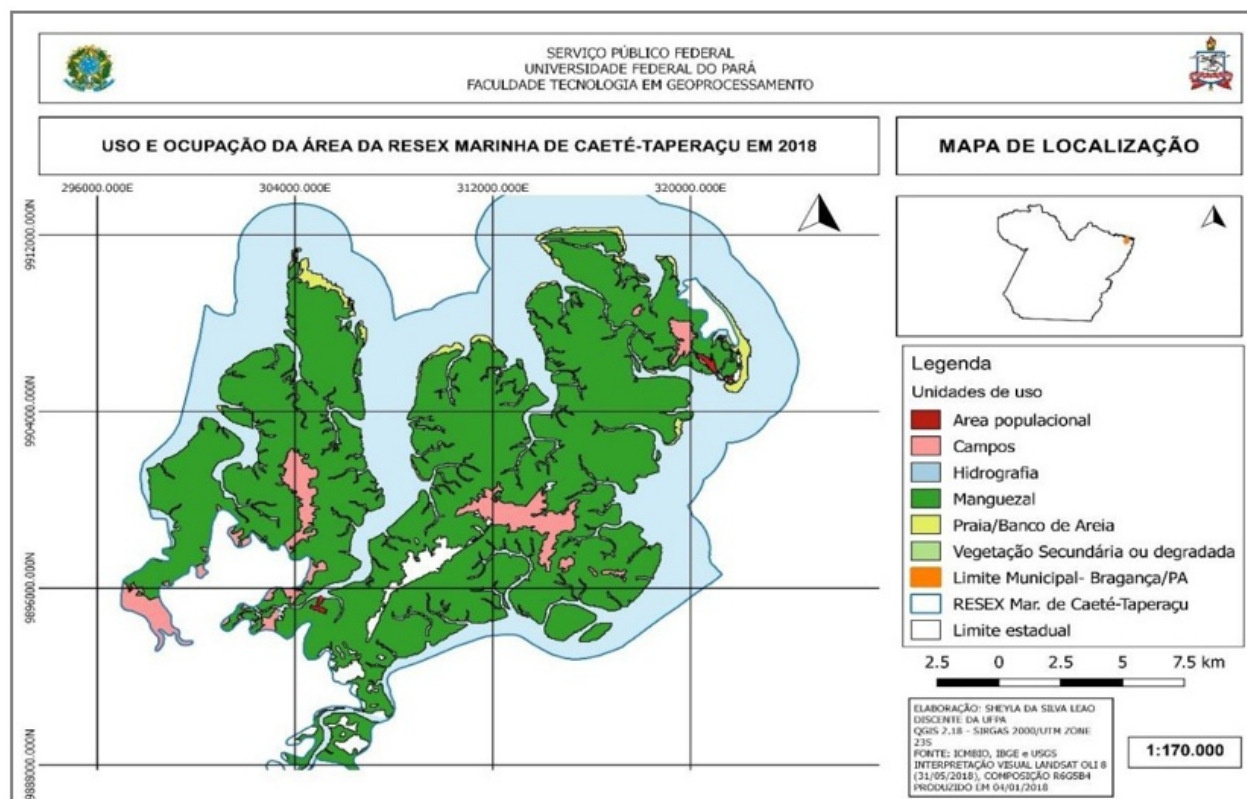


Fonte: IBGE, 2011; ICMBIO, 2011; USGS, 2018. Elaboração: Leão, 2018.

Para Pereira et al (2006), o avanço do mar, além de destruir as edificações mais próximas à costa, vem afetando, também, outros ambientes associados ao manguezal, restinga e dunas, comprometendo, entre

outros aspectos, a produtividade e diversidade local, o turismo na região, assim como as atividades socioeconômicas na vila de Ajuruteua.

Figura 5 - Mapa de uso e ocupação do solo da área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu no ano de 2018



Fonte: IBGE, 2011; ICMBIO, 2011; USGS; 2018. Elaboração: Leão, 2018.

Na classe “Vegetação Secundária ou degradada”, verificou-se que em 1986 a área desta feição correspondia a 17,40 km² da UC (4,10%), no ano de 2005 uma área de 12,95 km² (3,05%) e em 2018, 8,77 km² (2,06%). Identificou-se neste sentido que houve uma diminuição contínua na área ao longo do tempo, especialmente entre os anos de 1986 a 2005. Na classificação da paisagem feita por Sousa et al (2017), os autores dividiram esta classe em duas unidades de paisagem, a qual chamou de manguezal degradado, identificando uma área de 2,25 km² e outra paisagem, a qual chamou de terra firme, que correspondeu a 6,45 km² da unidade, totalizando 8,7 km².

Percebeu-se ainda que entre os anos de 2005 a 2018 houve uma perda da área de manguezal na região nordeste da RESEX, mais especificamente, na região da Praia de Ajuruteua, verificando-se ainda o aparecimento de uma ilha com resquício de manguezal, na porção sudeste da RESEX.

O fenômeno de perda e de crescimento do manguezal, segundo Fernandes et al (2005) é comum na região das reentrâncias maranhenses e paraenses, pois fazem parte de um conjunto de estuários dinâmicos onde os manguezais estão sendo submetidos à erosão por ação de ondas, das correntes marítimas e muitas das vezes são soterrados devido a migração de bancos de areia em direção a margem. Da mesma forma, é possível observar que novas áreas de mangues estão sendo repovoada por conseguirem condições ambientais favoráveis ao seu estabelecimento.

Para Alongi (1989), uma das condições para que a floresta de mangue seja estabelecida, é que estas estejam protegidas contra a força de ondas, uma vez que a ação das mesmas dificulta a fixação e o desenvolvimento das plântulas, considerando a mobilidade do substrato que o manguezal costuma colonizar.

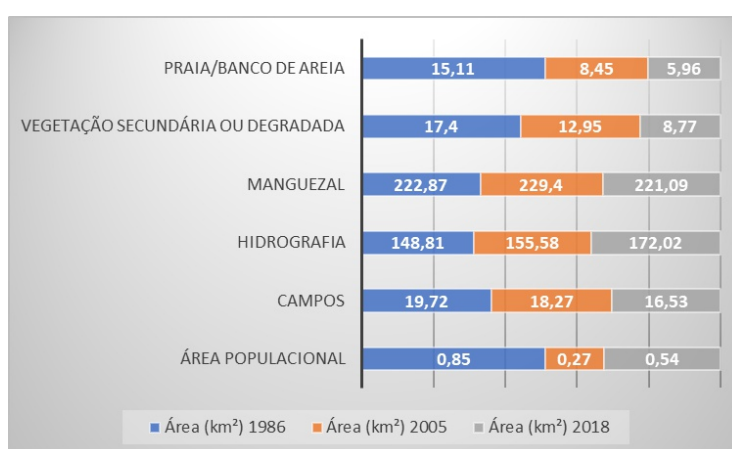
Além do fator ambiental, o manguezal que compõe a RESEX, tem importância socioeconômica significativa, tendo em vista que as famílias beneficiárias dependem da pesca do caranguejo-uçá *Ucides Cordatus* e de diversas espécies de pescado que fazem parte do ambiente e da sobrevivência dos povos da

região. Para proteger e usar de forma racional os recursos desse ecossistema, o mesmo foi inserido nas Zonas de Reserva Comunitária (ZRC), Zona Prioritária para a Conservação (ZPC) e Zona de Extrativismo Extensivo (ZEE), conforme definições de Zona de proteção (Documento de Zoneamento) estabelecidas no Plano de Manejo da UC (INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012a).

Através da visita in loco da área de estudo, foi possível identificar que a Classe denominada “Manguezal”, foi a mais expressiva em termos de quantificação de área coberta, uma vez no ano de 1986 ocupou 222,87 km² (52,47%) da RESEX, em 2005 uma área de 229,40 (53,99%) e em 2018, 221,09 km² (52,03%). Ressalta-se neste caso, um leve aumento da área de mangue ao longo do período analisado, razão que comprova a importância da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu para este controle e preservação deste importante ecossistema, mesmo frente a pressões políticas e econômicas.

A figura 6, mostra a evolução das classes, acima mencionadas, ao longo do período analisado.

Figura 6 - Representação das Classes de Uso da Terra na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Região Bragantina nos anos de 1986, 2005 e 2018 em km²



Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se que na Classe “Área populacional”, ficam situadas 03 comunidades beneficiárias da RESEX (Figura 7), que são as comunidades de pescadores da localidade Castelo (00°56 38,17” S e 46°45 03,39”W), Vila do Bonifácio (00°51 17,03”S e 46°36 12,47”W) e Vila dos Pescadores (00°50°54.16” e 46°36 35,70”). No período analisado, os resultados demonstraram uma pequena diminuição na área de 0,85 km² (0,20%), para 0,27 km² (0,06%) entre os anos de 1986 e 2005, aumentando para 0,54 km² (0,13%) no ano de 2018.

Estas mudanças também são pouco significativas, tendo em vista que duas dessas comunidades de pescadores (Vila do Bonifácio e Vila dos Pescadores) ficam limitadas às proximidades da Praia de Ajuruteua, um dos principais polos de turismo do Estado do Pará, no qual a especulação imobiliária torna-se uma das ameaças mais importantes em termos de expansão das mesmas.

Em relação à comunidade do Castelo, esta fica localizada numa região mais interior da UC em comento, cercada por manguezal, tendo todo o seu potencial voltado para o extrativismo pesqueiro (pesca artesanal de peixes e crustáceos) segundo o que descreve ICMBio (INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012a).

É importante notar que a Classe “Área populacional” classificada neste estudo, coincide com a Zona Populacional definida no zoneamento do Plano de manejo da referida UC, que tem como objetivo prover às populações extrativistas nela residentes “[...] o espaço necessário à sua moradia e a reprodução de seu modo de vida, conciliando a conservação dos recursos naturais com as necessidades dessas populações” (INSTITUTO CHICO MENDES PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012b, p. 21).

CONCLUSÃO

Conclui-se a partir desta pesquisa que a dinâmica no ambiente de macromarés é o fator ambiental natural que justifica a perda e o ganho em área das classes de uso da terra como a hidrografia, praias/banco de areia, campo, áreas de manguezais e uma parte da vegetação secundária ou degradada, especialmente a localizada às margens da PA-452 (Rodovia Bragança-Ajuruteua) dentro do território da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. A partir deste fato, é possível inferir que, desde 2005, data de criação da REM aqui pesquisada, faz-se cumprir neste ambiente, de forma eficaz, seus objetivos fundamentais, que consistem em conservar e preservar os ecossistemas e toda biodiversidade nela existente, bem como gerir e garantir de maneira sustentável a conservação dos modos de vida das populações tradicionais de pescadores que ali habitam, inclusive em relação ao uso do manguezal, no qual são cumpridas e respeitadas as práticas sustentáveis.

Conta-se para este sucesso, a eficiência e importância do ICMBio, principalmente na atualidade, onde as Unidades de Conservação e a pasta ambiental política brasileira se encontram desacreditadas justamente por sua condição de ingerência ministerial e seu consequente agravamento materializado com o aumento do desmatamento, incêndios entre outros. Na contramão desta realidade, a equipe do ICMBio, especialmente da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, segue com seus instrumentos de gestão estabelecidos, no contexto do litoral paraense, o que tem contribuído para a efetivação da gestão participativa do território com a promoção de espaços de negociação e discussão acerca de diferentes temáticas.

As práticas sustentáveis da pesca realizada na RESEX, que mantêm o equilíbrio costeiro, associada a participação política dos próprios pescadores frente ao governo, no que se refere cumprimento do aparato legal que viabilizam a existência da reserva, são fatores sociais que possuem influência decisiva na preservação da RESEX marinha Caeté-Taperaçu.

A implementação de políticas, programas e projetos, governamentais e não governamentais, que visam o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida, por parte das populações tradicionais de pescadores da área (fruto da luta política), vem a contribuir de forma positiva na manutenção de processos ecológicos do ambiente a qual está inserida. Entende-se que é impossível, na ótica do desenvolvimento sustentável, atingir a excelência das práticas conservacionistas sem o diálogo com todos os atores que compõem este processo, como as instituições governamentais e não-governamentais, que participam do gerenciamento da área, e as populações tradicionais que vivem e dependem destes territórios para sobreviver.

Assim, o acesso às políticas, programas e projetos que visam o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida destas populações, podem ser fatores que contribuem de forma promissora para a conservação dos recursos naturais da área.

A continuidade na implementação dos instrumentos de gestão da UC é fundamental para que se consiga manter a estabilidade ecológica da área da RESEX estudada, principalmente no momento de fragilidade política em que se encontra o país, com a aprovação de emendas parlamentares que visam a diminuição e recategorização de áreas de unidades de conservação federais; cortes de recursos de programas e projetos voltados à conservação e ao desenvolvimento local de comunidade tradicionais; enfraquecimento dos órgãos de gestão ambiental; flexibilização do licenciamento ambiental, mudanças na legislação ambiental brasileira visando atender aos interesses de certos grupos econômicos.

REFERÊNCIAS

- ALONGI, D. M. The role of soft-bottom benthic communities in Tropical Mangrove and Coral Reef Ecosystems. *Critical Reviews in Aquatic Sciences*, v. 1, n. 2, p. 243-280, 1989.
- BAATZ, M.; SCHÄPE, A. Multiresolution segmentation: an optimization approach for high quality multi-scale image segmentation. *Journal of Photogrammetry and Remote Sensing*, v. 58, n. 10, p. 12-23, 2000.
- BARBOSA, V. M. et al. Estudo morfodinâmico durante uma maré equinocial de sizígia em uma praia de

Macromaré do litoral amazônico (Praia de Ajuruteua-PA, Brasil). **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 60, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geociencias/article/view/5642>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei Federal nº 9.885, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso em: 5 ago. 2018.

BRASIL. Decreto de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, 23 maio 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm>. Acesso em: 5 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº. 9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 18 ago. 2020.

COMUNICAÇÃO ICMBIO. Contrato de concessão de real direito de uso vai beneficiar 1845 famílias que vivem em unidades de conservação na Amazônia. **ICMBio**, Ministério do Meio Ambiente, 27 out. 2017. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9255-comunidades-do-amazonas-assinam-contrato-de-concessao>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

DEY, J. et al. Geospatial assessment of tourism impact on land environment of Dehradun, Uttarakhand, India. **Environ Monit Assess**, v. 190, p. 181, 2018.

ESPÍNDOLA, G. M.; CÂMARA, G. Ajuste de parâmetros no algoritmo de segmentação de imagens do software eCognition®. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13, 2007, Florianópolis. **Anais São José dos Campos**: INPE, 2007. p. 5739-5744. Disponível em: <<http://urlib.net/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.22.12>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

FERNANDES, M. E. B. et al. Distribuição espacial das macroalgas associadas às florestas de mangue na península de Ajuruteua, Bragança-Pará. **Boletim do laboratório de Hidrobiologia**, v. 18, n. 1, p. 11-17, 2005.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. A. Traços de uma comunidade pesqueira do litoral amazônico: Relato sobre a organização em comunidade haliêutica. In: FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B. (Org.). **Gente e Ambiente**: No mundo da pesca artesanal. Belém: MPEG, 2002.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma Educação do Campo na Amazônia: currículo e diversidade cultural em debate. In: CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida (org.). **A Educação, o Currículo e a Formação de Professores**. Belém: EDUFPA, 2018.

IBGE. **Manual técnico de uso da terra**. IBGE, 2006.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Instrução Normativa, n. 1, de 18 de setembro de 2007. **Diário Oficial [da] União**, n. 182, seção 1, p. 101-102, 20 set. 2007. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in012007.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília, DF: ICMBio, 2018. 176 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Parecer Técnico nº 1/2016 - RESEX Maracanã**. Coordenação Regional do ICMBio-Belém/CR-4, 8P. Belém: ICMBio, 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu**:

planejamento das unidades. v. 2. Brasília, DF: ICMBio, 2012a. 162 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo da Reserva**

Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (PA). v. 1. Brasília, DF: ICMBio, 2012b. 163 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 9, de 29 de janeiro de 2015. Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal - PAN Manguezal. **Diário Oficial [da] União**, n. 21, Seção 1, 30 jan. 2015. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao/pan-manguezais/retificada_-_portaria-aprovacao-pan-manguezais.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

ISAAC, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: Um desafio para o futuro. **Ciênc. Cult.**, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.

LARA, R. et al. Implications of mangrove dynamics for private land use. In: BRAGANÇA, NORTH BRAZIL: a case study. **Journal of Coastal Conservation**, v. 8, p. 97-102, 2002.

LARA, R. J. Amazonian mangroves - a multidisciplinary case study. In: PARÁ STATE, NORTH BRAZIL: introduction. **Wetlands Ecology and Management**, v. 11, p. 217-221, 2003.

LARA, R. J.; COHEN, M. C. L. Sensoriamento remoto. In: FERNANDES, M. E. B. **Os manguezais da costa norte brasileira**. São Luís: Fundação Rio Bacanga, 2003. p. 87-104.

LEÃO, S. A. S. **Análise espaço-temporal da abundância relativa da serra Scomberomorus brasiliensis (Pisces: Scombridae) desembarcada no litoral paraense, Costa Norte do Brasil**. 2009. 49 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2009.

KEMPF, M.; COUTINHO, P. N.; MORAIS, J. O. Plataforma continental do Norte e Nordeste do Brasil. Nota preliminar sobre a natureza do fundo. **Trabalhos Oceanográficos da UFPE**, v. 9/11, p. 9-26, 1967.

KOCH, V. Epibenthic production and energy flow. In: **the Caetémangrove estuary, North Brazil**. 1999. 96 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Bremen, Alemanha, 1999.

KRAUSE, G.; GLASER, M. Co-evolving geomorphicaland socio-economic dynamics in a coastal fishing village of the Bragança region (Pará, North Brazil). **Ocean & CoastalManagement**, v. 46, p. 859-874, 2003.

PEREIRA, L.C.C. et al. Formas de uso e ocupação na praia de Ajuruteua- PA (Brasil). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 13, p. 19-30, jan./jun. 2006.

PRATES, A. P. L.; GONÇALVES, M. A.; ROSA, M. R. **Panorama dos ecossistemas costeiros e marinhos do Brasil**. Brasília, DF: MMA, 2012.

RODRIGUES, K. B. **Estudo Topográfico da área degradada e do bosque de Avicennia no manguezal de Bragança-Pa**. 1999. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

SCHAEFFER- NOVELLI, Y. (Coord.). **Manguezal: Ecossistema entre a Terra e o Mar**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SCHWENDENMANN, L. **Tidal and seasonal variations of soil and water properties in a Brazilian mangroveecosystem**. 1998. Dissertação (Mestrado) – University of Karlsruhe, Karlsruhe, 1998.

SENSORIAMENTO REMOTO, 13, 2007, Florianópolis. Anais São José dos Campos: INPE, 2007. p. 5739-5744. Disponível em:<<http://urlib.net/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.22.12>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

SOUZA FILHO, P. W. M. **A Planície Costeira Bragantina (NE do PA): influência das variações do nível do mar na morfoestratigrafia costeira durante o Holoceno**. 1996. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

SOUZA FILHO, P. W. M. Costa de Manguezais de Macromarés da Amazônia: Cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas, usando dados de sensores remotos. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 23, n. 4, p. 427-435, 2005.

SOUZA FILHO, P. W. M.; PARADELLA, W. R. Recognition of the main geobotanical fetures in the Bragança Mangrove Coast (Brazilian Amazon Region) from Landsat TM and RADARSAT-1 data. **Wetlands Ecology And**

Management, v. 10, p. 123- 132, 2002.

SOUZA FILHO, P. W. M. Impactos Naturais e Antrópicos na Planície Costeira de Bragança (NE do Pará). In: PROST, M. T. R. C; MENDES, A. C. **Ecossistemas Costeiros**. Belém: [s.n.], 2001. p.133-144.

SOUSA, T. et al. Mapeamento de unidades de paisagem como análise da planície costeira: reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçú/Bragança-PA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 17, 2017, Campinas. **Anais...**Campinas: UNICAMP, 2017. Disponível em:<<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2280>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

VARELA, Alex Gonçalves. **Uma dádiva das marés**: os estudos sobre manguezais da cientista Marta Vannucci em sua trajetória internacional, 1969-1989. História, Ciências, Saúde.

WOLFF, M.; KOCH, V.; ISAAC, V. A trophic flow model of the Caeté Mangrove Estuary (North Brazil) with considerations for the sustainable use of its resources. *Estuarine Coastal. Shelf Science*, v. 50, p. 789-803, 2000.

ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO: O LUGAR DO ENTREPOSTO FEDERAL NOS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PESCA NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

POLITICAL ECONOMY OF THE TERRITORY: THE PLACE OF THE FEDERAL WAREHOUSE IN THE SPACE FISHING CIRCUITS IN THE METROPOLIS OF RIO DE JANEIRO

ECONOMÍA POLÍTICA DEL TERRITORIO: EL LUGAR DEL ALMACÉN FEDERAL EN LOS CIRCUITOS DE PESCA ESPACIAL DE LA METRÓPOLIS DE RÍO DE JANEIRO

SOUZA JÚNIOR, Luís de

RESUMO

As metrópoles litorâneas trazem as marcas de diferentes períodos históricos materializados nas permanências geográficas e na coexistência entre pessoas, instituições e empresas que usam o seu território. Sendo por muito tempo o epicentro de diferentes acontecimentos políticos, econômicos e culturais em âmbito nacional, o município do Rio de Janeiro sofreu inúmeras transformações motivadas pelas mudanças na sociedade. Por seu turno, apesar dos inexoráveis processos modernizantes, os novos arranjos socioespaciais não apagaram os modos de existência pretéritos, cuja atribuição avolumava a "sociodiversidade" da metrópole fluminense, desempenhando um papel primaz na reprodução social das classes populares. Dentre a multiplicidades dos modos de existência na metrópole, o comércio de pescado possuía uma função de relevo no centro do Rio de Janeiro. Na paisagem da baía de Guanabara, a presença das pequenas e grandes embarcações pesqueiras, demonstravam a vitalidade da pesca na metrópole do Rio de Janeiro, cujo volume do pescado desembarcava, em sua totalidade, no Entrepasto Federal de Pesca localizado na Praça XV de Novembro. O trabalho tem o objetivo de compreender a organização do circuito espacial da pesca na metrópole do Rio de Janeiro tendo como enfoque analítico o Entrepasto Federal de Pesca.

Palavras-chave: Metrópole. Pescado. Mercado. Circuitos espaciais.

ABSTRACT

Coastal metropolises bear the marks of different historical periods materialized in geographical stays and in the coexistence between people, institutions and companies that use their territory. For a long time epicenter of several political, economic and cultural manifestations nationwide, the municipality of Rio de Janeiro has undergone countless transformations motivated by changes in society. In turn, despite the inexorable processes of modernization, the new socio-spatial arrangements did not erase past modes of existence, whose attribution extended the "sociodiversity" of the metropolis of Rio de Janeiro, playing a major role in the social reproduction of the popular. Classes. Among the multiple modes of existence of the metropolis, the fish trade played a prominent role in the center of Rio de Janeiro. In the landscape of Guanabara Bay, the presence of small and large fishing vessels, demonstrated the vitality of fishing in the metropolis of Rio, whose volume of fish landed, in its entirety, at the Federal Fisheries Warehouse located at Praça XV de Novembro. The work aims to understand the organization of the space fishing circuit in the metropolis of Rio de Janeiro with the analytical approach of the Federal Fisheries Warehouse.

Keywords: Metropolis. Fish. Market. Space Circuits.

RESUMEN

Las metrópolis costeras llevan las huellas de diferentes periodos históricos materializados en permanencias geográficas y en la convivencia entre personas, instituciones y empresas que utilizan su territorio. Durante mucho tiempo siendo epicentro de diferentes eventos políticos, económicos y culturales a nivel nacional, el municipio de Río de Janeiro ha experimentado numerosas transformaciones motivadas por cambios en la sociedad. A su vez, a pesar de los inexorables procesos modernizadores, los nuevos ordenamientos socioespaciales no borraron modos de existencia pasados, cuya atribución aumentó la "sociodiversidad" de la metrópoli de Río de Janeiro, jugando un papel primordial en la reproducción social de lo popular. clases. Entre la multiplicidad de modos de existencia en la metrópoli, el circuito espacial de pesca tuvo

un papel importante en el centro de Río de Janeiro. En el paisaje de la Bahía de Guanabara, la presencia de pequeños y grandes barcos pesqueros, demostró la vitalidad de la pesca en el contexto de la metrópoli de Río de Janeiro, cuyo volumen de pescado desembarcó, en su totalidad, en el Almacén Federal de Pesca ubicado en la Praça. XV de noviembre. El trabajo tiene como objetivo comprender la organización del circuito espacial de pesca en la metrópoli de Río de Janeiro con el enfoque analítico del Almacén Federal de Pesca.

Palabras clave: Metrópolis. Pez. Mercado. Circuito Espacial.

INTRODUÇÃO

A presença da atividade pesqueira na metrópole é atestada pelas embarcações no seu território marítimo e pelas inúmeras comunidades de pesca espalhadas em seus municípios. Em virtude da psicossocialidade das baías de Guanabara e Sepetiba bem como da demanda crescente de um grande centro consumidor, a metrópole do Rio de Janeiro, até a década de 1970, despontava como maior distribuidor de pescado no Brasil (INFOPECA, 2010).

Dada a aleatoriedade da produção e a alta perecibilidade, a distribuição do pescado depende em larga medida de intermediários. No município do Rio de Janeiro, tais intermediários eram representados na figura dos banqueiros, agentes que possuíam a concessão do comércio de pescado no Mercado Municipal. As relações comerciais entre os banqueiros e pescadores quase sempre eram desfavoráveis aos últimos que, no primeiro momento, garantiam exclusividade de venda para os banqueiros em troca de “preços razoáveis” e, no segundo momento, os comerciantes passavam a socorrer os pescadores em eventuais dívidas e patrocinar as pescarias, mantendo uma relação marcada pela subordinação.

Dessa forma, a construção do Entreposto Federal de Pesca no Rio de Janeiro em 1941, tinha o objetivo modificar o regime de concessão do pescado e alterar as relações de dependência dos pescadores aos banqueiros do velho mercado. Sendo parte das amplas transformações institucionais comandadas pelo governo Vargas, as mudanças nas formas de controle dos canais de distribuição do pescado permaneceram até o ano de 1991, ano de desativação do Entreposto.

O presente artigo tem o objetivo de analisar o Entreposto Federal de Pesca e compreender em qual contexto ele se inseriu no circuito espacial da pesca na metrópole fluminense. Tal proposta é o fruto parcial de pesquisas em fontes primárias (busca em acervos documentais e levantamento bibliográfico) e primários (realização de entrevistas semiestruturadas) iniciadas no processo de doutoramento. Por ora, tomamos de empréstimo os nexos entre a Economia Política do Território (SILVA, 2013; SANTOS e SILVEIRA, 2008), ordem espacial (SANTOS e SILVEIRA 2008) e os circuitos espaciais de produção (SANTOS, 2011; MORAES, 2017).

MERCADO E ORDEM ESPACIAL: OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PESCA

Algumas bancas expõem as mercadorias, toldos para proteger das intempéries climáticas, mesas enumeradas, vendedores anunciando suas mercadorias aos berros e uma profusão de compradores se amontoando no entorno das barracas, ávidos por preços baratos e produtos frescos de primeira qualidade ou simplesmente para saber o que se passa. Com mais ou menos elementos, tais situações geográficas são similares em diferentes praças e cidades do mundo em diferentes períodos da história.

Se com Adam Smith (1996) a economia política clássica como teoria do mercado se eleva a “ordem natural” assentada na ação individual, cujos interesses próprios supostamente gerariam bem estar por meio da “mão invisível”, coordenando as escolhas de um mercado autorregulado, para Moraes (2017) um bom começo para discutir os circuitos produtivos na sociedade capitalista está em Karl Marx (2008), precisamente no texto “Introdução à crítica da economia política”. Nesta obra, o autor indica que o processo de produção é indissociável das demais etapas pelas quais a mercadoria passa, gerando a circulação. Daí o sentido de circuito, circularidade (MORAES 2017, p. 17).

O mercado do pescado é enraizado na História dos lugares e o papel de distribuição é engendrado por redes de troca entre agentes próximos e distantes. Neste sentido, levando em consideração os locais de produção, tipos de transporte e consumo, as etapas produtivas da pesca, constituem-se em diferentes áreas para e sua condição de existência. O comércio é dado pelas relações que levam em conta a indissolúvel ligação entre a captura incerta do pescado, armazenamento, transporte e o consumo. Tendo em vista que a divisão social do trabalho expressa a solidariedade entre lugares diferentes, os circuitos econômicos da pesca se manifestam mediante à ordem espacial.

Para Becker (1966) o maior desafio de um sistema de abastecimento alimentar é transformar a produção intermitente, variável e precária, em um fluxo regular e contínuo. Tal sistema depende do ajuste entre a produção concentrada em curtos períodos, o fornecimento ágil de produtos perecíveis e a demanda diária e exigente em preços acessíveis à renda do consumidor. Dessa forma, a concentração da produção permite a otimização da distribuição, envolvendo os sistemas de engenharias e os fluxos materiais e imateriais. Cada componente do sistema possui uma característica própria indissociável das variáveis-chaves que comandam cada período da formação socioespacial.

O circuito espacial de produção do pescado depende de um complexo sistema de distribuição que se estabelece entre a produção, o armazenamento, o transporte, a comercialização e o consumo final (BECKER, 1966 p. 33). Dado os diferentes níveis de tecnologia, organização e capital dos agentes que atuam na captura, armazenamento e comercialização, o pescado depende do ajuste entre a produção cíclica concentrada em períodos curtos e a demanda diária e exigente em preços acessíveis, volume e qualidade segundo critérios alimentares.

As fases do circuito espacial da pesca são formadas pela articulação de vários lugares e unidades produtivas de tamanhos diversos que atingem diferentes frações do território. O mercado de pescado deriva, portanto, de uma complexa rede de relações de cooperação e conflito entre os agentes da pesca. Tais relações começam na laboriosa arte da captura e as contradições próprias das relações de trabalho estabelecidas entre os pescadores e o meio ecológico, marcado por profundas incertezas; das contradições inerentes à exploração da força de trabalho, seja nas companhias de pesca (PESSANHA, 2003), ou no precário trabalho embarcado nas traineiras (DUARTE, 1999) e nos impactos da modernização nos territórios pesqueiros, tendo como consequência a restrição de sua atividade (EUZEBIO, 2018; MORAES, 1999; DIEGUES, 1983).

Além das dificuldades inerentes ao processo de captura do pescado, outro aspecto de instabilidade do circuito espacial da pesca se encontra na comercialização. A relação entre os pescadores e os agentes incumbidos de comercializar em locais mais distantes se dá de diferentes maneiras caracterizando à multiplicidade de formas de inscrição nos espaços de produção e circulação. Tal relação é marcada pela instabilidade, pois a previsão dos preços mormente escapa ao cálculo dos pescadores, sendo realizada por aqueles que possuem o controle da circulação do pescado. Dessa forma, o equilíbrio dos preços é alcançado através da negociação, onde um "leiloeiro" ou "pregoeiro" lança um conjunto de preços iniciais e os compradores contrabalanceiam na tentativa maximizar seus interesses, ou mitigar seus prejuízos (PINTO, 2017, p. 41).

Em trabalho realizado alhures (SOUZA JÚNIOR, 2015) identificou-se entre os principais intermediários que realizam a distribuição do pescado os pequenos compradores ambulantes, os comerciantes fixos e atravessadores. Os pequenos compradores são agentes que compram nos mercados e revendem nas ruas ou bairros próximos, podem comercializar em feiras livres ou em carros. Os comerciantes fixos são donos de estabelecimentos (bares, restaurantes e peixarias) que compram diretamente do pescador ou nos entrepostos. Por último, os atravessadores são intermediários que compram o pescado revendem para mercados mais distantes.

Nas companhias de pesca realizadas nas praias, o leilão do pescado é realizado entre o mestre da companhia e os demais compradores. Os preços variam conforme aumentam a oferta de uma determinada espécie de pescado, a procura dos compradores ou a duração do leilão. Na pequena produção só se torna

vantajoso comercializar o pescado nos mercados atacadistas quando as pescarias são fartas, possibilitando o aluguel coletivo do frete para o transporte do pescado.

Diferente do mercado na praia, os mercados atacadistas recebem o pescado de diferentes unidades produtivas. O funcionamento demanda de uma série de processos que começa pelo descarregamento, medição, compra do gelo e, quando não é vendido sob encomenda, o pescado é exposto e comercializado para estabelecimentos varejistas (supermercados, restaurantes, peixarias, feiras e mercado ambulante).

O TERRITÓRIO NORMADO: O ENTREPOSTO FEDERAL DE PESCA E A POLÍTICA DE CONTROLE DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO

Para Rafesttin (1993), o controle da circulação e mobilidade são atributos indispensáveis para a estratégia de atores que almejam dominar a superfície e os pontos do espaço por meio da gestão e controle das distâncias. Com a criação do Entrepósito Federal de Pesca, inaugura-se um novo momento de racionalização das etapas produtivas do pescado. Igualmente, evidencia-se uma inovação institucional no comércio do pescado, tendo o Estado como eixo organizador, designando a otimização do abastecimento para uma crescente população urbana no município do Rio de Janeiro.

Os entrepostos ou terminais pesqueiros são as principais áreas de infraestrutura de embarque e desembarque da pesca, servindo de elo entre a produção e o consumo. A partir do decreto lei nº 794 de 19 de outubro de 1938 o governo federal instituiu a construção de entrepostos de pesca nas principais cidades litorâneas e ribeirinhas do país. Sob a tutela do Ministério da Agricultura, o primeiro deles foi inaugurado no dia 3 de outubro de 1941 nas margens da praça XV de Novembro (Figura 1), o Entrepósito Federal de Pesca foi criado para adequação, inspeção, conservação e transporte do pescado. Tal estrutura tinha a finalidade de garantir o acesso da população à gêneros de primeira necessidade, facilitando o abastecimento, a fiscalização do poder público e restringir a influência dos banqueiros de pescado do mercado municipal, que exerciam o monopólio de compra e venda do pescado no Rio de Janeiro, pagando preços aviltantes pelo pescado e encarecendo o preço final.

Figura 1 - Inauguração do Entrepósito Federal de Pesca- 1941



Fonte: Biblioteca Nacional, 1941.

O processo de construção do Entrepósito Federal de pesca contrariou interesses políticos e econômicos dos banqueiros de pesca do mercado municipal. Em reportagem do Correio da Manhã os banqueiros de pescado enviaram um memorial protestando contra o artigo 6º do decreto lei do código de caça e pesca de 1938 que instituiu a criação dos Entrepósitos. Getúlio Vargas imediatamente enviou um despacho com os seguintes dizeres:

Arquivem-se não ha nada que indeferir. A instalação dos Entrepósitos de Pesca é medida de grande alcance e utilidade pública devendo ser extensiva ao comércio de frutas a fim de por

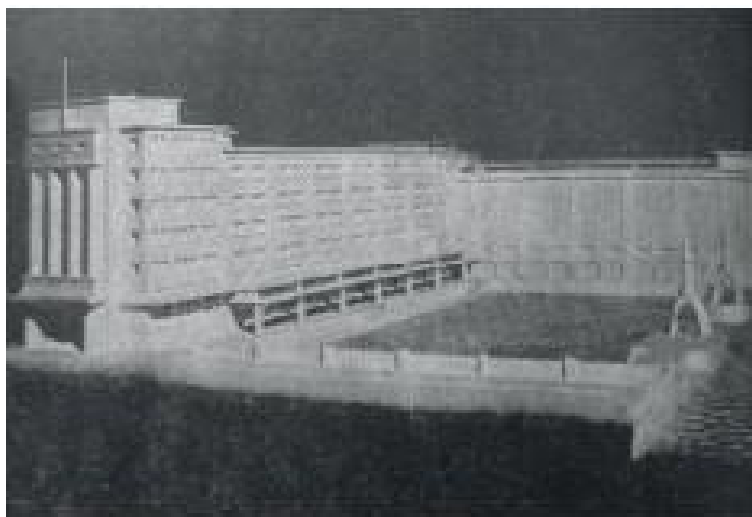
termo dos trusts dos açambarcadores. (CORREIO DA MANHÃ, 1934 p.5)

Outro entusiasta da criação do Entrepasto Federal de Pesca foi o comandante Frederico Villar. Para o comandante que foi pioneiro na organização das colônias de pesca em todo território nacional. A instalação dos entrepostos correspondia à mudanças institucionais profundas no tratamento de questões marinhas que levaria a um futuro de prosperidade social e econômica. Nos elogios efusivos do comandante.

Bem sabe o Correio da Manhã como eu encaro a defesa dos nossos homens do mar. A nação não poupará jamais os seus aplausos e sua profunda gratidão-gravando em chamadas indelévels no coração do povo a sua fé na realização dos ideais que encerra o decreto 23.134 de 9 de setembro de 1933, hoje consagrado com a criação dos Entrepastos Federais da Pesca, os primeiros dos quais acabamos de ver inaugurados nesta capital. Em que possa ser um fato banalístico e sem consequência- a construção desses entrepostos constitui uma sementeira magnífica, promissora e abundante seara em benefício da prosperidade da classe econômica e social da classe laboriosa que com orgulho representamos nesta confederação geral, realizando um dos nossos mais caros objetivos. No dia que despertarmos para exploração das maravilhas que nossas águas encerram, a nação inteira se deslumbrará nas possibilidades de riqueza e prosperidade e claro, infintos horizontes se abrirão ao Brasil. (CORREIO DA MANHÃ, 1934 p. 5)

Inicialmente o Entrepasto Federal de Pesca ficou subordinado diretamente à Indústria da Caça e Pesca da diretoria da Indústria Animal do Ministério da Agricultura. Sua organização era realizada da seguinte forma: os trechos do cais interno e externos que serviam a doca do mercado velho ficaram reservados exclusivamente para atracação das embarcações de pesca como parte integrante do Entrepasto; Todo pescado que chegava ou passava pelo estado do Rio de Janeiro, exceto o pescado destinado às fábricas de conserva, por qualquer meio de transporte, era obrigado a passar pelo Entrepasto para ser inspecionado; As autorizações para o pescado destinados às fábricas eram concedidas mediante à assinatura de um termo de compromisso na Diretoria de Caça e Pesca pela fábrica com a quantidade de pescado por ela consumido (Figura 2).

Figura 2 - Maquete do Entrepasto Federal de Pesca



Fonte: Revista do Servidor público, 1944

A partir do decreto lei delegada nº 7 de 26 de setembro de 1962, o Entrepasto Federal de Pesca ficou vinculado a Empresa Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM). Subordinado à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a CIBRAZEM tinha como objetivo executar planos de abastecimento e agir como elemento regulador do mercado, ou seja, servir de forma supletiva às áreas não suficientemente atendidas por empresas privadas em regime competitivo. A partir da mudança de autarquia, ocorreram mudanças nas formas de comercializar o pescado dentro do Entrepasto, acarretando em prejuízos para os pescadores que cada vez mais ficaram subordinado aos pregoeiros.

MAPEANDO OS AGENTES DA PESCA NO ENTREPOSTO FEDERAL DE PESCA

A estrutura das unidades produtivas da pesca, a dinâmica comercial, as características das embarcações e equipamentos do Entrepasto Federal de Pesca são importantes para identificar os níveis tecnológicos, níveis de capital, redes de transporte, distâncias e descontinuidades das áreas produtoras, das unidades produtivas bem como as assimetrias entre os agentes da pesca na metrópole do Rio de Janeiro (Figura 3).

Figura 3 - Entrepasto Federal de Pesca



Fonte: IBGE, 1957

Grande parte dos pescadores artesanais que comercializavam o pescado no Entrepasto Federal de Pesca eram oriundos dos núcleos pesqueiros espalhados pelo recôncavo da Guanabara. Dada a proximidade com o Centro e facilidade de escoamento do pescado via embarcações, pescadores das imediações do Caju, Ilha do Governador, Maré (Rio de Janeiro) e do leste metropolitano, tais como Jurujuba, Itaipu (Niterói), Gradim e Itaoca (São Gonçalo) e Mauá (Magé) eram presenças frequentes no cais do entreposto. Não obstante, pequenas embarcações de pescadores de todo litoral do estado do Rio de Janeiro (Pedra de Guaratiba, Cabo Frio e Angra dos Reis) e do estado do Espírito Santo e sul do Estado da Bahia, denotando uma enorme variedade de pescados comercializado no mercado (Corvina, Pargo, Corvinota, Tainha, Sardinha, Namorado e Robalo).

Os Armadores que desembarcavam no cais do mercado possuíam origens diferentes. Muitas das grandes Traineiras de fundações autárquicas (fundação Leão XIII) ou de outras áreas do estado (Angra dos Reis, Cabo Frio e Macaé) ou mesmo de outras unidades federativas (Santa Catarina, Bahia e Espírito Santo). Os Armadores, em virtude da sua grande capacidade de captura, raio de alcance muito maior do que a da pesca artesanal, comportavam uma maior quantidade de pescado, podendo descarregar dezenas de toneladas de pescado. O estreito cais do Entrepasto, faziam com que as pequenas embarcações da pesca artesanal disputassem centímetro a centímetro com as Traineiras.

Todavia, a maior parte do pescado chegava via caminhões por meio das Empresas de pesca ou atravessadores individuais. A exigência para venda do pescado no interior do entreposto era o armazenamento em caixas monoblocos plásticas e a emissão do certificado de inspeção sanitária ainda nos seus terminais de origem. O Entrepasto Federal de Pesca possuía 25 fiscais 1 veterinário e 4 técnicos. Quando o peixe chegava estragado, recebia um jato de creolina e metileno para ser inutilizado.

As concessões para o comércio do pescado em uma das 72 bancas do Entrepasto eram emitidos pela CIBRAZEN. O pescado proveniente de diferentes unidades produtivas (pesca artesanal, empresas de pesca, ou atravessadores individuais) chegavam ao entreposto por via marítima ou rodoviária. No mercado, o pescado era descarregado por carregadores (denominados "burros sem rabo") em troca do *pinga*¹, podendo descarregar o volume de até 200 toneladas. No entreposto o pescado era inspecionado e passava pela *balançada* sob o comando dos funcionários da CIBRAZEN. Descarregado nas bancas

administradas pelos pregoeiros, ocorria a exposição e pregão do pescado (Figura 4).

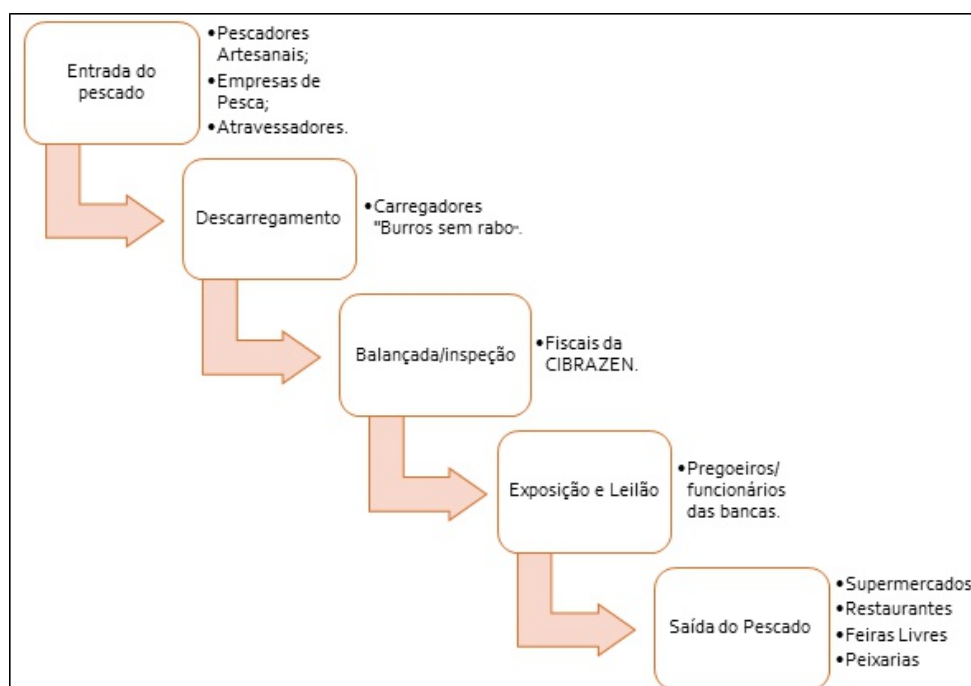
Figura 4 - Descarregamento do pescado no Entreposto



Fonte: Jornal do Brasil, 1980.

O movimento no Entreposto começava à meia noite. Quando não eram proprietários embarcações, os pregoeiros possuíam contrato com as empresas de pesca ou com os pescadores, detendo 7% do lucro bruto das pescarias. As embarcações mais próximas ao porto se submetiam ao preço, ou se afastavam e retornam na madrugada seguinte. Os caminhões estacionados na rua Alfredo Agache, também aguardavam os preços no mercado e, quando preço do pescado diminuía à medida que aumentava a oferta de pescado, os automóveis se afastavam ou o pescado era comercializado no mercado paralelo na praça XV sem se submeter a inspeção. 4:30 da manhã a sirene do mercado tocava e findava as transações no salão do Entreposto Federal de Pesca (Figura 5).

Figura 5 - Processo de comercialização/ Agentes do circuito espacial da pesca no Entreposto Federal de Pesca



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

1. Porção de pescado dado em forma de pagamento aos carregadores do mercado.

As transações entre pregoeiros e comércio varejista eram realizados por meio da relação de confiança. Para supermercados e peixarias eram emitidas notas fiscais com o prazo de até 90 dias. Para feirantes e pequenas peixarias, comprando acima de 30 quilos, pagavam em prazo estendido. O pregoeiro pagava em média Cr\$ 0,58 por quilo para CIBRAZEN enquanto o comprador pagava Cr\$ 30 por carteira, tendo o subsídio do gelo.

CONCLUSÕES

As desigualdades nos níveis de organização, quantidade de capital, nível tecnológico entre os agentes do circuito do espacial do pescado afetam à geografia do valor. Em virtude de grande parte dos pescadores artesanais não disporem de automóveis e frigoríficos para transportes e armazenamento do pescado, necessita comercializar o pescado a preços módicos para os atravessadores ainda nos cais e nas praias.

A tentativa de construção de uma ordem espacial (SANTOS, 2011) o território, considerado em seus usos, é expresso a partir de divisões sociais do trabalho superpostas. Com o intento de constituir uma base territorial na garantia de controle da produção, distribuição e consumo do pescado, o Entrepasto Federal de Pesca no Rio de Janeiro se inscreveu como um dos alicerces dos circuitos espaciais da pesca na metrópole do Rio de Janeiro.

A justificativa para desativação do Entrepasto por meio do decreto 16. 616 de 07 de junho de 1991 no governo de Lionel Brizola e na prefeitura de Marcelo Alencar, foi a de que a sua capacidade operativa foi superada pela verticalização da indústria e do comércio, atendendo de forma precária a demanda pelo pescado. Outrossim, foi alegado que o entreposto gerava um “passivo ambiental” e com o tempo se tornara insalubre.

No entanto, a desativação do Entrepasto Federal de Pesca e a ausência de outro Terminal pesqueiro público contribuiu decisivamente para o desmantelamento da atividade pesqueira na metrópole fluminense. A condição de desmonte das políticas públicas para o setor pesqueiro, que perdura até os dias atuais, coloca os pescadores, sobretudo os pequenos, em situação de vulnerabilidade frente aos atravessadores que açambarcam uma parcela considerável da receita das pescarias. É bem verdade que o controle do preço do pescado por parte dos pregoeiros mudava muito pouco a condição de subordinação do pescador ao intermediário. Contudo, existia uma salvaguarda do armazenamento e comercialização do pescado, fato que contribuía para diminuição dos atravessadores.

O pescado que chegava via caminhão, foi transferido para o pavilhão 21 do CEASA no bairro de Irajá, no município do Rio de Janeiro e o pescado que chegava via embarcações foram transferidos para praia Grande e cais 88, no município de Niterói e é comercializado na garagem da sede da colônia Z8 no bairro da Ponta da Areia.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Volume 28, número 2, 1-87, Abril-Junho, 1956.
- BRASIL. **Decreto lei nº 794 de 19 de outubro de 1938**. Rio de Janeiro. “Disponível em:” <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: (22/06/2019).
- BRASIL. **Decreto lei delegada nº 7 de 26 de setembro de 1962**. Brasília. “Disponível em:” <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: (27/09/2019).
- DIEGUES, Antônio Carlos S. **Pescadores, Camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: CEMAR USP, 1983.
- DUARTE, Luiz Fernando. **Redes de Suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EDuff, 1999.
- Boicote à carne incentiva o mercado paralelo de peixe sob viaduto da praça XV. **JORNAL DO BRASIL**. Rio de Janeiro. 17 de fevereiro de 1980.
- Estado do Rio de Janeiro. **Decreto n.º 16.616 de 07 de junho de 1991**. “Disponível em:” <http://>

www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_16_616_07061991.htm. Acesso em: (15/12/2018)

EUZEBIO, Rodrigo Correa. **Artes de pesca artesanal e o fenômeno técnico na baía de Sepetiba**: o lugar do saber-fazer dos pescadores e a modernização do lugar. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1-150. Mestrado (Geografia).

INFOPESCA. **Os mercados de pesca do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro Volume 3, Fascículo 1, 2010. "Disponível em": INFOPESCA.org. Acesso em: (10 de maio 2014)

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MORAES, Antônio Carlos R. **Os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação no espaço**. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mônica; CATAIA, Márcio (ORG). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017. 1-554.

MORAES, Antônio Carlos R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

PESSANHA, Elina Gonçalves. **Os companheiros**: trabalho e sociabilidade na pesca em Itaipu. Niterói: 2003.

Os entrepostos Federais e os serviços da pesca: como se manifesta em, defesa dos pescadores, o comandante Frederico Villar. **CORREIO da Manhã**. Rio de Janeiro. 10 de fevereiro de 1934.

PINTO. Moisés Augusto. **O mercado de caça e pescado na tríplice fronteira Basil-Colômbia-Peru**. Manaus: EDUA, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Márcio Vinicio, A obra Getuliana através da revista do Serviço Público. In: **Revista pós**. V 22 N 17. São Paulo, 58-77, 2015.

RIBEIRO, Adalberto Mário. A Exposição de edifícios públicos. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 7, v. 3, n. 3, p. 90-113, set. 1944.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SILVA, Catia Antonia. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, Catia (ORG). **Pesca Artesanal e produção do espaço**: desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. 7-173

SILVA, Catia Antonia. Economia da pesca artesanal no Rio de Janeiro: desafios de método. In: SILVA, Catia (ORG). **Pesca Artesanal e produção do espaço**: desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. 7-173

SOUZA JUNIOR, Luís. **Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense**: uma análise sobre os mercados de pescado no município de Niterói. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1-115. Mestrado (Geografia).

ESTUDO DAS ARTES DE PESCA ATRELADAS ÀS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE DO PORTO HISTÓRICO DE SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

*STUDY OF FISHING ARTS ATTACHED TO THE TRADITIONS OF THE COMMUNITY IN THE HISTORIC
PORT OF SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO, BRAZIL*

*ESTUDIO DE ARTES DE PESCA LIGADOS A LAS TRADICIONES DE LA COMUNIDAD DE PORTO
HISTÓRICO DE SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO, BRASIL*

SILVA, Patrick Lóss Fernandes da

BARBOSA, Júlia Sacramento

ANDRELINO, Juliana Silveiras

BRANDÃO, Carolina de Farias

TOGNERE, Jasmyn

OLIVEIRA, Júlia Marques de

TOSTA, Marielce de Cássia Ribeiro

RESUMO

As práticas de confecção das redes de pescas utilizadas nas comunidades tradicionais, caracterizam-nas e particularizam-nas pelas técnicas e saberes atrelados na produção. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão das definições sobre redes de pesca e classificações, além de desenvolver um estudo de caso e comparação com as artes existentes na literatura e as utilizadas por pescadores na comunidade Porto, São Mateus, ES. Para tal, foram realizadas visitas e entrevistas aos pescadores da comunidade local estudada. Realizou-se análise de documentos com pesquisas em livros, revistas e sites, seguida da leitura exploratória e, posteriormente, seletiva dos dados obtidos. Como resultado, as principais artes encontradas na comunidade Porto foram tarrafa, redes, puçá e jequi, presentes em grande parte das bibliografias utilizadas como referência, além de mostrar as espécies de peixes capturados por estes artefatos. Observou-se também o emprego dos saberes tradicionais dos pescadores na confecção das artes de pesca, sobressaindo-se em relação ao saber científico. Considera-se a ausência de literaturas sobre o tema de estudo e espera-se que este trabalho sirva como subsídio para estudos futuros sobre a temática exposta.

Palavras-chave: Comunidades. Pesca artesanal. Redes.

ABSTRACT

The practices for making the fishing nets used in the traditional communities, characterize and particularize them by the techniques and knowledge linked to production. The aim of this study was to review the definitions of fishing nets and classifications, in addition to developing a case study and comparison with the existing arts in the literature and those used by fishermen in the Porto, São Mateus, ES community. To this end, visits and interviews were conducted with fishermen in the studied local community. Analysis of documents was carried out with research in books, magazines and websites, followed by exploratory and, later, selective reading of the data obtained. As a result, the main arts found in the Porto community were net, net, puçá and jequi, present in most of the bibliographies used as a reference, in addition to showing the fish species captured by these artifacts. It was also observed the use of traditional knowledge of fishermen in the making of fishing gear, standing out in relation to scientific knowledge. The absence of literature on the subject of study is considered and it is hoped that this work will serve as a subsidy for future studies on the subject exposed.

Keywords: Artisanal fishing. Communities. Nets.

RESUMEN

Las prácticas de confección de redes de pesca utilizadas en comunidades tradicionales, las caracterizan y particularizan por las técnicas y conocimientos vinculados a la producción. El objetivo de este estudio fue revisar las definiciones y clasificaciones de redes de pesca, además de desarrollar un estudio de caso y una comparación con las artes existentes en la literatura y las utilizadas por los pescadores de la comunidad de Porto, São Mateus, ES. Para ello, se realizaron visitas y entrevistas a pescadores de la comunidad local estudiada. El análisis de los documentos se realizó con la búsqueda en libros, revistas y sitios web, seguido de una lectura exploratoria y, posteriormente, selectiva de los datos obtenidos. Como resultado, las principales artes encontradas en la comunidad de Porto fueron net, net, puçá y jequi, presentes en la mayoría de las bibliografías utilizadas como referencia, además de mostrar las especies de peces capturadas por estos artefactos. También se observó el uso de los conocimientos tradicionales de los pescadores en la confección de artes de pesca, destacándose en relación con los conocimientos científicos. Se considera la ausencia de literatura sobre el tema de estudio y se espera que este trabajo sirva de subvención para futuros estudios sobre el tema expuesto.

Palabras clave: Comunidades. Pesca artesanal. Redes.

INTRODUÇÃO

Vestígios do período Paleolítico de cerca de 50 mil anos comprovam que a pesca, juntamente com a caça, foi uma das primeiras profissões exercidas pelo homem. Desta forma, desde a pré-história, o homem se alimenta de organismos aquáticos que, a princípio, eram coletados manualmente na costa, porém, ao longo dos anos, houve a aplicação de técnicas simples no preparo de artefatos para a atividade pesqueira (SAHRHAGE; LUNDBECK, 1992; AFONSO-DIAS, 2007). Após o processo de produção dos primeiros artefatos de pesca, houve a confecção dos primeiros anzóis, feitos de madeira e ossos, há cerca de 8.000 a. C. (LINS, 2011).

Entretanto, diferente da caça e da agricultura, a pesca passou por poucas mudanças ao longo da história, sendo que algumas ferramentas, processos e métodos direcionados à captura de peixes permanecem iguais ou similares aos usados há milhares de anos (AFONSO-DIAS 2007).

Carneiro e Salles (2011) apontam que as primeiras redes de pesca produzidas eram bastante grosseiras, confeccionadas com o entrelaçamento de galhos. Com o tempo, o homem passou a tecer fios vegetais, o que fez com que as redes se tornassem mais finas, resistentes e maleáveis. Com o surgimento das fibras sintéticas, produzidas de derivados do petróleo, houve aumento do tempo de vida e da resistência das artes de pesca, proporcionando maior diversificação e possibilidade de redes mais complexas, como as redes de arrasto e cerco.

À vista disso, pode-se ressaltar que a evolução que ocorre na tecnologia pesqueira tange o aperfeiçoamento e adaptação dos processos de captura e de produção dos artefatos de pesca, com novos materiais mais resistentes, finos, duradouros e de menores custos. Esse processo de melhoramento dos materiais garante menor esforço dos profissionais envolvidos, seja na pesca ou conservação dos petrechos (AFONSO, 2013; AFONSO-DIAS, 2007). Frente a isso, pontua-se que a escolha dos métodos e petrechos a serem utilizados pelos pescadores são estabelecidos conforme o ambiente de pesca, espécies alvo e época do ano (CORRÊA et al., 2012; FAO, 2012).

Neste contexto, cabe a discussão sobre os inúmeros aspectos que compõem as técnicas de pesca e as diversas maneiras de classificar suas variações. Segundo Lins (2011) às artes de pesca podem ser classificadas em artes passivas e artes ativas, diferenciando-as quanto à movimentação ou não das armadilhas no ato da captura do pescado.

Destaca-se ainda que além das questões técnicas associadas aos petrechos, tem-se a questão social atrelada a estes. Duarte (2018) afirma que “analisar e compreender um objeto através do seu processo de construção ou desconstrução é analisar e compreender as estruturas e as relações sociais que são proporcionadas por ele através de seus usos”. Dessa forma, a análise do processo de confecção das artes de pescas tende a revelar aspectos legais, sociais, culturais e econômicos das comunidades.

As práticas socioculturais dos pescadores dão às comunidades pesqueiras características identitárias, pois passam a ser uma das dimensões da vida social destes trabalhadores, um espaço de crenças, mitos e utopias, e adquirem valor simbólico e material para a reprodução da condição humana dos pescadores (FARIAS, 1988;

SILVA, 2010). Conhecer as trajetórias e os aspectos de como o ser humano manuseia a rede de pesca é redescobrir processos e relações culturais que estão intrínsecos em suas práticas, refletindo como os moradores das comunidades atribuem sentido às artes de pesca (DUARTE, 2018).

Na comunidade Porto - um dos primeiros locais colonizados pelos portugueses na então Capitania do Espírito Santo (LORDELLO, 2018) - localizada às margens do Rio São Mateus, no município homônimo, a pesca artesanal continental se firma como característica econômica e cultural desta localidade. Em visitas à comunidade, pode-se perceber que há conhecimento empírico dos pescadores atrelado ao processo de desenvolvimento das artes de pesca no que se refere à materiais, medidas e técnicas de produção.

Diante disso, este estudo teve por objetivo realizar uma revisão das definições sobre artes de pesca sob a classificação em ativas e passivas em relação a pesca artesanal em regiões continentais, a fim de descrever e classificar, por meio de um estudo de caso, as principais características e as artes existentes na comunidade Porto, em São Mateus, Espírito Santo.

ASTÉCNICAS DE PESCA SOB A CLASSIFICAÇÃO EM ATIVAS E PASSIVAS

Como tratado, as artes de pesca podem ser classificadas em ativas e passivas. O método da arte passiva está baseada na captura de animais marinhos de forma que estes se dirijam para dentro da armadilha, não ocorrendo a ação do homem ou de máquinas, tendo como técnicas utilizadas os enredamentos, aprisionamentos e a pescaria com linha e anzol (LAGLER, 1978). Em contraste, a arte ativa consiste na utilização de métodos como o uso de redes ou apetrechos que se movem em direção ao pescado, de modo que suas técnicas podem ser divididas em rede de arrasto, dragas, rede de cerco, sendo as principais o puçá, arpão, lança, flecha e tarrafa (KING, 1995; HAYES et al., 1996) (Quadro 1 e Quadro 2).

Quadro 1 - Métodos passivos utilizados na Pesca Artesanal

Classificação	Tipos
Captura por enredamento: captura de peixes utilizando-se equipamentos como redes de emalhe. Segundo Sparre e Venema (1992), existem quatro formas em que um peixe pode ser capturado por rede, sendo elas:	Pegado: quando a malha prende o peixe logo atrás do olho, possuindo-se uma malha de 100 mm; Emalhado: quando a malha prende o peixe atrás da abertura branquial, pois possui um tamanho de malha de 120 mm; Entalado: quando a malha prende o peixe perto da barbatana dorsal. Este possui o tamanho da malha de 140 mm; Enredado: quando o peixe se prende na rede pelos dentes, maxilares; barbatanas ou outras saliências, sem necessariamente ter penetrado na malha, este varia o tamanho da malha de 60 a 150 mm.
Captura por aprisionamento: consiste em apetrechos de pesca desenvolvidos para instigar a entrada de animais, impedindo a saída de organismos (peixes, crustáceos ou moluscos), sendo utilizados como métodos	Munzuá: armadilha semifixa, revestida por armação de madeira, e que possui abertura cônica na parte frontal, que impede que os organismos escapem. Utilizadas em profundidades que variam de 3 a 80 m ou mais, recoberto por malha que variam de 8 a 9 cm. Covo ou Jequi: pequenas armadilhas com diferentes formatos, constituídas de diversos materiais, promovidos ou não de isca. Currais: armadilhas fixadas no solo, constituídas de varas de madeira, telas de náilon, redes e cabos de amarração, construídos em regiões de mar tranquilo e de baixa declividade.
Pesca com anzol: é a mais simples técnica e muito utilizada para pesca, são utilizados vários tipos de anzóis.	-

Fonte: Adaptado de Tamar, 2013.

Quadro 2 - Métodos ativos utilizados na Pesca Artesanal

Rede de arrasto	São aparelhos/apetrechos para pesca, flexível, geralmente de fibras relativamente delgadas e com malhas de tamanho menor que a menor dimensão dos peixes ou mariscos que se pretendem capturar com elas.
Rede de sacada	Consiste em um pano de rede horizontal ou em bolsa com formato de paralelepípedo, pirâmide ou cone, com a boca aberta e armada para cima, que utiliza de luz ou iscas para atrair os peixes.
Dragas/rede de cerco	A rede de cerco consiste em uma grande rede utilizada para cercar cardumes de peixes. A captura ocorre após o fechamento da rede, que resulta na formação de uma "bolsa" onde os peixes ficam.
Puça	Coador ou sarrico, confeccionado com rede e ensacador, instalado em uma armação em forma de aro.
Tarrafa	Rede em forma de circular com um raio de 3 a 4 metros, confeccionadas com malhas que variam de acordo com a espécie a que destina.

Fonte: Adaptado de Tamar, 2013.

ARTES DE PESCA POR REGIÕES BRASILEIRAS

Isaac *et al.*, (1996) e Diniz *et al.*, (2006) expõem que, na região Norte, a captura de peixes realizada nos locais estudados é realizada por diversas artes, algumas bastante primitivas e de origem tradicional, e possui a intenção de capturar uma diversidade grande de espécies. Segundo os autores, além dos petrechos já citados, como o espinhel e a tarrafa, encontram-se ainda:

Malhadeira: rede de malhar de nylon multifilamento com malhas variadas; **Miqueira:** rede de emalhar de nylon monofilamento com malhas variadas; **Bubuia:** rede de emalhe longa e alta, colocada à deriva no meio do rio; **Linhas:** linha de nylon comprida, com anzol na ponta, utilizada na mão, amarrada a vara de madeira ou presa a ponto fixo na margem; **Artes de lançar:** podem ser três aparelhos distintos: arpão, arco e flecha ou zagaia que é uma haste de madeira com ponta metálica afiada; **Mais de uma:** combinação de diferentes artes de pesca utilizadas durante uma pescaria.

Doria *et al.*, (2012), colaboram adicionando as demais artes também encontradas na região Norte, sendo:

Canço: linha amarrada a uma vara de pescar com anzol e, às vezes, chumbo na sua extremidade; **Fisga:** haste de madeira com uma ponta metálica afiada; **Covi:** gaiola de arame grosso.

No tocante à região Sul do país, foram descritos por Benedet *et al.*, (2010), algumas artes de pesca encontradas no Rio Grande do Sul, dentre elas, seis diferentes das já descritas neste estudo, identificadas e divididas pelo autor em passivas e ativas, conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3 - Artes de pesca no Rio Grande do Sul

Artes passivas
Rede de saquinho: é a rede de pesca mais utilizada por pescadores artesanais no estuário;
Rede de saco: é a arte de pesca mais antiga em uso no estuário. É uma rede fixa, que se mantém armada em função da correnteza de vazante, capturando os camarões que estão em movimento na coluna d'água, funcionando como um grande filtro.
Artes ativas
Rede de coca: é uma adaptação de uma rede muito utilizada antigamente na região, chamada rede de calão;
Rede de berimbau: é uma arte de arrasto manual. A pesca pode ser efetuada com até 6 redes usadas lado a lado. A rede é formada por um corpo e um ensacador, lembrando uma tarrafa;
Rede de arrasto tipo pauzinho: é caracterizada pelo uso de um calão ou uma estrutura de ferro (pé de pato) em cada extremidade da rede, puxadas por duas embarcações motorizadas com um caíco de reboque; e
Rede de arrasto de portas: foi a arte ilegal mais comum na região. É caracterizado pela utilização de duas portas presas às asas do apetrecho.

Fonte: Adaptado de Benedet *et al.*, 2010.

A vara de molinete é pouco utilizada em pesca profissional, enquanto gerival ou cambau são definidos por serem redes cônicas arrastadas por corda manualmente ou por embarcação restrita aos estuários; e a rede de arrasto com prancha (ou porta de madeira, quando de maior tamanho e constituídas por tábuas vazadas) puxada pela popa ou pelo costado, sempre de fundo. Ademais, pode-se acrescentar a utilização de redes de pauzinho e espinhel para siri-azul, sendo esta e o “gererê” as únicas artes de pesca permitidas por lei para a captura do siri-azul, além do manuseio de apetrecho como bernunça na captura de siris e camarões (CHAVES, 2003; KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013).

Na região Sudeste, foi observada a presença de rede de espera, pesca da batida, arrasto de praia e tarrafa (rede caída) e o espinhel de fundo (MARTINS *et al.*, 2015; DAVID, 2018). Além disso, identifica-se que algumas artes encontradas nas regiões Sul e Sudeste são semelhantes, sendo classificadas da seguinte forma, segundo o ICMBio (2019):

Aparelho Primitivo: Arpão e Fisca; Aparelho com Anzol: Caniço, Corrico ou linha de corso, Espinhel fixo de fundo, Espinhel de superfície, Linha de fundo e linha de mão e Zangarilho; **Armadiha:** Aviãozinho, Cerco flutuante, Cerco fixo (curral), Covo, Manzuá e Pote, Puçá e Puçá grande); **Arte caída:** Tarrafa; **Arrasto:** Arrasto duplo, Arrasto de praia, Arrasto de parelha, Arrasto simples, Bernunça, Gerival e Picaré; **Emalhe:** Rede de emalhe de fundo, Rede de emalhe de superfície, Rede de espera-fina, Rede de volta/bate-bate, Caçoeiro e Feiticeira.

No que tange a região Nordeste, ao serem levantadas as principais artes de pesca utilizadas nas comunidades pesqueiras das diferentes regiões nordestinas, foram encontradas: a pesca com os vários tipos de anzóis, utilização do curral, o manzuá, a tarrafa, como também malheiras e/ou caceia, linha de mão e grosseira e covo. Ademais, ao analisar o que foi levantado pelos autores do presente estudo, percebe-se outras artes de pesca, como a pesca em espinhel e a utilização de diferentes tipos de redes de emalhe, sendo, o espinhel uma arte de pesca passiva utilizada com iscas para a atração do peixe, formado por uma linha central, linhas secundárias e anzóis, colocado em suas extremidades boias para facilitar a localização. Os tipos de redes de emalhe são a rede de espera, que é utilizada para a captura de peixes e crustáceos, principalmente lagostas, entretanto, sua utilização está proibida pela Instrução Normativa Nº 138/6 de dezembro de 2006. Já a rede utilizada na captura do peixe conhecido popularmente como camurim ou robalo é uma rede de emalhe ancorada que também é feita a partir de uma malha de nylon (NÓBREGA; LESSA, 2007; SOARES *et al.*, 2011; PROJETO TAMAR 2013).

São poucos os estudos sobre as artes de pesca na região Centro Oeste, sendo que nesta, a pesca esportiva predomina em relação a pesca de subsistência ou comercial, além de ser observado o enfraquecimento das comunidades pesqueiras nesta região (KALIKOSKI; SEIXAS; ALMUDI, 2009).

Já no que se refere às normas de pesca, vê-se que estas não se concentram em uma única lei, mas sim em diversas leis, portarias e instruções normativas que são constantemente modificadas, o que dificulta o acesso dos pescadores às mesmas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017). Como já citado, os artefatos variam conforme a região de utilização e, conseqüentemente, suas normativas também. Entretanto, as regiões possuem colônias de pescadores que são reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor da pesca, com forma e natureza jurídica, dessa forma, os pescadores seguem as legislações impostas pela colônia.

Cabe ressaltar, no entanto, a Instrução Normativa Interministerial - MPA/MMA, para os estados das regiões Sul e Sudeste, que estabelece que as redes de emalhe devem ter altura máxima de 4 metros, coeficiente de entalhe igual ou superior a 0,5, tamanho das malhas entre 70 e 140 milímetros, confecção exclusiva com náilon monofilamento, além de instituir períodos de proibição da pesca nessas regiões (BRASIL, 2012). Além disso, destaca-se a proibição da atividade pesqueira durante o período da piracema - que é caracterizada como a época de reprodução, na qual os peixes realizam uma migração com a subida nos rios para a desova (ANDRADE, 2003).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção deste estudo, caracteriza-se, segundo Godoy (1995), como uma abordagem qualitativa, no qual o levantamento de dados está contido na modalidade bibliográfica com extração de informações e conhecimentos obtidos em livros e artigos relacionados ao tema. A pesquisa desenvolvida pode ser classificada como descritiva, na medida em que descreve os métodos passivos e ativos da pesca artesanal do Porto Histórico de São Mateus - Espírito Santo. Considera-se quanto à natureza da pesquisa como aplicada, uma vez que utiliza bases teóricas. Sendo assim, com interesse de conhecer as características das artes de pesca no local citado, foi realizado um estudo de caso classificado como Intrínseco, que segundo André (2008), é quando o pesquisador tem um interesse intrínseco naquele caso particular, desta maneira, o interesse está em conhecer o caso, indivíduo, grupos de indivíduos, organizações etc. e suas características.

Para tal, realizou-se uma análise de documentos com pesquisas em livros, revistas e sites, utilizando as palavras chaves: redes de pesca, artes de pesca, pesca artesanal, comunidades pesqueiras, Rio São Mateus. A coleta de dados se deu no período de abril a outubro de 2019, não limitando idioma na tentativa de obter quantidade relevante de referencial teórico, contudo, foram detectados que as publicações em português eram as que continham informações relevantes ao estudo. Como resultados, foram selecionados 100 artigos, nos quais em uma ordem de relevância foram realizados os passos descritos no Quadro 4.

Quadro 4 - Processo de coleta, seleção e organização para levantamento da literatura

Definição das palavras-chave (n= 100)	Pesquisa nas bases de dados (n= 73)	Exclusão de documentos não relacionados ao objeto ou repetido (n= 36)	Seleção e organização de documentos (n= 37)
--	--	--	--

Fonte: Autores, 2020.

De modo a alcançar o objetivo proposto neste artigo, foi realizado juntamente com os pescadores artesanais que, há muitos anos residem na comunidade estudada e possuem conhecimento e envolvimento com a pesca e a construção das redes, uma entrevista semi estruturada sobre a caracterização das artes de pesca e construções das redes da região da cidade de São Mateus. Para coleta de dados, foram feitas quatro visitas, sendo elas: 27 de março, 01 de abril, 06 de junho e 20 de agosto, às 16h, logo após o período de trabalho dos pescadores, a fim de recolher informações que serviram de base para a entrevista. Sendo assim, foram coletados dados gerais dos informantes como tempo de pesca, frequência das pescarias, locais utilizados para a pesca, métodos e artes utilizados, espécies frequentemente capturadas e mais comercializadas, época de maior intensidade da pesca, forma de comércio, locais de venda e melhores épocas do ano para a prática da pesca.

As entrevistas foram realizadas nos pontos de desembarques pesqueiros ou, em outras situações, onde os pescadores encontravam-se desenvolvendo atividades relacionadas à pesca como, por exemplo, limpeza e conserto de redes e aparelhos nas proximidades do Porto Histórico de São Mateus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesca no município de São Mateus, ES

A pesca caracteriza-se como uma atividade de relevância socioeconômica no município de São Mateus, Espírito Santo, onde os pescadores se organizam em uma colônia, denominada Colônia de Pescadores Z-13 "Bernardo Zacarias dos Santos". Esta iniciou suas atividades no ano de 2005 e consiste na base de legislação dos pescadores artesanais do Porto Histórico, local de estudo deste trabalho, onde a colônia aplica atividades de apoio à pesca em água doce (GLÓRIA, 2010).

O Porto Histórico do município está situado na Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus que é um dos 12 que formam a rede hidrográfica do estado, sendo o segundo maior entre o leste de Minas Gerais ao norte do Espírito

Santo, formada pela junção dos rios Cotaxé e Cricaré, e possuindo cerca de 13.480 km² de área. Devido ao rio drenar 11 municípios no estado do Espírito Santo, este é de grande importância socioeconômica para o norte capixaba (FERNANDES, 2007). Durante o período colonial o Porto Histórico teve grande importância econômica em virtude da produção de farinha de mandioca e café (INCAPER, 2011).

No estuário do rio São Mateus, observa-se, entre as espécies de peixe mais comuns e de importância econômica: manjuba, tainha, carapebas, cangoás, escamudas, robalos, curimatã, piximas, camarão de água salgada e de água doce, ostras, sururu, crustáceos e moluscos, como o siri. Esta grande diversidade de espécies é garantida pela considerável extensão do rio São Mateus (FERNANDES, 2007; MARTINS et al., 2015). Martins et al. (2015) também apontam que a captura da manjuba e da tainha representa aproximadamente metade do total de pescado no rio - 25% e 21%, respectivamente.

CARACTERÍSTICAS DA PESCA ARTESANAL NO PORTO DE SÃO MATEUS: UM ESTUDO DE CASO

No Porto Histórico de São Mateus as embarcações utilizadas na pesca artesanal são botes de pequeno porte construídos de madeira medindo entre 5 e 8 metros de comprimento, podendo ser a remo (botes) ou motorizados com baixa potência e autonomia para apenas 1 dia de embarque. As condições de desembarque são precárias, devido à inexistência de cais ou trapiche na comunidade. Isso ocorre, principalmente, visto a entaves burocráticos, como a dificuldade de licenciamento ambiental.

Ao chegar ao Porto, o pescador desembarca a produção manualmente em pequenos recipientes e a leva até a peixaria, por exemplo. A pesca é praticada principalmente no período da manhã (5 horas às 12 horas) e tarde (13 horas às 16 horas). As áreas de pesca compreendem toda a faixa do Rio São Mateus, que tem uma extensão de 188 km, no qual os pescadores costumam se distanciar das redondezas do bairro como estratégia de captura de maior quantidade de peixes.

A pesca no Porto é marcada pela sazonalidade, apresentando oscilações no volume da produção ao longo do ano. Tendo em vista que a partir da legislação que rege a localidade, no período de piracema - este processo acontece entre os meses de outubro a fevereiro - ocorre a proibição da pesca, pois os peixes estão mais propícios à captura.

Os autores puderam perceber que os pescadores da comunidade possuem conhecimento sobre a dinâmica do ambiente e dos organismos explorados. Sabem, por exemplo, a época ideal para captura de cada espécie de pescado no local onde atuam. Para confirmar, relatam que a alta temporada do Camarão e do Robalo ocorre entre os meses de janeiro a março. Com relação ao Cangoá e à Tainha, o ápice da captura ocorre no inverno, e entre as outras espécies não há variação significativa ao longo do ano.

Praticamente todo o pescado capturado é comercializado na própria comunidade pelos intermediários, pelas peixarias e restaurantes. As espécies apontadas pelos pescadores como principais alvos da pesca artesanal são descritas no Quadro 5. Pelo relato dos moradores, pode-se perceber similaridade com a literatura abordada, evidenciando a maior captura da Manjuba e da Tainha no Porto de São Mateus.

Quadro 5 - Principais espécies capturadas pelos pescadores no Porto de São Mateus, e seus respectivos nomes científicos

Etnoespécie	Nome Científico Provável
Manjuba	<i>Anchoiella Lepidentostale</i>
Robalo	<i>Centropomus parallelus</i>
Camarão da Malásia	<i>Macrobrachium rosenbergii</i>
Tainha	<i>Mugil cephalus</i>
Curimatã	<i>Prochilodus lineatus</i>
Cangoá	<i>Stellifer rastrifer</i>

Fonte: Adaptado de Hostim-Silva et al., 2013.

ARTES DE PESCA

Em consonância ao citado na revisão bibliográfica deste estudo, os pescadores relataram que as artes de pesca são feitas artesanalmente por eles, confeccionadas em nylon monofilamento e tem como material de flutuação e peso, o isopor e o chumbo, respectivamente. Além disso, algumas técnicas utilizadas são: armadilhas fixas e rede de espera, que podem ser utilizadas na superfície, em meia água e próximas ao fundo, dependendo do tipo de comportamento do recurso pesqueiro, geralmente utilizadas para capturar peixes migratórios de cardumes.

Segundo os entrevistados, os artefatos utilizados são a tarrafa, que compreende como a arte que mais captura os peixes; redes, utilizada para a captura noturna de peixes, no qual os pescadores deixam-a no rio ao fim da tarde e pegam pela manhã: as redes costumam variar em tamanho, dependendo principalmente do lugar que será colocada, podem ser de 15, 20, 50 ou 60 metros de comprimento; puçá, utilizado na captura de siri e; jequi, especializado para capturar camarão. Estas artes citadas pelos pescadores são mencionadas e definidas nas bibliografias abordadas pelos autores, e podem ser observadas na Figura 1, e descritas no Quadro 6, onde se ressalta a predominância do uso de artefatos classificados como ativos.

Quando perguntados sobre os tamanhos específicos entre os nós para a confecção das redes de pesca, os entrevistados definiram da seguinte forma: redes de boia: 4 dedos; tarrafa: 3 dedos; puçá: 2 dedos. Também citaram que a rede não pode ter o quadriculado com 2 dedos ou menos, pois, segundo eles, esta é a restrição legal para a captura de peixes. Com isso, vê-se que, embora a ausência de instrução, os pescadores demonstram conhecer as regulamentações sobre as artes que utilizam e fazem o uso de unidades de medidas acessíveis à suas realidades, medindo em “dedos” os tamanhos dos quadriculados das redes.

Quadro 6 - Artefatos de pesca utilizados na comunidade do Porto de São Mateus – ES.

Artefatos de pesca	Classificação
Tarrafa	Ativa
Redes	Ativa
Puçá, coador ou sarrico	Ativa
Jequi ou covo	Passiva

Fonte: Autores, 2019.

Figura 1 - Artes de pesca utilizadas no Porto Histórico de São Mateus. 1a: Jequi. 1b: Jequi. 2: Puçá. 3: Rede. 4: Puçá.



Fonte: Autores, 2019.

TRADIÇÃO E DIFICULDADES

Nas visitas à comunidade, uma antiga moradora, não identificada, sempre recebeu os autores com solicitude e muito conhecimento a ser passado. A moradora é esposa de pescador e, com isso, sempre o ajudou e adquiriu experiência para a confecção das redes de pesca utilizadas pelo casal e demais moradores da região. Segundo ela, que vive há mais de 40 anos no ofício da pesca, esta atividade já foi a principal fonte renda de sua família, que comercializa os peixes no próprio bairro, mas por conta de dificuldades financeiras, elas e demais moradores buscaram outros empregos para atuar como auxílio nas despesas e justificam que a pesca tem se tornado mais difícil e escassa, devido a diminuição dos peixes no estuário do rio São Mateus.

A moradora ainda revela que possuiu todos os materiais necessários para a pesca, produzindo-os manualmente, numa técnica passada por gerações e considera a tarrafa como a arte que possui maior detalhe em sua produção. Sobre a confecção das redes, a entrevistada relata que ainda encontra dificuldades quanto ao preço e a oferta dos materiais necessários na região, mas garante que não muda os hábitos e as tradições no modo de pescar.

Consonante ao relato citado, as famílias de pescadores artesanais têm diversificado suas estratégias de reprodução social, fenômeno também conhecido como pluriatividade. A incorporação de atividades extra pesca é desenvolvida por integrantes da família: que atuam exclusivamente fora da pesca, ou que atuam tanto na pesca como fora dela. Nesse último caso, ainda é possível diferenciar duas formas de pluriatividade. A primeira é quando o pescador realiza capturas e atividades extra pesca de forma concomitante; e a segunda, quando o pescador alterna o período (época) de atuação na pesca ou fora dela de acordo com a disponibilidade de pescado e as oportunidades de trabalho extra, que podem ser buscadas em outras regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o exposto no estudo, pode-se considerar que o valor da pesca artesanal para a comunidade ao redor do Porto de São Mateus é de grande significância, concretizando como um símbolo de regionalidade e tradição das comunidades pesqueiras, que utilizam desta atividade para consumo próprio e venda nas proximidades do Porto de São Mateus.

Ademais, os tipos de artes de pesca observados na comunidade e os meios de confecção destas, sobretudo das redes, vão de encontro à maioria das bibliografias encontradas e tidas como base de pesquisa, evidenciando o caráter artesanal. Pode-se observar também que, mesmo seguindo as regras impostas por órgãos competentes, que nas comunidades tradicionais, o conhecimento empírico sobressai ao científico, fazendo valer, sobretudo, as tradições de seus viventes.

Ressalta-se neste estudo a ausência de literaturas sobre legislações e normativas para confecção de artes de pesca, sobretudo na região estudada. Também é notório a carência de estudos sobre as comunidades pesqueiras do Espírito Santo, suas tradições e valores socioculturais e aspectos geográficos.

Espera-se que este trabalho possa ser utilizado como subsídio para estudos futuros no âmbito das artes de pesca e das comunidades pesqueiras tradicionais, sobretudo da região norte do Espírito Santo.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Educação Tutorial - PET (MEC) pelo fomento à pesquisa, ensino e extensão, e aos egressos do grupo PET ProdBio: Karla Emanuely Marchese Barros, Maykol Hoffmann Silva e Ricardo Magnago de Oliveira, pela vivência e contribuições ao longo deste estudo.

REFERÊNCIAS

AFONSO-DIAS, Manuel. Breves notas sobre a história da pesca. **Biologia Marinha**. FCMA-Universidade do Algarve, 2007.

- AFONSO, M. **História de pescador: um século de transformações técnicas e socioambientais na pesca do caíçara do litoral de São Paulo (1910-2011)**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2013.
- ANDRADE, D. R.; YASUI, G. S. Manejo da reprodução natural e artificial e sua importância na produção de peixes no Brasil. **Revista Brasileira de Reprodução Animal**, v. 27, n. 2, p. 166-172, 2003.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Editora Liber Livros: Brasília, Série Pesquisa: Vol. 13, 68 p., 2008.
- BENEDET, R. A.; DOLCI, Denis C.; D'INCAO, F. Descrição técnica e modo de operação das artes de pesca artesanais do camarão-rosa no estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, v. 32 n.1, p. 05-24, 2010.
- BRASIL. Normativa nº 12, de 22 de agosto de 2012. **Instrução Normativa Interministerial MPA/MMANº 12, de 22 de Agosto de 2012**. Brasília, 24 ago. 2012. Seção 1, p. 39-40.
- CARNEIRO, P. B. de M.; SALLES, R. de. Caracterização da pescaria com rede de emalhar derivante realizada no município de Fortaleza, Estado do Ceará. **Arquivos de Ciências do Mar**, Fortaleza, p. 69-80, 2011.
- CHAVES, P. T. et al. Embarcações, artes e procedimentos da pesca artesanal no litoral sul do Estado do Paraná, Brasil. **Atlântica**, v. 25, n. 1, p. 53-59, 2003.
- CORRÊA, A.A; KAHN, J.R; FREITAS, C. E.C. A pesca no município de Coari, estado do Amazonas, Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**. v.6, n.2, p.1-7, 2012.
- DAVID, G. S. et al. Artes de pesca artesanal nos reservatórios de Barra Bonita e Bariri: monitoramento pesqueiro na Bacia do Médio Rio Tietê. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 42, n. 1, p. 29-49, 2018.
- DINIZ, M. B. et al. Atividade Pesqueira na Amazônia: limites e possibilidades para o desenvolvimento local. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/1207.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- DORIA, C. R. D. C.; Ruffino, M. L.; Hijazi, N. C.; & Cruz, R. L. D. A pesca comercial na bacia do rio Madeira no estado de Rondônia, Amazônia brasileira. **Acta amazonica**, 42(1), p. 29-40, 2012.
- DUARTE, N. S. **Redes, malhas e mãos: O processo artesanal da rede de pesca do mar ao ateliê**. 2018. 122 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- FAO, 2012. **The state of world fisheries and aquaculture**. Food and Agriculture Organization Fisheries Department. Rome, 230p.
- FARIAS, J. O. Artes de pesca e tecnologia da captura. in.: **Manual sobre manejo de reservatórios para a produção de peixes**. Programa Cooperativo Governamental – FAO – Italia. Brasília: FAO, 1988. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/field/003/AB486P/AB486Poo.htm#TOC>. Acesso em: 22 out. 2019.
- FERNANDES, M. M. S. **Comunidades de pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras, Conceição da Barra-ES: Inserção dos territórios tradicionais na dinâmica econômica capixaba**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. São Paulo – **Revista de Administração de Empresas** – v.35, n.2, março/abr. 1995.
- GLÓRIA, M. **APRESENTAÇÃO DA COLÔNIA Z13**. 2010. Disponível em: <<http://coloniadepescaz13.blogspot.com/>>. Acesso em: 26 ago. 2019.
- HAYES, D. B.; FERRERI, C. P.; TAYLOR, W. W. **Active fish methods**. In: MURPHY, B. R.; WILLIS, D. W. **Fisheries techniques**. Maryland: AFS, p. 1993-220, 1996.
- HOSTIM-SILVA, M.; LIMA, A. R.; SPACH, H. L.; PASSOS, A.C. & SOUZA, J. D. 2013. **Estuarine demersal fish assemblage from a transition region between the tropics and the subtropics of the South Atlantic**.

Biotemas, 26 (3): 153-161.

ICMBIO. **ARTES DE PESCA**. 2019. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/artes-de-pesca.html>>. Acesso em: 01 set. 2019.

INCAPER (São Mateus). **PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PROATER 2011 - 2013 SÃO MATEUS: PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES** - (2011). São Mateus: Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, 2011. 26 p. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Sao_Mateus.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

ISAAC, V. J.; MILSTEIN, Ana; RUFFINO, Mauro Luis. A pesca artesanal no Baixo Amazonas: análise multivariada da captura por espécie. **Acta Amazonica**, v. 26, n. 3, p. 185-208, 1996.

KALIKOSKI, D.C.; SEIXAS, C.S.; ALMUDI, T. Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca no Brasil: avanços e desafios. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v.12. n.1, p. 151-172, 2009.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, Marcelo. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. **FAO, Circular de Pesca e Aquicultura**, n. 1075, p. 2013, 2013.

KING, M. **Fisheries biology, assessment and management**. Fishing new books. Blackwell science ltd, 342p, 1995.

LAGLER, K. F. Capture, sampling and examination of fishes. p. 7-47. In: BAGENAL, T. **Methods for assessment of fish production in fresh waters**. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1978.

LINS, P. M. O. **Técnico em pesca e aquicultura: tecnologia pesqueira**. Pará, 2011.

LORDELLO, E. O Porto de São Mateus ES: Historicidade e atualidade. **Vitruvius**, São Mateus, jan. 2018. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.210/6834>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MARTINS, N. G., RODRIGUES, D. A., RIBEIRO, G. M., & FREITAS, R. R. D. Avaliação da atividade pesqueira numa comunidade de pescadores artesanais no Espírito Santo, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 15, n. 2, p. 265-275, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Pesca artesanal legal**. Brasília, DF, MPF, 2017.

NÓBREGA, M. F. de; LESSA, R. P. Descrição e composição das capturas da frota pesqueira artesanal da região nordeste do Brasil. **Arquivos de Ciências do Mar**, v. 40, n. 2, p. 64-74, 2007.

PROJETO TAMAR; ICMBIO . **Levantamento das artes de pesca utilizadas nas comunidades pesqueiras na área de atuação de projeto Tamar- ICMBIO**, 2013. Disponível em: http://tamar.org.br/arquivos/ARTES-PESCA-CEARA_Levantamento.pdf

SAHRHAGE, D. & LUNDBECK, J. **A History of Fishing**. Berlin: Springer-Verlag, p. 1-106, 1992.

SILVA, A. F. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: O caso potiguar. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p. 57-65, jul./dez. de 2010.

SOARES, E. C. et al. Ictiofauna e pesca no entorno de Penedo, Alagoas. **Biotemas**, v. 24, n. 1, p. 61-67, 2011.

SPARRE, P. & S.C. VENEMA. 1992. **Introduction to tropical fish stock assessment. Part 1 – Manual**. FAO Fish. Tech. Pap. 306/1. Ver. 1:376p.

CARTOGRAFIA SOCIAL: LUGAR DE ENUNCIÇÃO INSTITUINTE DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NOS GERAIS

SOCIAL CARTOGRAPHY: PLACE OF INSTITUTIONAL ENUNCIATION OF TRADITIONAL TERRITORIES IN GENERAL

CARTOGRAFÍA SOCIAL: LUGAR DE ENUNCIACIÓN INSTITUCIONAL DE LOS TERRITORIOS TRADICIONALES EN GENERAL

SANTOS, Rafael Pereira

SILVA, Roberta Alves

RESUMO

Descrever os lugares ecológicos de produção de existência das comunidades quilombolas pesqueiras como exercício instituinte de sua territorialidade é o objetivo de discussão interpretativa deste artigo. Parte-se do pressuposto hipotético de que a enunciação dos sujeitos sociais coletivos sanfranciscanos, se configura no modo instituir lugares a partir da nomeação das paisagens dinamizadas pelas águas do rio São Francisco. A metodologia adotada é a Interpretação densa e compartilhada dos fluxos ecológicos dos pescadores quilombolas de Croatá e Sangradouro Grande. A Estratégia Metodológica utilizada são as técnicas da cartografia social e interpretação do discurso nos lugares enunciativos dos povos sanfranciscanos. Como resultante, observa-se que a cosmovisão destes sujeitos se fundamenta no seco, molhado e no exercício da territorialidade a partir da enunciação que nomeia, mapeia e institui territórios sociais coletivos

Palavras-chave: Enunciação. Linguagem. Etnomapa. Dinâmica.

ABSTRACT

Describing the ecological places of production of quilombola fishing communities as an instituting exercise of their territoriality is the objective of this article's interpretative discussion. It starts with the hypothetical assumption that the enunciation of collective social subjects from Sanfranciscanos, is configured in the way of instituting places based on the naming of the landscapes dynamized by the waters of the São Francisco River. The methodology adopted is the dense and shared interpretation of the ecological flows of quilombola fishermen from Croatá and Sangradouro Grande. The Methodological Strategy used are the techniques of social cartography and discourse interpretation in the enunciative places of the people of San Francisco. As a result, it is observed that the worldview of these subjects is based on the dry, wet and the exercise of territoriality from the enunciation that names, maps and institutes collective social territories.

Keywords: Enunciation. Language. Ethnomap. Dynamics.

RESUMEN

Describir los lugares ecológicos de producción de las comunidades pesqueras quilombolas como un ejercicio instituyente de su territorialidad es el objetivo de la discusión interpretativa de este artículo. Se parte del supuesto hipotético de que la enunciación de sujetos sociales colectivos de Sanfranciscanos, se configura en la forma de instituir lugares a partir de la denominación de los paisajes dinamizados por las aguas del río San Francisco. La metodología adoptada es la interpretación densa y compartida de los caudales ecológicos de los pescadores quilombolas de Croacia y Sangradouro Grande. La Estrategia Metodológica utilizada son las técnicas de cartografía social e interpretación del discurso en los lugares enunciativos del pueblo de San Francisco. Como resultado, se observa que la cosmovisión de estos sujetos se fundamenta en lo seco, lo húmedo y el ejercicio de la territorialidad desde la enunciación que nombra, cartografía e instituye territorios sociales colectivos.

Palabras clave: Enunciación. Idioma. Ethnomap. Dinámica.

INTRODUÇÃO

As dinâmicas territoriais no sertão sanfranciscano em Minas gerais ao longo do rio São Francisco na perspectiva de Santos e Silva (2019) podem ser entendidas em três movimentos, a saber: a ocupação das terras livres pelas populações tradicionais, a expropriação destes no período militar desenvolvimentista, e, por último a reapropriação dos territórios pela emergência antes silenciada das populações que se autoatribuem a identidade tradicional em processo atual de conflito com fazendas falidas em seu território.

A política de Estado sempre foi presente, mas, sobretudo tímida no Sertão Sanfranciscano até 1960, e, por tal razão a autonomia relativa das populações se explica por leis pautadas pela moralidade local até 1950. Em “tese” a suposta autonomia foi possibilitada por fronteiras naturais da malária, o que não restringiu o surgimento de grande contingente de comunidades quilombolas de pescadores que buscavam na invisibilidade sua estratégia de resistência. Entretanto, nunca se consolidou a inexistência de comunicação ou redes de trocas e comércio entre os próprios cativos e intermediadores livres que se beneficiavam economicamente.

A invisibilidade como resistência se desfez totalmente quando as fronteiras étnicas e naturais do Sertão sanfranciscanos se desfizeram – a partir do momento em que o Estado colocou os territórios tradicionais (terra de ausentes) que aparecem nas pesquisas de Santos (2018) no bojo da internacionalização do capital. Esse ato tornou territórios de quilombolas- pescadoras (es) em empresas agrícolas com CNPJ. As compras se deram por meio do acesso de empresas ao erário público, configurando o Norte de Minas na nova fronteira do gado entre 1970 – 1990. Isso só foi possível pela ação concatenada de cartórios locais, ação dos agrimensores e, sobretudo pelos vultosos empréstimos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que ofereceu o capital para empresas comprarem e expropriarem os territórios tradicionais.

Na prática, as terras da União nas margens do rio eram de posse livre e centenária dos tradicionais, e, grande parcela das terras devolutas do Estado, sendo que ambas foram anexadas aos documentos em processos dúbios de regularização fundiária que tornou as terras forras em empresas rurais.

A metodologia utilizada neste artigo intercientífico é a interpretação densa proposta por Geertz (2015). A proposta de interpretação antropológica de Geertz busca entender o espaço, o tempo e os sujeitos a partir da observação, análises - que são balizadas pelo dito e até mesmo os silenciamentos. A descrição densa nos termos de Geertz é uma ciência interpretativa do cotidiano:

(...) a “escritura” e “explicação” aqui aparece como sendo, de forma ainda mais relativa, entre “inscrição” (“descrição densa”) e “especificação” (“diagnose”) — entre anotar o significado que as ações sociais particulares têm para os atores (...) para o que nos for possível, o que o conhecimento assim atingido demonstra sobre a sociedade na qual é encontrado e, além disso, sobre a vida social como tal (GEERTZ, 2015, p.19).

A perspectiva de Geertz (2015) compreende a “interpretação antropológica construindo uma leitura do que acontece, nessa ocasião ou naquele lugar, sem divorciá-la do que dizem ou o que fazem as pessoas (...)” (GEERTZ 2015, p. 130). Indubitavelmente, a interpretação antropológica só é possível na proposta de Geertz a partir de visitas de campo, que, neste caso foram 3 imersões investigativas de aproximadamente 5 dias cada uma, respectivamente 2 em 2018 e outra em 2019 nas comunidades quilombolas, pesqueiras e vazanteiras de Croatá e Sangradouro Grande em Januária-MG,

Ao buscar os sentidos e entendimentos expressos na identidade, território e nas territorialidades foi possível entender como se forma um indivisível território que é pesqueiro, quilombola e vazanteiro em um contexto de conflito com empresas rurais, o que também acontece nas águas marítimas, conforme Maldonado (2008). E neste contexto que se busca entender o território com um modo de vida próprio e apropriado que foi suplantando e passou pelo esbulho entre os anos de 1980 e 2013, período que os pescadores (as) tiveram que fixar moradas em ilhas anualmente alagáveis pelas cheias do rio.

A interpretação densa foi necessária posta a complexidade e amplitude temporal de expropriação dos moradores do território que tiveram suas “vidas ilhadas” por quase 35 anos, a espera do tempo oportuno de

retornar ao território. A cartografia comunitária exigiu uma construção coletiva de diferentes gerações para que fosse possível construir o etnomapa que tratasse: o território antigo e atual, respectivamente antes e depois do esbulho e os significados que foram sendo construídos nestes interstícios de tempo.

(...) o homem é um animal amarrado à teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de lei, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado (GERTZ, 2015, p. 4).

A busca de interpretar o modo de vida destes sujeitos sociais coletivos sanfranciscanos contribuiu para que os ambientes físicos e simbólicos fossem, em boa medida, analisados pelo trabalho de campo e cartografia social.

Para Almeida (2013) a Nova Cartografia Social é uma linguagem que expõe os limites e amplitudes do poder e por isso, o direito de tracejar o território tradicionalmente ocupado é contestatório visto que ele coloca em questão as fronteiras de projetos distintos de sociedade.

As técnicas da cartografia social utilizadas na construção do etnomapa pelos quilombolas pescadores (as) se deram com procedimentos de entrevistas com os mais velhos e lideranças, uso de instrumentos como GPS, celular com gravador de voz, máquinas fotográficas para registro de fotos, áudios e vídeos. Além disso, as anotações no caderno de campo foram posteriormente transcritas e debatidas na comunidade, onde se escolheu os temas identidade, conflito e território.

Possey (2001) em suas análises do povo indígena Kayapo observou que havia uma distinção de entendimento e linguagem entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. Ao observar a agricultura nas trilhas dos indígenas, concluiu que embora os indígenas não chamassem aquilo de agricultura, para ele era. Também observou que roças antigas eram deixadas para o espírito dos que ali moravam ou morrem e nesta noção, tais povos conservavam áreas com um manejo natural. Diante disso, concluiu que as diferentes linguagens e pontos de vistas cognitivos devem ser feitas a partir de interpretações compartilhadas da realidade.

As interpretações compartilhadas se dão no sentido em que os pesquisadores e pescadoras (es) quilombolas partilharam seus saberes. Como sugere Possey: "há interpretações diferentes porque há realidades cognitivas diferentes" (POSSEY, 2001, p. 282). Por esta razão, a necessidade de alternância de diálogos se deu posteriormente por meio de áudios e vídeos no sentido de complementar, interpretar e compartilhar ideias e percepções de mundo que não ficaram tão claras nos momentos de trabalho de campo.

A COSMOVISÃO DO SECO E MOLHADO

O Estado de Minas Gerais é formado pelo duplo imaginário: os sertões, enquanto uma vastidão de terra vazia e pelas Minas dos minérios. O imaginário dos gerais e das minas para Santos (2018) correspondem à formação socioeconômica do estado, entretanto ressalta que os gerais nunca foram vazios demográficos. Tal percepção de vazio nos gerais oculta uma gama de populações de pescadores (as), indígenas, quilombolas e geraizeiros que produziam os alimentos para sustentar os trabalhadores das minas por meio da pesca, coleta de frutos, cultivo da terra e processamento de alimentos até mais ou menos 1950.

A pesca e o cultivo da terra correspondem a uma ambivalência dos lugares e espaços dos pescadores (as) quilombolas do Norte de Minas. Eles exercem sua territorialidade neste complexo de lugares que abarcam o rio, a vazante, o baixão, as sequentes lagoas marginais e a terra firme com morros, carrascos/matras (terras mais áridas distantes do rio).

Nas águas do "Velho Chico" a pesca artesanal ainda se dá com saberes e técnicas ancestrais consorciadas com menos intensidade com os apetrechos da modernidade. Os apetrechos como rede e canoa persistem sendo construídos pelos comunitários, como não mais derrubam árvores pra a canoa de voga, compram tábuas e constroem seus barcos para a pesca. A agricultura de milho, abóbora e feijão é feita na vazante (depósitos de sedimentos de terra, areia e folhas que anualmente são depositados nas margens ou na calha do rio). Ressalta-se que vazantes e ilhas podem ser levadas pelo rio. Do mesmo modo que "o rio Faz, o rio desfaz" afirma a pescadora Maria das Dores (2019), e, nesta dinâmica acompanham o rio.

Os lameiros é que formam uma vazante. Quando o rio enche aquela parte da lama cobre a areia. E quando o rio abaixa, fica aquele lameiro e a gente planta nele. O baixão é onde o rio passava antigamente e mudou, nele a gente planta as plantas que dá raiz dentro da terra (tubérculos). De acordo que o rio vai vazando (baixando o nível) a gente vai plantando atrás. Por isso, a gente só planta na época que o rio vem e abaixa. As ilhas são formadas de lameiros que vira vazante. O lameiro vira vazante, a vazante vira ilha. (Maria das Dores Pereira da Silva, Entrevista, 20 novembro de 2019).

Tempo de seca e tempo de água (chuva) pautam a vida destes pescadores (as) quilombolas. Na seca pescam. Na piracema limpam a terra no alto para produzir milho e feijão, e, após a cheia cultivam nas vazantes. Assim ordenam tempo e o trabalho na pesca artesanal seja no cultivo da parte alta, seja no cultivo após a cheia na vazante.

O complexo de lugares de água: rio e lagoa e terra: vazante, lameiro, baixões e terra alta (mata ou carrasco onde cultivam e coletam frutos e mel) são a síntese da paisagem natural socializada de seu território. Aí nestas paisagens os sujeitos coletivos de Croatá e Sangradouro grande exercem sua territorialidade aqui entendida como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (LITTLE, 2002, p. 3). O território físico é formado por espaços de produção física e reprodução social e simbólica de saberes que se amalgamam e formam o lugar de vida destes grupos sociais.

A territorialidade envolve o uso e defesa do território. Segundo Almeida (2008) a territorialidade pode se evidenciar, sobretudo, mas não somente pelos fatores étnicos, ecológicos, gênero e na autoidentificação coletiva. O território dos pescadores quilombolas de Croatá e Sangradouro é formado neste sentido que a vida no lugar de vida onde se firmam as identidades de trabalho: pescador, vazanteiro e a identidade étnica quilombola.

As duas comunidades, Sangradouro e Croatá, não somente são próximas, mas possuem laços de parentesco e sofreram o mesmo esbulho possessório. Seu território tornou-se a fazenda Itapiraçaba de “propriedade” de Astério Itabayana que posteriormente tornou-se o espólio Astério Itabayana. O espólio vendido tornou-se a Empresa Agrícola Santo Antônio. Itabayana foi um rico e temido coronel moderno local que anexou as terras de ausentes registrando-as no cartório. Daí se deu o branqueamento do território com violência física e simbólica por meio de jagunços. O território com centenas de quilombolas/pescadores tornou-se palavras registradas como propriedade em cartório de registro de imóveis:

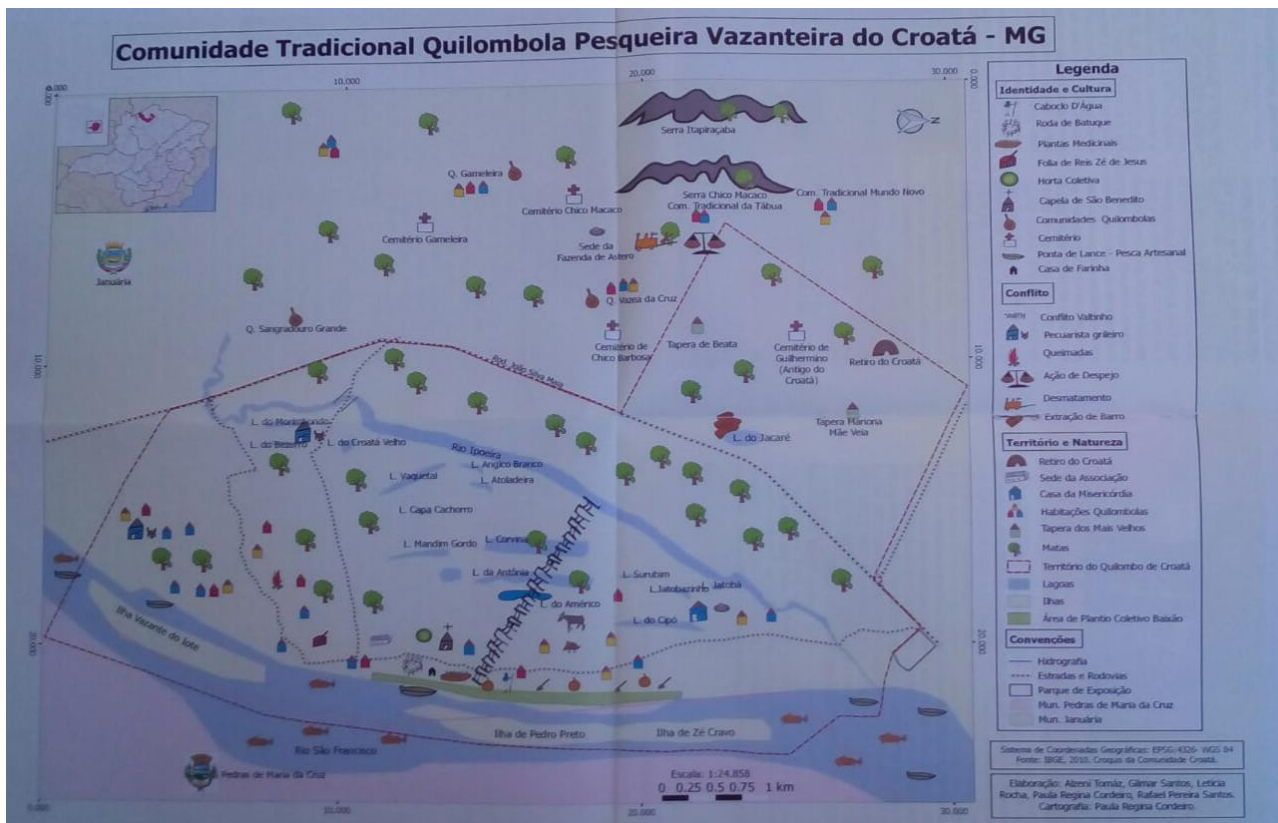
Os lugares de Tábua da Veneza, Comatá (leia-se Croatá), Porto de Maria da Cruz, Sangradouro Grande, Gameleira e Mutambeira, num total de 5.012 hectares (CRIJ, 2014, p. 1-6).

O território mapeado, conforme o etnompá abaixo indica como o mundo destes sujeitos sociais coletivos é entendido, vivido e apropriado.

O resultado deste imbróglio tornou os pescadores-quilombolas em sujeitos expropriados impondo-lhes um vida de moradores de ilhas anualmente alagáveis e, por isso, a partir de 2012 fortaleceram a luta comunitária, posto que antes as resistências familiares que se tornaram “movimentos de territorialização” (ALMEIDA, 2008, p.9), em virtude do diminuto território que limitava o crescimento das famílias.

As articulações com a Pastoral da Pesca – CPP foram importantes para fortalecer ações familiares antigas que não eram coletivas. A formação sociopolítica destes sujeitos se deu no bojo da Campanha dos Territórios Pesqueiros, construindo assim o que Catells (1999) denominou de identidade de resistência, enquanto sujeitos sociais estigmatizados e expropriados em processos de resistência e reterritorialização ancestral de seu lugar de viver, morar, trabalhar e celebrar a vida.

Figura 1 - Etnomapa da Comunidade Quilombola e Pesqueira de Croatá e Sangradouro grande;



Fonte: Comunidade Quilombola Pesqueira e Vazanteira de Croatá

O modo de apropriar do território das pescadoras (es) de Croatá e Sangradouro acompanha a dinâmica do rio. Eles instituem continuamente nomes aos lugares secos e molhados. Destas categorias de nomes eles fazem a apropriação física e daí emergem práticas territorializantes nestas Comunidades. Por assim dizer, este é o modo de tecer a cosmografia na perspectiva de Little (2002) que são resultantes vínculos e ideias de mundo.

No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados (LITTLE, 2002, p. 4).

A cosmografia da linguagem impressa nas paisagens é uma expressão das práticas sociais de nomeação que é o objetivo central deste trabalho. A nomeação emerge como um elemento fundamental na medida em que expressa uma racionalidade instituinte de territórios mapeados pela palavra, que se iniciam no labor em um determinado lugar do rio com a pesca ou na vazante e ilha, por meio do cultivo de cereais.

(...) Tinha um senhor que foi morador primeiro da ilha. Então ele pescava e começou a plantar primeiro. Então essa ilha de cá é a Ilha de Pedro Preto que era morador aqui do Croatá. E aí tinha esse outro senhor que era Zé Cravo que começou a trabalhar nessa ilha lá embaixo. (...) Eles foi trabalhando e deu o nome da ilha para ele- (Antônio das Neves, Entrevista realizada em 19 de maio 2019).

Ao nomear um lugar criam-se territórios sociais com finalidade coletiva e familiar que não é uma propriedade familiar, mas preferencialmente um território familiar com direito a sucessão no contexto de uso.

A este respeito, Emile Beneviste (1989) afirma que o estudo da língua deve ser no uso da mesma e aqui nos importa a sua natureza simbólica e material na constituição de territórios. Não é objetivo fazer a discussão dos meandros metodológicos da linguagem, seus paradigmas, seus sistemas e ou suas estruturas, mas possibilitar a emersão do contexto vivido da linguagem em pequenas comunidades em e na sua específica forma de apropriar de lugares sociais.

Beneviste é um dos estudiosos que se associa ao pensamento de Saussure e desse último herda uma concepção de deslocamento da pesquisa em linguagem com visão mais integral. Ele se preocupa com o contexto em oposição aos estudos que até então dedicavam às origens, perdas, gênese e as propriedades fundamentais das línguas. Entretanto, ambos se divergem em um aspecto, enquanto Saussure faz opção do estudo da língua na escrita, Beneviste propõe pensar a língua em seu contexto de uso.

Partindo do pressuposto de que a língua se constrói no contexto vivido para Beneviste (1989) é que sustentamos o argumento de que no São Francisco as práticas de sociabilidades e ritos de nomeação no campo da linguagem que cria territórios que se alteram, permanecem pela dinâmica das águas.

Na perspectiva de Beneviste (1989) discutir linguagem é discutir uma faculdade humana e aqui importa entender como o símbolo linguístico mediatiza e organiza o pensamento a partir de categorias de enunciação expressas no território. Para Beneviste a língua só se dá na relação necessária: pessoa, espaço e tempo. A pessoa é sempre um pressuposto da relação eu-tu (ego), fala que sempre se direciona para o outro, no aqui (lugar) e agora (tempo). E aí que se sustentam a teoria da enunciação *ego – hic et nunc* (eu-aqui-agora). Isso significa dizer que as pessoas estão em relação e se constroem discursivamente no tempo e no espaço enquanto sujeito que fala ou melhor que enuncia e pronuncia construindo o seu território:

O que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo. Isso determina a estrutura do quadro figurativo da enunciação, o do diálogo, que tem obrigatoriamente um eu e um tu (Beneviste, 1989 p. 87).

A enunciação é um elemento que indica a percepção dos sujeitos em relação. A categoria seco e molhado (terra e água, tempo de chuvas-cheias e baixa do nível do rio) são expressões da cosmovisão de lugar e tempo e tudo isso compõe o arranjo ecológico que abarca os lugares possíveis que compõem o território dinamizado pelas águas. Ao instituírem nomes criam-se limites de uso em oposição às fazendas e se constroem os territórios coletivos e familiares.

Os pescadores (as) quilombolas constroem sua casa no barranco do rio, mas têm entendimento que o rio é dono do caminho e por tal razão muitos ao dizer que uma casa ou uma tenda de farinha foi submersa com areia os mesmo dizem: “o rio comeu”. Outra questão recorrente nas falas dos pescadores (as) é “o rio São Francisco é meu patrão”. O rio emerge como sujeito que se constrói numa relação de identidade, trabalho e lugar.

Todos podem usar o rio, mas aqui o rio tem marcação. Só na nossa comunidade tem mais de 5 lanços. (...) Aqui tem um lanço de meu esposo João e João Lucas. Mais acolá tem o último. O lanço é o lugar onde se faz o arrasto da rede (...) é na Ilha de Pedro Preto é o último lanço que tem, é o lanço de seu Betinho que no caso não aguenta mais pescar e passou para o filho. (Maria das Dores Pereira Silva entrevista realizada em julho de 2018).

Ter um lanço ou ter direito de participar deste é saber que ele é um sistema comunal aberto aos chegantes. A princípio, no início do ano (após as últimas cheias) o interessado (a) se oferece ou é convidado a limpar a calha do rio, para tirar galhos e madeiras que impedem a rede de passar livremente no fundo do rio sem enganchar e executar bem a sua função que é capturar peixes.

Para Bourdieu (1996) os atos da linguagem são linguístico e extralinguísticos e a isso pode-se dizer que o ato linguístico que se dá no colocar de colocar um nome e o ato extralinguístico se dá no apropriar do lanço e da vazante por meio do trabalho de limpa do rio, e no primeiro trabalho na vazante ou lameiro. Se a palavra constrói as coisas ela também classifica e a maneira mais eficaz é fazer com que uma instância social reconheça impondo uma identidade e uma fronteira.

CONCLUSÕES

A credibilidade do nome dado, pelo primeiro a trabalhar na vazante e limpar o canal do rio, reafirma que a terra é de quem trabalha e nomeia ela. E nas práticas de sociabilidades, se observa a moralidade do grupo que reconhece o direito de posse num sistema aberto e comunal. Se o rio faz e desfaz o trabalho constrói e põe

instância social por meio do trabalho e reconhecimento do grupo social.

A linguagem no contexto vivido e o território etnoecologicamente mapeado faz transcender barreiras e padrões e por isso tais percepções e práticas colaboram para pensar os limites dos e as fronteiras traçadas no horizonte do espaço, na perspectiva do tempo e a partir da enunciação emancipadora e emancipada que institui e configuram paisagens naturais traçadas pelo rio em lugares sociais de reprodução da vida.

Os saberes que emergem desta práxis são decoloniais na medida em que eles põem em questão saberes, instituições e a noção ocidental de propriedade em um contexto de território fluido que se faz e desfaz, assim como a vida. Disso é possível depreender uma ética civilizacional para se pensar consenso, dissenso e mais do que isso uma ética da convivência humana em um sistema aberto em que o próprio é nomeado, trabalhado e institucionalizado na medida em que ali, naquele momento uma família e ou populações se conhecem e se respeitam enquanto a partir de forças instituinte de dentro e não instituídas e impostas hierarquicamente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. B. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B e JUNIOR, E. A. de F. (Org.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**: Manaus: UEA Edições, 2013. p. 157 – 173.
- ALMEIDA, M. G. de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F. BRAGA, H. C. (orgs) **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia 2008.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- BOURDIEU, P. **Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo. Editora: paz terra, 1999.
- CRIJ. **Cartório de Registro de Imóveis de Januária**. Januária, 2014. p. 1-6.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTV, 2015.
- LITTLE, E P. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, out. 2002 Campo Grande – MS. p. 33-52.
- MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima**. São Paulo, Annablume. 1993.
- NEVES, A. **Entrevista**, Januária, 2019.
- SILVA, M. D. P. **Entrevista**. Januária, 2019.
- POSSEY, D. A. Interpretando e utilizando a realidade dos conceitos indígenas: o que é preciso apreender dos nativos? In DIEGUES, A. C. **Espaços Naturais de Uso Comum**. São Paulo, NAPAUB – USP, 2001.
- SANTOS, R. P. **Da Existência Ilhada ao Território: estratégias e trajetórias da Comunidade de Croatá, MG na busca de conquistar seu território**. [Dissertação de Mestrado]. Diamantina: UFVJM, 2018. 233 p.
- SANTOS, R. P; SILVA, R. A. Como as Águas do Rio, a Vida é Movimento: pesca e conflitos por terra e água no rio São Francisco In: FERREIRA, G. H. C. (Org.) **Geografia agrária**. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DE ITAIPU

IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE ARTISANAL FISHERIES ACTIVITY IN ITAIPU

IMPACTOS DE LA PANDEMIA DE COVID-19 EN LA ACTIVIDAD DE PESCA ARTESANAL EN ITAIPU

PINTO, Pedro Benicio Almeida

BASTOS, Rafael Schneider

SOUSA, Everthon Cosme de

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de explicitar as consequências socioeconômicas que a pandemia do COVID-19 trouxe aos pescadores artesanais de Itaipu e analisar as políticas municipais e a oferta dos auxílios emergenciais por parte do Estado, bem como a sua efetividade. Trabalhando a metodologia da geografia das existências, foram utilizadas literaturas sobre o circuito produtivo da pesca artesanal, território, políticas públicas e Niterói, além da realização de trabalhos de campo que cumpriram todas as recomendações de distanciamento social. Através das entrevistas realizadas em campo, foram obtidos relatos e dados cruciais para a elaboração da pesquisa, sendo entrevistados pescadores artesanais locais e lideranças da comunidade tradicional do Sítio da Jaqueira (localizado no Morro das Andorinhas) e da colônia de pescadores Z-7, órgão responsável por mediar a relação entre os pescadores e o Estado para a obtenção dos benefícios das políticas de assistência social em meio ao período de pandemia. Observou-se que as medidas restritivas impostas em Itaipu impactaram grandemente a vida dos pescadores artesanais e de suas famílias. Portanto, a manutenção das políticas de assistência social oferecidas tornou-se indispensável para se atravessar este período pandêmico.

Palavras-chave: COVID-19. Geografia. Itaipu. Pandemia. Pesca artesanal.

ABSTRACT

This study was conducted with the objective of explaining the socioeconomic consequences that the COVID-19 pandemic brought to artisanal fishermen in Itaipu and of analyzing municipal policies, the provision of emergency aid by the State, as well as its effectiveness. Working on the methodology of Geography of Existences, literature on the productive circuit of artisanal fishing, territory, public policies, and on the Niterói city was used. Furthermore, the researchers carried out fieldwork that fulfilled all recommendations for social distancing. Reports and crucial data for the elaboration of this study were obtained through interviews that were conducted in the field. More specifically, the researchers interviewed local artisanal fishermen and leaders of the traditional community of Sítio da Jaqueira (located in Morro das Andorinhas) and the fishermen colony Z-7, the responsible body for mediating the relationship between fishermen and the State to obtain the benefits of social assistance policies during the pandemic. It was observed that the restrictive measures imposed in Itaipu greatly impacted the lives of artisanal fishermen and their families. Therefore, the maintenance of the offered social assistance policies became indispensable for local artisanal fishermen to get through the pandemic period.

Keywords: Artisanal fishing. COVID-19. Geography. Itaipu. Pandemic.

RESUMEN

Esta investigación fue realizada con el objetivo de explicitar las consecuencias socioeconómicas que la pandemia COVID-19 trajo a los pescadores artesanales de Itaipu; de igual forma de analizar las políticas del gobierno local y la oferta de asistencias de emergencia por parte del Estado, incluso su efectividad. Basándose en la metodología de la Geografía de las Existencias, se utilizaron las literaturas sobre el circuito productivo de la pesca artesanal, del territorio, políticas públicas y también sobre la ciudad Niterói. Además, se realizaron trabajos de campo que cumplieron con todas las recomendaciones de distanciamiento social. A través de entrevistas realizadas en el campo fueron obtenidos relatos y datos importantes para la elaboración de la investigación, teniendo como entrevistados a pescadores artesanales de la misma localidad y líderes de

la comunidad tradicional del Sítio da Jaqueira (ubicado en el Morro das Andorinhas) y de la colonia de pescadores Z-7, órgano responsable de mediar la relación entre los pescadores y el Estado para la obtención de los beneficios de las políticas de asistencia social durante el período de la pandemia. Se observó que las medidas restrictivas impuestas en Itaipu impactaron de manera significativa la vida de los pescadores artesanales y de sus familias. Por este motivo, la manutención de las políticas de asistencia social ofrecidas se volvió indispensable para atravesar este período pandémico.

Palabras clave: COVID-19. Geografía. Itaipu. Pandemia. Pesca artesanal.

INTRODUÇÃO

Com o advento da pandemia de COVID-19, o Rio de Janeiro tornou-se um dos estados mais atingidos do Brasil. Foi necessária a implementação de medidas de isolamento social na intenção de conter a propagação do vírus e preservar vidas. Niterói foi um dos primeiros municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro a aderir a tais medidas. Contudo, além do peso das muitas vidas perdidas, impactos econômicos foram inevitáveis em diversas atividades do município, como, na pesca artesanal, que, através dos tradicionais pontos de comercialização de pescado, como o Mercado São Pedro, o Comércio de Pescado de Jurujuba e a Praia de Itaipu configuram uma fração importantíssima da economia niteroiense, sem contar com os outros tradicionais pontos de comercialização que somam uma grandiosa produção para o estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Rio de Janeiro de 2019 (PMAP-RJ, 2019), a pesca artesanal foi responsável por 1.756.765,5 kg de pescado em 2019 no município de Niterói, realizando-se através de 99 categorias de pescados diferentes. Com as restrições da quarentena em 2020, estes números tendem a ser muito menores.

Nos esforços de se amenizar os impactos econômicos, a Prefeitura do Município de Niterói criou o programa Busca Ativa, que passou a alcançar os pescadores artesanais com um valor de R\$500,00 mensais a partir de abril de 2020. Sendo assim, esta pesquisa foi pautada na metodologia da geografia das existências (SILVA, 2014), que é voltada para se produzir um novo olhar e interpretação sobre o mundo, utilizando-se de um método dialógico que busque a valorização do banal, do cotidiano, podendo ser capaz de aprofundar a compreensão, procurando se conectar com o objeto de estudo e entender as geograficidades das populações subalternas, possibilitando o conhecimento do sentido de pensar e agir do sujeito histórico.

Para a realização do estudo foram feitos levantamentos bibliográficos a respeito da localidade e da atividade pesqueira artesanal. Com base na pesquisa bibliográfica foi elaborado um questionário a respeito das questões da pesca artesanal em Itaipu e sobre a pandemia. A partir da estruturação dos questionários foram desenvolvidos dois trabalhos de campo – um no dia 31 de agosto de 2020 e outro no dia 26 de outubro de 2020 – sendo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas no sentido de dar uma elasticidade e interação nas respostas e com o entrevistado, possibilitando termos uma abrangência e liberdade maior em relação ao assunto a ser trabalhado.

Dessa forma, foram elaborados três questionários – um para os pescadores artesanais, um para a colônia Z-7 e um para a FIPERJ – de, em média, onze perguntas cada, pré-estabelecidas e desenvolvidas por nós. O planejamento inicial contava com um processo maior, que devido ao aumento do número de casos de COVID-19 no município, precisou se readequar às limitações impostas na ocasião. Ao todo foram entrevistadas vinte pessoas, sendo dezoito pescadores artesanais, um membro da Colônia de Pescadores Z-7 e um membro da FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro).

Além das entrevistas foi feito um levantamento de dados secundários no intuito de identificar os impactos sentidos na atividade pesqueira artesanal do bairro de Itaipu desde o início da distribuição do programa Busca Ativa (que teve seu início em abril de 2020) até o presente momento (10 de janeiro de 2021), além de analisar a maneira com a qual as políticas emergenciais municipais e federais têm amparado os pescadores artesanais e suas famílias – ambos foram feitos a partir da análise de decretos municipais emergenciais publicados no diário oficial.

As informações foram obtidas através das páginas da Prefeitura Municipal de Niterói nas redes sociais, das respostas obtidas nos questionários e das informações obtidas no site oficial da Prefeitura Municipal de Niterói, voltado para informações sobre a pandemia no município. Além disso, também foram analisadas versões anteriores do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira no estado do Rio de Janeiro (PMAP - RJ) e confrontadas com as informações obtidas na pesquisa, a fim de se obter um panorama sobre a diferença na produção pesqueira entre o período estudado e o anterior à pandemia.

O recorte espacial da pesquisa é o bairro de Itaipu que está localizado na cidade de Niterói – RJ, que possui uma população estimada de 515.317 habitantes, segundo o IBGE (2020) e está entre os municípios com maiores IDH do Brasil. O bairro está localizado na região sudeste do município, e está inserido na parte costeira, como mostra o mapa da Figura 1.

É importante destacar que o município de Niterói possui uma boa infraestrutura urbana, sanitária e de saúde. Itaipu em si é um lugar bem peculiar que tem em sua trajetória a característica de ser o lar de comunidades tradicionais com uma longa história de resiliência. Localizado na região oceânica, o bairro é conhecido também pela abundância em riquezas naturais, que junto às culturais, preservam-se na medida do possível pelas instituições atuantes no território e pelos próprios moradores. As comunidades tradicionais, a existência do Sambaqui Duna Grande, o Morro das Andorinhas, o prédio histórico onde hoje se localiza o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), são algumas das áreas de grande importância cultural, natural e paisagística para a região.

A luta dos pescadores artesanais vai muito além de simplesmente uma tentativa de manter uma atividade que garanta seu sustento, pois os mesmos lutam pela preservação das características socioculturais e naturais de todo o território, sendo essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico e da manutenção da biodiversidade locais, assim como na preservação dos patrimônios materiais e imateriais existentes.

Itaipu é um lugar que possui vários elementos culturais registrados como patrimônio: as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, a Igreja de São Sebastião, o Canto Sul da Praia de Itaipu, o sambaqui da Duna Grande e a própria pesca artesanal. (PRIMO, ARAÚJO, 2018, p. 15).

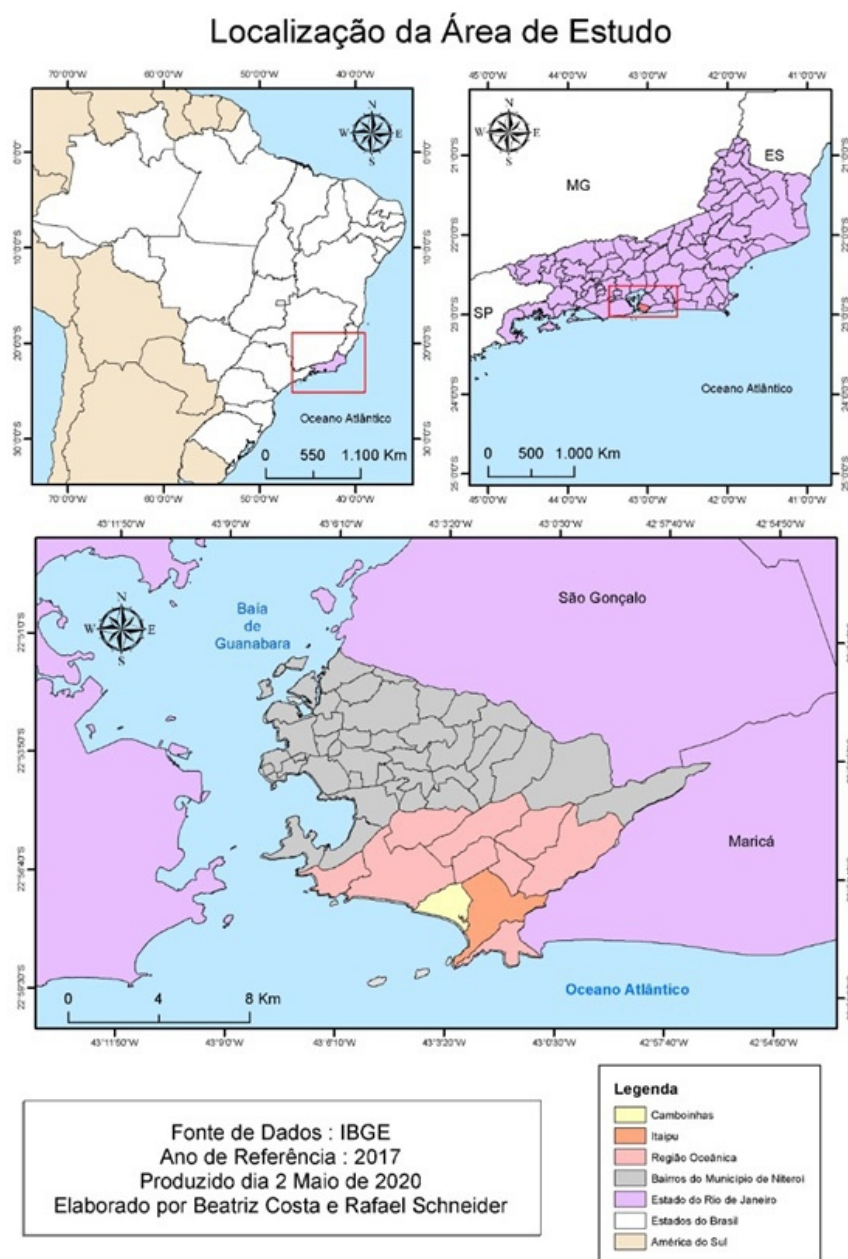
Vale lembrar que os pescadores artesanais utilizam de técnicas de pesca que respeitam a dinâmica natural do ambiente com um uso consciente e nada predatório – diferentemente da pesca industrial –, fruto da ligação forte que os mesmos possuem com o lugar – que envolve uma relação de identidade e respeito com o meio – e de toda a tradição passada de geração em geração, que nutre um pensamento consuetudinário.

Um ótimo exemplo para isto é a existência do Sítio da Jaqueira, localizado no Morro das Andorinhas, que foi e está sendo essencial para impedir os avanços do interesse do mercado imobiliário – com uma presença já muito imponente em Itaipu e em alguns bairros vizinhos, como Itacoatiara e Camboinhas – e do turismo predatório, que seria uma grande ameaça à fauna e à flora que ali existem em abundância.

Segundo Seu Marcos, pescador artesanal entrevistado do Sítio da Jaqueira, a presença das famílias no Morro das Andorinhas ajuda a preservar o local – que é rico em trilhas e espaços próprios para a contemplação da paisagem – da poluição oriunda da visitação não controlada e do uso indevido do espaço comum. Seu Marcos argumenta que a existência das famílias do Sítio da Jaqueira é um meio de resistência, já que desde a geração anterior eles combatem o interesse dos grileiros e da especulação imobiliária no local, que sem as devidas proteções, certamente já estaria desmatado.

Em 2020 Itaipu tornou-se um dos bairros mais atingidos pela pandemia de COVID-19. Por conta disso, faz-se necessário elaborar estudos e medidas políticas que visem à manutenção da defesa às comunidades do local.

Figura 1 - Mapa de Localização da área de estudo.



Fonte: Produzido por Beatriz Costa e Rafael Schneider.

A PESCA ARTESANAL DE ITAIPU E A PANDEMIA

Os pescadores artesanais de Itaipu realizam tradicionalmente um comércio de pescado que se concentra principalmente no contato direto com compradores e atravessadores, contando com a orla da Praia de Itaipu como um espaço indispensável de consumo da pesca artesanal: sua comercialização. Para entender a maneira como a pandemia de COVID-19 e seus efeitos impactaram a atividade pesqueira artesanal do local, é preciso primeiramente entender a dinâmica de trabalho destes pescadores artesanais e o seu envolvimento com a praia e o entorno, não apenas como lugar de vivência e resistência aos muitos conflitos relacionados a seu território e o interesse de agentes hegemônicos no mesmo, mas também como parte do processo de seu trabalho, sendo assim uma instrumentalização do lugar em favor de sua tradição e subsistência, de forma consuetudinária.

Deste modo, é necessário refletir sobre como se dão os processos de pesca e comercialização do pescado

no local, para aí então considerarmos os impactos identificados. A autora Silva (2014, p. 32) destaca que a pesca artesanal possui a característica de ser

Uma atividade de extração e de coleta de pescado e de frutos do mar, em que os pescadores atuam em regime de parceria, sem vínculos empregatícios. Esta atividade envolve relações familiares e de solidariedade entre conhecidos dos mesmos *sítios* (grifo do autor).

De um modo geral, a pesca artesanal é feita com embarcações de pequeno porte, o que torna difícil o pescado ser extraído em grande quantidade. E a sua comercialização, Silva (2018, p. 46-47) aponta que num trabalho de campo foi possível perceber

(...) que esse pescado que é vendido na praia não se faz diretamente pelos pescadores, e supõe uma atualização dessa figura mediadora em função das circunstâncias do turismo, ou seja, junto dos atravessadores aparece esse vendedor de beira de praia como opção de compra do pescado.

Ou seja, o pescado dificilmente acaba sendo vendido diretamente ao consumidor final, ele passa por intermediários. No caso, em Itaipu, os pescadores ainda conseguem fazer uma venda direta para o consumidor final porque acabaram se unindo e montando um mecanismo de venda na própria praia. Esses fatores fazem com que a pesca local tenha uma característica diferenciada em relação a outros redutos de pesca da região.

Com a implementação das medidas de isolamento social e o plano de transição gradual para o novo normal, segundo o Decreto nº 13.588/2020, o acesso à praia de Itaipu foi restringido, através de uma série de protocolos, que se distinguem em nível de severidade pela cor ("Amarelo Situação de "Alerta", Amarelo Situação de "Alerta Máximo", Laranja Situação "Atenção Máxima", Vermelho "Situação Grave" e Roxo Situação "Altíssimo Risco") (Decreto Municipal de Niterói nº 3499/2020), chamados de sinais, e que se alternam de acordo com a situação do município em relação ao enfrentamento à pandemia (número diário de infectados e mortos e porcentual de leitos ocupados no município, por exemplo), como mostra a tabela 1, contando inclusive com modificações no trânsito do entorno por carros e frotas de ônibus, como mostra o mapa da Figura 2, ao identificar que a rota do ônibus OC2 não seguia mais para a Praia de Itaipu aos finais de semana, parando consideravelmente antes e desincentivando a aglomeração na mesma.

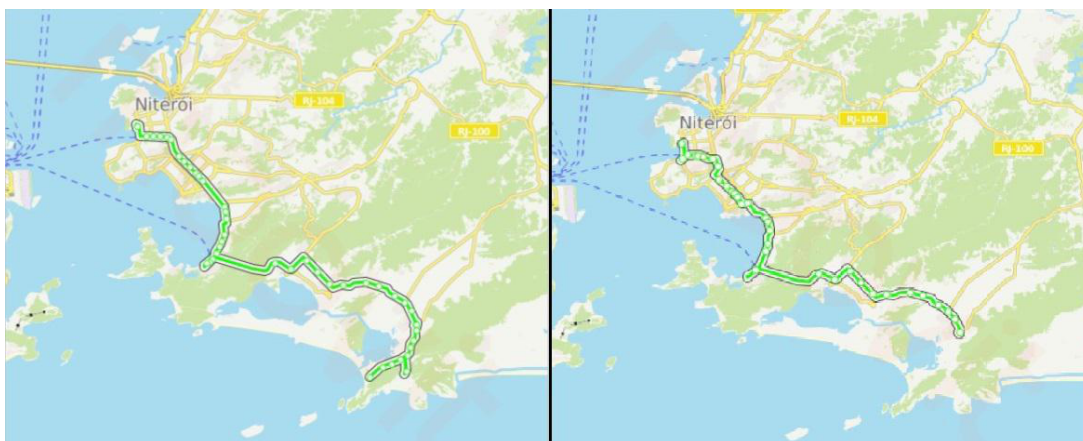
Tabela 1 - Tabela correspondente aos critérios de funcionamento e os protocolos obrigatórios das atividades nas praias do litoral e águas internas, durante o sinal amarelo nível 2

SINAL AMARELO NÍVEL 2									
// Atividade				// Critérios de funcionamento					
Essencial	Sector	Tipo de Atividade	Subtipo de Atividade	Risco Setorial (a 0,8)	Operação	Modo de Operação	Horário (Presencial)	Taxa de ocupação**	
LATER		Praias do litoral e águas internas				Presencial restrito/ atividades individuais	Diferenciado	50% do teto de ocupação	

SINAL AMARELO NÍVEL 2									
// Protocolos Obrigatórios									
Protocolos de prevenção aplicáveis a todos os sinais	Informativo Visível	Monitoramento da temperatura	Testagem trabalhadores sintomáticos	Distanciamento entre pessoas	Revezamento, escalas, senhas	Tratamento preferencial grupos de risco	Afastamento grupos de risco	Afastamento por suspeita ou surto *	Restrição específica à atividade
✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Atividades individuais

Fonte: Decreto Municipal de Niterói nº 3499/2020 <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2020/350/3499/lei-ordinaria-n-3499-2020-dispoe-sobre-novas-medidas-para-o-enfrentamento-aos-efeitos-da-covid-19?q=3499%2F2020>. Editado para este artigo.

Figura 2 - Mapa comparativo de alterações no Itinerário da linha OC2 para o acesso à Praia de Itaipu. / A) Itinerário em dias de semana/ B) Itinerário aos fins de semana.



Fonte: Moovit. https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-line-OC2-Rio_de_Janeiro-322-1385682-5291674-0

A pesca artesanal já vinha sofrendo impactos desde o mês de março, quando teve interrompida, pelo susto da pandemia, a Semana Santa, que tradicionalmente é um excelente período de vendas. Como já era de se esperar, os impactos da quarentena vieram à tona, provocando uma queda considerável na comercialização do pescado. Segundo informações obtidas com a Presidenta da Colônia de Pescadores Z-7, até novembro de 2020, as vendas mantinham uma queda de cerca de 70% na Praia de Itaipu em relação ao mesmo período do ano de 2019, prejudicando o sustento de muitas famílias da região.

Nos esforços de se diminuir o prejuízo financeiro, os pescadores artesanais de Itaipu passaram a adotar meios de comercializar o pescado sem desrespeitar as medidas de isolamento social, adotando, por exemplo, a prática da Pesca *Delivery*, com o auxílio de telefone e redes sociais, configurando assim um meio totalmente modernizado de venda, assim como o vivenciado por diversas outras profissões, que passaram a ter que repensar os seus métodos para se adaptar ao contexto de isolamento social, como os professores, que passaram a adotar as videoaulas e videoconferências como meio de realização do seu ofício. Contudo, para os pescadores artesanais, esta prática de venda alternativa ainda não tem sido bastante para suprir o déficit gerado pelo período de quarentena e nem se iguala à venda na beira da praia, gerando menos lucro e criando um novo déficit em relação aos valores arrecadados nos anos anteriores nos mesmos períodos.

AS POLÍTICAS EMERGENCIAIS E SUA EFETIVIDADE PARA COM OS PESCADORES ARTESANAIS DE ITAIPU

Diante da crise instaurada pelo Coronavírus, a Prefeitura Municipal de Niterói elaborou um programa de mitigação de impactos econômicos e sociais que consiste em um auxílio emergencial mensal no valor de R\$500,00 a categorias produtivas específicas, como ambulantes, artesãos, quiosqueiros e pescadores artesanais, que irá se estender junto ao cartão alimentação¹ até, por enquanto, março de 2021. No entanto, alguns pescadores encontraram problemas para adquirir o benefício, visto que a documentação é um entrave necessário para a obtenção do mesmo. Para receber o auxílio do programa, o pescador artesanal deve possuir RGP (Registro Geral de Pesca) e NIT (Número de Identificação do Trabalhador).

Nas entrevistas realizadas na praia de Itaipu, observamos uma diversidade de situações, com pescadores que possuem o cadastro em dia e recebem o auxílio municipal (Busca Ativa), pescadores que alegaram dificuldade de se cadastrar e recebem apenas o auxílio emergencial do governo federal e pescadores que

1. Cartão alimentação é um crédito que a Prefeitura Municipal de Niterói disponibilizou em nome de cada pescador que possuísse o RGP, NIT, Seguro Especial/Pescador Artesanal, os documentos pessoais como identidade e CPF e o comprovante de residência. Permite que os mesmos possam comprar comida, remédios e combustível. O cartão é recarregado desde abril de 2020, sempre no dia 9 de cada mês, no valor de R\$500,00.

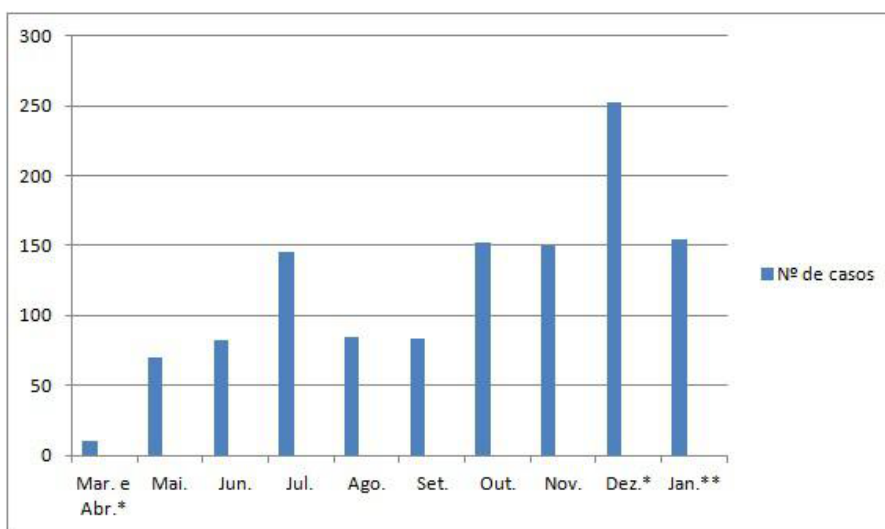
conseguiram assegurar o direito de receber ambos os auxílios. Contudo, infelizmente, o auxílio emergencial do governo federal não foi prorrogado para o ano de 2021, agravando ainda mais a situação de muitos pescadores e de suas famílias, que passaram a depender inteiramente do recebimento do auxílio disponibilizado pela prefeitura.

Podemos perceber que as mudanças ocorridas nos últimos anos impactaram negativamente a vida dos pescadores artesanais. As mudanças realizadas, principalmente, no acesso aos direitos sociais promovidas pela modernização trouxeram dificuldades para os pescadores artesanais no acesso ao meio digital por diferentes motivos, como falta de clareza, sistema complexo, e inúmeros outros, apontam Sampaio et al (2020) em seu trabalho científico, no qual fica clara a necessidade de medidas de apoio aos pescadores, como a realização de cartilhas e oficinas para esclarecer e auxiliar o entendimento do processo, que acaba se tornando difícil, moroso e burocrático.

A burocracia continua sendo um entrave para os pescadores artesanais, apesar de terem o reconhecimento, pelo Estado. Rainha et al. (2014) afirma que a burocracia do Estado se apresenta, como para a ossatura, negando a história dos lugares e as diferentes formas de vida e de trabalho, no território (SAMPAIO et al., 2020, p. 88).

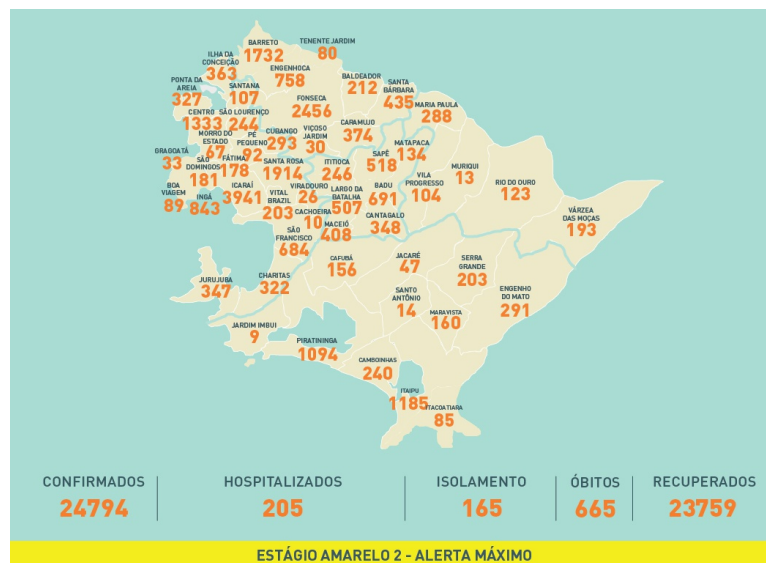
De todo modo, a atividade pesqueira artesanal tem sofrido como um todo na localidade de Itaipu. O panorama futuro só melhoraria se nos apegarmos às possibilidades de elaboração de um plano de vacinação para a população, que, ao que tudo indica, poderia gerar posteriormente uma flexibilização segura das restrições de acesso à praia, tendo em vista que os números de casos de COVID-19, conforme mostra o gráfico da Figura 3, tiveram um grande aumento no fim de ano (dezembro de 2020) e continuam subindo, com números maiores do que a metade de dezembro, tendo contabilizado apenas a primeira semana de janeiro de 2021.

Figura 3 - Gráfico de Número de Casos de COVID-19 em Itaipu de Março de 2020 a Janeiro de 2021.



Fonte: Produzido por Everthon Sousa e Rafael Schneider. Informações retiradas da página oficial da Prefeitura Municipal de Niterói no Facebook https://www.facebook.com/PrefeituraMunicipaldeNiteroi/photos/?ref=page_internal. *Os dados só vão até o penúltimo dia do mês. **Os dados só vão até o dia 10.

Segundo dados publicados pela Prefeitura de Niterói, presentes no mapa da Figura 4, até o dia 10 de janeiro Itaipu acumulava um número de 1185 casos de COVID-19, sendo o bairro mais atingido da Região Oceânica, e com a maior taxa do município inteiro, já que possui apenas 6657 habitantes, enquanto que Icaraí, que possui o maior número geral de casos (3941) comporta 82916 habitantes, uma população 12 vezes maior que a de Itaipu; Icaraí tendo um caso a cada 20 habitantes e Itaipu um caso a cada 5,5 habitantes, aproximadamente.

Figura 4 - Cartograma de Número de casos de COVID-19 por bairro em Niterói, atualizado em 10 de janeiro de 2021.

Fonte: Página oficial da Prefeitura Municipal de Niterói no Facebook https://www.facebook.com/PrefeituraMunicipaldeNiteroi/photos/?ref=page_internal.

O mapa acima expõe o nível de vulnerabilidade em que os pescadores artesanais se encontram, pois, além de terem sua prática e – em maioria – morarem no bairro com a maior taxa do município, estão em uma situação de exposição não só ao vírus, mas também às consequências socioeconômicas e aos conflitos que a pandemia apenas intensificou, em uma comunidade já muito marginalizada.

A PANDEMIA COMO UM AGRAVANTE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS EM ITAIPU E AS DIFICULDADES IMPOSTAS AOS PESCADORES ARTESANAIS

Em Itaipu, historicamente, há conflitos que envolvem a população com alto poder aquisitivo, o mercado imobiliário e o governo municipal com os pescadores artesanais, tendo em vista a fuga dos centros urbanos pela população mais abastada em procura de áreas mais afastadas onde ainda existam as amenidades ofertadas pela natureza (temperaturas mais amenas, praias próprias para o banho, belezas paisagísticas naturais, etc.), devido ao fato de que as consequências socioespaciais do processo desenfreado de urbanização (violência, trânsito, poluição sonora, favelização, moradores de rua, etc.) ainda não eram perceptíveis na paisagem nem nas relações de vivência cotidianas, na época.

Separamos estes conflitos territoriais em dois períodos marcantes: um na década de 1940, com o Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga (1944), que trouxe a atenção do mercado imobiliário, a aprovação do loteamento “Cidade Balneária de Itaipu” (1945), que foi o maior loteamento da época, e a abertura do Canal de Camboatá (1946), que ligou as lagoas de Piratininga e Itaipu, a fim de evitar os alagamentos nas áreas marginais às mesmas (Cruz, 2015); e outra, na década de 1970, com a grande valorização das terras na Região Oceânica de Niterói, devido à construção da Ponte Presidente Costa e Silva (1974), da reforma e alargamento da Estrada Velha (que conectava a Região Oceânica ao resto do município) – ambos facilitaram a locomoção e aproximaram a região dos centros urbanos – e da chegada da empresa imobiliária Veplan na região (Cruz, 2015 e Machado, 2011).

Houve assim, um intenso redirecionamento de investimentos públicos, da especulação imobiliária, da infraestrutura e ocupação de bairros para a Região Oceânica de Niterói. Com isso, a região apresentou os maiores índices de aumento populacional do município durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, com taxas de crescimento demográfico anuais que variaram de 5,11%, 9,59% a 5,92%, respectivamente. (MACHADO, 2011, p. 95).

O medo dos pescadores artesanais de Itaipu é que aconteça com sua comunidade o mesmo que ocorrera em Camboinhas, antes também Itaipu – até a construção do Canal de Itaipu, que dividiu as duas praias e ligou a

Lagoa de Itaipu ao oceano – e território dos mesmos, e hoje em dia é um bairro da elite niteroiense com fortes características de condomínio fechado (MACHADO, 2011). Sobre Cambinhas:

Muitos loteamentos e condomínios destinados às classes elevadas constituem-se na opção destas em “isolar-se” da violência, da poluição e da ausência de áreas de lazer dos centros urbanos. A privatização dos serviços - principalmente de segurança, e os mecanismos de “cercamento” que tornam parte da cidade “espaços exclusivos”- vêm se estabelecendo como uma estratégia de manutenção e reprodução de classe, conforme nos indica Harvey (1980, apud Corrêa, 2003)(...). (MACHADO, 2011, p. 19).

Esta mudança drástica na paisagem fica evidente na Figura 5, ao mostrar a completa urbanização do bairro em 2011, contrastando com uma paisagem apenas dividida em lotes em 1940.

Figura 5 - Fotos de Cambinhas em 1940 – ainda sendo parte de Itaipu – (da esquerda) e em 2011 (da direita), mostrando a transformação na paisagem do bairro ao longo de décadas.



Fonte: MACHADO, 2011.

Com a pandemia do COVID-19, os impactos socioeconômicos foram muito mais sentidos pelos pescadores artesanais do que pela população de alta renda que vive em Itaipu, de forma geral, e do que pelos impactos financeiros sofridos pelas empresas imobiliárias que atuam na região. Devido ao maior poder aquisitivo, lidar com estes impactos é muito mais tranquilo, ainda mais quando lembramos que, como um todo, os pescadores artesanais tiveram a sua atividade profundamente afetada pela pandemia, em todos os seus setores (na pesca, na venda e no atravessamento) e persistindo até o momento, com poucas melhoras.

Além disso, os auxílios emergenciais municipal e federal puderam ser acessados por ambos os grupos – tanto os pescadores quanto os moradores mais abastados economicamente –, porém, com os pescadores tendo uma maior dificuldade – principalmente os mais velhos – de lidarem com muita documentação e com a internet, o que veio a restringir o acesso a estes benefícios aos mesmos – assim como foi no caso do Busca Ativa.

Em nosso campo, pudemos analisar o quanto que a pesca artesanal em Itaipu é precária, pois não encontramos nenhum tipo de instalação nem infraestrutura recomendadas para a atividade, muito menos a existência dos veículos próprios para o transporte do pescado e dos aparelhos e estruturas necessárias para a conservação do mesmo, o que também nos indicou possíveis problemas em relação aos aspectos higiênico-sanitários do meio de trabalho deles – estas informações convergem com o que o Diagnóstico da Pesca do Estado do Rio de Janeiro de 2013, mesmo com a grande defasagem de tempo, apontava em relação aos aspectos higiênico-sanitários, conservação, ao transporte e aos fatores estruturais e instalações, em Itaipu (DPE-RJ, 2013).

Os fatores apresentados demonstram a completa falta de investimento por parte do poder público na atividade, pois, sozinhos, os pescadores não possuem o capital para investir na obtenção dos aparelhos, tecnologias e estruturas indicadas para a atividade, não sendo uma escolha dos mesmos e sim uma consequência da realidade vivida por uma comunidade que vive à margem do poder público e que sofre com o interesse do mercado privado. Dito isso, investir na pesca local de Itaipu seria a garantia do sustento de muitas

famílias e de toda uma cadeia produtiva – devido às necessidades que os pescadores possuem em sua atividade, como de reparar suas embarcações, petrechos, dentre outras coisas que Silva (2014) aponta muito bem –, e se feito fomentaria a economia local. Isto poderia trazer mais pescadores à região e fortaleceria tanto a comunidade quanto a atividade pesqueira, no local – talvez seja por isso que exista um completo desinteresse, por parte do município, neste investimento, pois incomodaria as empresas imobiliárias que atuam na região, assim como a população de alta renda que vive no local.

Somada a esta situação já bem preocupante veio a pandemia, que potencializou as dificuldades já passadas pelos pescadores artesanais locais, o que pode vir a ser, também, um indicador do porquê de tantos casos de contaminação por COVID-19 no bairro, levando em conta a situação precária de trabalho e os problemas vinculados aos aspectos higiênico-sanitários, assim como a displicência do Estado nos aspectos de infraestrutura e de saúde.

As medidas de segurança tomadas pela Prefeitura de Niterói impactaram demais a atividade da pesca artesanal, o que, devido à sujeição dos pescadores a problemas financeiros críticos – resultado da pandemia –, poderiam intensificar as disputas territoriais e conflitos já existentes. Isto pode vir a enfraquecer ainda mais a comunidade de pescadores artesanais de Itaipu e sufocar a luta pela manutenção de suas tradições e os direitos de exercer sua prática e permanecer em sua comunidade.

CONCLUSÕES

Apesar dos prejuízos financeiros sentidos, as respostas obtidas nas entrevistas realizadas apontam que os pescadores artesanais de Itaipu reconhecem as medidas restritivas de quarentena como uma postura indispensável para a preservação das vidas.

Através da realização desta pesquisa, conclui-se que a manutenção da atividade pesqueira artesanal no local é de suma importância, não só para os setores econômicos do município como um todo, mas também pelo imenso valor cultural e biofísico que seguem as relações das comunidades tradicionais de Itaipu com o meio. Outra questão identificada foi a da importância da ação por parte do município, que, apesar de, com as medidas de isolamento social – diga-se de passagem, extremamente necessárias –, terem afetado drasticamente o cotidiano dos pescadores artesanais e o comércio de peixes local, as políticas de auxílios emergenciais estão sendo fundamentais para a sobrevivência dos pescadores durante este infortuno período. A pandemia do novo coronavírus intensificou problemas já existentes que envolvem o poder público, conflitos territoriais e luta de classes.

Os pescadores artesanais de Itaipu relataram também que pretendem dar continuidade à prática alternativa da Pesca *Delivery* mesmo após à pandemia, de modo a acrescentar nos seus meios de subsistência, mas esperam poder voltar a viver plenamente da atividade pesqueira artesanal o quanto antes. Neste momento, ajudas de todo o tipo fazem a diferença, como a distribuição de cestas básicas e principalmente a manutenção dos programas de auxílio emergencial pelo tempo que for necessário.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral** / Verena Alberti. – 3.ed.rev.atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. L. Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. EM TESE (FLORIANÓPOLIS), Florianópolis – SC, v.2, p. 68-80, 2005.
- CRUZ, J. **Itaipu, a vila e seus patrimônios**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, p. 120. 2015.
- MACHADO, E. **Governança urbana no município de Niterói – RJ: a emergência de territorialidades e conflitos em Cambinhas**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 116. 2011.

MOOVIT INC. **Moovit**, 2020. Itinerários, horários e paradas da linha OC2 de ônibus. Disponível em: <https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-line-OC2-Rio_de_Janeiro-322-1385682-5291674-0>.

Acesso em: 27 out. 2020.

MUDANÇAS na restrição de acesso para a praia de Itaipu seguem em vigor. **O FLUMINENSE**, Niterói, 2020.

<<https://www.ofluminense.com.br/cidades/34-niteroi/9793-mudancas-na-restricao-de-acesso-para-a-praia-de-itaipu-seguem-em-vigor>>. Acesso em: 26 out. 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Diagnóstico da pesca do estado do Rio de Janeiro**: projeto de monitoramento da pesca no estado do Rio de Janeiro – estatística pesqueira. Niterói: 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de monitoramento da atividade pesqueira no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2019.

NITERÓI. **Serviços ao Cidadão**: Niterói contra o Coronavírus, 2020. Página Inicial. Disponível em: <<https://coronavirus.niteroi.rj.gov.br/#/main/dyview>>. Acesso em: 25 out. 2020.

PREFEITURA DE NITERÓI. **Prefeitura Municipal de Niterói**, 2003. Diário Oficial. Disponível em: <<http://niteroi.rj.gov.br/do.html>> Acesso em: 27 out. 2020.

PRIMO, B. ARAUJO, M. O Inventário Participativo de Pessoas e Memórias de Itaipu. In: PRIMO, B. ARAUJO, M (Org.). **Inventário Participativo Pessoas e Memórias**: Museu de Arqueologia de Itaipu. Rio de Janeiro: Data Coop, 2018. p. 13-17.

SAMPAIO, K.; PINTO, P.; SILVA, C. A. Os direitos sociais na pesca artesanal. Mares: Revista de Geografia e Etnociências, v. 1, n. 1, p. 85-95, 6 out. 2019. <http://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/23>.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

SILVA, G. **Pescadores de Itaipu: notas sobre tradição e modernidade**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 139. 2018.

SILVA, C. A. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro. In: SILVA, Catia Antonia da (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica / Catia Antonia da Silva, organizadora. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.27-42.

SILVA, C. A. et al. POLÍTICA PÚBLICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E TRABALHADORES DA PESCA ARTESANAL: DILEMAS ESTRUTURAIS EM CONTEXTOS CONJUNTURAIS DO COVID-19. **Revista Tamoios**, [S.l.], v. 16, n. 1, maio 2020. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50764>>. Acesso em: 28 out. 2020.

PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS SILENCIADOS: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS EM PERNAMBUCO

SILENCED ARTISANAL FISCHERWOMEN AND FISHERMEN: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF THE OIL SPILL ON FISHING COMMUNITIES IN PERNAMBUCO

PESCADORAS Y PESCADORES ARTESANALES SILENCIADOS: IMPACTOS SOCIALES Y AMBIENTALES DEL DERRAME DE PETRÓLEO EN LAS COMUNIDADES PESQUERAS DE PERNAMBUCO

SILVA, Beatriz Rocha Lins da

RODRIGUES, Gilberto Gonçalves

RESUMO

Em agosto de 2019 manchas de petróleo cru atingiram a costa de todos os estados do nordeste do Brasil, afetando o modo de vida de milhares de pescadores artesanais, caracterizando assim a maior tragédia socioambiental em extensão do país. Com isso, o presente trabalho objetivou verificar a visão dos/as pescadores/as diante dos impactos causados pelo derramamento de petróleo; avaliar o papel da mídia em ressaltar o racismo ambiental sofrido por pescadores/as; identificar as ações mitigatórias do estado (Federal, Estadual e Municipal) durante o período de crise. Para tal, foram aplicados formulários eletrônicos do "Google docs" e feitas análises das reportagens e das publicações nos diários oficiais (D.O) relativas ao petróleo. 44 pescadores/as de diversas regiões do litoral de Pernambuco deram retorno dos questionários. As análises das reportagens e dos D.O resultaram em um total de 424 publicações sobre o petróleo no período de 31 de agosto a 31 de dezembro de 2019. Os resultados indicaram que os impactos sobre os/as pescadores/as artesanais foram agravados não só pela invisibilidade e o descaso promovido pelo governo, como também, pela grande mídia que não dá voz dos principais atores sociais e potencializa o racismo ambiental sofrido pelos integrantes da pesca artesanal.

Palavras-chave: Desastre. Pesca. Racismo Ambiental. Vazamento de Óleo.

ABSTRACT

In August 2019, crude oil slicks reached the coast of all the states of Northeast Brazil, affecting the way of life of thousands of artisanal fishermen, characterizing the largest socio-environmental tragedy in the country. Thus, the work aims to verify the fishermen's view about the impacts caused by the oil spill; evaluate the role in the media in highlighting the environmental racism suffered by fisher; identify the state's mitigatory actions (Federal, State and Municipal) during the period of crisis. For this purpose, electronic "Google docs" forms were applied and were made analysis of reports and publications of oil in official journals (D.O). 44 fishers from various regions of Pernambuco's coastline returned questionnaires. The analysis of the reports and D.O resulted in a total of 424 publications on oil in the period from August 31 to December 31, 2019. The results indicate that the impacts on artisanal fishers were aggravated not only by the invisibility and neglect promoted by the government, but also by the great media that withdraws the voice of the main social actors and potentiates the environmental racism suffered by the members of artisanal fishing.

Keywords: Disaster. Fishing. Environmental Racism. Oil spill.

RESUMEN

En agosto de 2019, una marea negra golpeó la costa de todos los estados del nordeste de Brasil, afectando el modo de vida de miles de pescadores artesanales, caracterizando la mayor tragedia social y ambiental del país en extensión. Con ello, el trabajo pretende verificar la visión de los pescadores sobre los impactos causados por el derrame de petróleo; evaluar el papel de los medios de comunicación para destacar el racismo ambiental que sufren los pescadores y las pescadoras; identificar las acciones de mitigación del estado (Federal, Estatal y Municipal) durante el período de crisis. Para ello se aplicaron formularios electrónicos "Google docs" y se hicieron análisis de informes y publicaciones del petróleo en revistas

oficiais (D.O). 44 pescadores de varias regiones del litoral de Pernambuco devolvieron los cuestionarios. El análisis de los informes y del D.O dio como resultado un total de 424 publicaciones sobre el petróleo en el período comprendido entre el 31 de agosto y el 31 de diciembre de 2019. Los resultados indican que los impactos sobre los pescadores artesanales se vieron agravados no sólo por la invisibilidad y el descuido promovidos por el gobierno, sino también por los grandes medios de comunicación que retiran la voz de los principales actores sociales y potencializan el racismo ambiental que sufren los miembros de la pesca artesanal.

Palabras clave: Desastre. Derrame de petróleo. Pesca. Racismo ambiental.

INTRODUÇÃO

Em 30 de agosto de 2019, manchas de petróleo cru começaram a chegar a costa brasileira atingindo os seus nove estados do nordeste e dois do sudeste. Foram mais de 5 mil toneladas de petróleo coletados em cerca de 1.009 localidades (IBAMA, 2020), dentre praias, estuários, rios e manguezais, ocupando mais de 3000 km da costa brasileira no que estava se configurando a maior tragédia socioambiental em extensão no País (SOARES et al., 2020) e a maior em extensão por derramamento de petróleo cru do Atlântico Sul (INTERVOZES, 2020).

Somente dentre os ecossistemas, Escobar (2019) menciona que áreas de altíssima biodiversidade, como as praias, recifes de corais, estuários e áreas sensíveis, como os manguezais, foram atingidas pela chegada das manchas de petróleo e, entre elas, 55 Áreas de Proteção Ambiental (MAGALHÃES et al., 2020). Deste modo, o petróleo chegou em áreas como a APA Costa dos Corais, que abrange os estados de Alagoas e Pernambuco, sendo esta a primeira APA estabelecida pelo governo federal (SOARES et al., 2020), além do o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, que protege o maior recife de corais do Atlântico Sul (MAGRIS e GIARRIZZO, 2020).

No entanto, os maiores impactos não foram apenas ambientais, a sociobiodiversidade dos povos que vivem do mar e, sobretudo, das populações situadas nos nove estados do Nordeste do Brasil – território que detém características demográficas únicas (SOARES et al., 2020), sofreu com os impactos diretos em vários âmbitos e, em especial, no modo de vida das mais de 500 mil famílias (RAMALHO, 2019). Famílias estas que, desde o primeiro momento, foram vítimas e as principais atingidas nas comunidades e povos tradicionais que vivem do mar (INTERVOZES, 2020).

Estudos indicam que estas tiveram suas rendas, segurança alimentar, saúde e territórios afetados (MAGRIS e GIARRIZZO, 2020; PENA et al., 2020; RAMALHO, 2019; ARAÚJO, 2020), de modo a provocar consequências, ainda não conhecidas em sua totalidade na vida das mesmas. Alguns estudos preliminares de Ramalho (2019) e Araújo (2020), desenvolvidos no momento do desastre, demonstraram que tais impactos foram sentidos tanto nas comunidades, que foram diretamente atingidas pelo petróleo, quanto nas que não foram. Dentre as ocorrências mais fortes foram citadas a queda brusca na venda dos pescados e na renda familiar, a insegurança alimentar, a proibição da pesca e a exposição aos contaminantes. Dessa forma, é colocado em evidência que tais territórios não são apenas locais paisagísticos de beleza ímpar como praias e restingas, mas são territórios pesqueiros e apesar de tantos efeitos nocivos à continuidade da vida, a resposta governamental foi lenta e ineficaz (SOARES et al., 2020). A ação pouco ágil e ineficiente do governo foi evidenciada em alguns estudos por fatores como cortes orçamentários (ABESSA, FAMÁ e BURUAEM, 2019). A instauração da medida provisória nº 908 em 29/11/2019, que regulamenta o auxílio de seguro defeso, e que para além de tardia, usou como referência o RGP (Registro Geral da Pesca), não atualizado desde 2012, deixou inúmeros pescadores sem o devido auxílio (REIS-FILHO e QUINTO, 2020). Além disto, houve a não declaração do Estado de Emergência em Saúde Pública, que serve para proteger a população dos efeitos dos componentes tóxicos (PENA et al., 2020) e assim o atraso na implantação do Plano Nacional de Contingência (SOARES et al., 2020) foram entre outras ações - irremediáveis.

A história do ofício dos povos que vivem do mar em Pernambuco é pautada como um trabalho, que inicialmente foi realizado por brancos pobres, indígenas e, principalmente, por escravos (de aluguel ou de ganho) e ex-escravos (RAMALHO, 2017), que após a abolição da escravidão, encontram nos recursos pesqueiros modos de subsistência. Em vista disso, e da história da escravidão no País que é de base racista e

colonial, hoje, algumas comunidades pesqueiras tradicionais chegam a ter cerca de 90% da sua população composta por negros (PENA et al., 2019) e pardos e as consequências desse desastre em grandes proporções como o derramamento do petróleo recaem mais uma vez sobre as populações negras, marginalizadas e vulnerabilizadas socialmente.

A pobreza nas comunidades pesqueiras possui fatores multidimensionais (REIS-FILHO e QUINTO, 2020) e uma de suas raízes é o racismo ambiental que, segundo Cidreira-Neto e Rodrigues (2018) é a causa da invisibilidade e exclusão, não apenas do pescador artesanal, mas de todas as práticas da pesca. O racismo estrutural, institucional, sanitário e, principalmente ambiental, tem se caracterizado nas fragilidades das políticas públicas no país (PENA et al., 2020 apud PACHECO, 2013) para uma determinada população, permitindo que essas pessoas fossem invisibilizadas em grande parte do incidente com o petróleo, ainda que, as temáticas a serem abordadas fossem de pleno interesse para a vida e o território das mesmas.

Enquanto as políticas públicas vêm sendo fortemente posicionadas para priorizar os setores privados e a pesca industrial, a pesca artesanal se apresenta como modo de vida sustentável fundamental para contribuir com a mudança do modelo hegemônico e tornar a economia global mais sustentável (CASTRO et al., 2013). Ademais, é importante evidenciar que outros fatores sociais reproduzem os espaços de exclusão em relação às comunidades artesanais. Nesse estudo, foi elencado a grande mídia, que atua na corriqueira exclusão das camadas vulneráveis da sociedade (INTERVOZES, 2011) e vai de acordo com os interesses governamentais e das classes sociais mais altas nos veículos mais tradicionais. Neste sentido, o presente trabalho visou analisar os impactos do derramamento de petróleo nas comunidades pesqueiras de Pernambuco e o papel da mídia na invisibilidade dos pescadores e pescadoras frente ao desastre. Dessa forma, os objetivos específicos visam (i) verificar a visão dos pescadores/as diante dos impactos causados pelo derramamento do petróleo; (ii) avaliar o papel da mídia como forma de ressaltar o racismo ambiental sofrido por pescadores e pescadoras artesanais; (iii) identificar as ações mitigatórias do estado no âmbito federal, estadual e municipal, durante o período de crise mais acentuada (agosto a dezembro 2019).

ÁREA DE ESTUDO

O território delimitado partiu das comunidades pesqueiras situadas no litoral de Pernambuco, das quais foram atingidas direta ou indiretamente, pela chegada do petróleo à costa (Figura 1), no segundo semestre de 2019.

Figura 1 - Mapa da costa brasileira evidenciando os municípios atingidos (em vermelho) e localidades (em preto) pelo petróleo.



Fonte: Ibama, 2019

O litoral pernambucano possui cerca de 187 km² de extensão e abarca 21 municípios, onde estão situados em áreas de grande valor ambiental, social e econômico. São 14 regiões de estuário, que são formadas onde desembocam 27 rios e que abarcam uma área de 27.347 hectares (PEDROSA, 2016), as áreas mais ricas, responsáveis por 60% do pescado produzido no estado (LIRA et al., 2010) e sensíveis, que são os manguezais, são encontradas em 15 municípios.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DE DADOS

A pesquisa consistiu de metodologia exploratória, com a coleta de dados dividida em três etapas. Na primeira, para analisar as ações mitigatórias promovidas pelo setor público, foram coletados dados secundários por meio de Diários Oficiais (D.O) do Governo Federal www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao, www.gov.br/pt-br/noticias/meioambiente-e-clima, do estado de Pernambuco www.cepe.com.br/ e do Município de Recife www.cepe.com.br/prefeituradiario/ (nos demais municípios do estado não houve publicações), durante o período de 31 de agosto a 31 de dezembro de 2019, período mais crítico do desastre no litoral Pernambucano. Para esta busca, em cada publicação foram pesquisadas as palavras “mancha”, “óleo”, “petróleo” e “pesca”. Nas quais, cada reportagem sobre o desastre foi contabilizada e analisada qualitativamente de acordo com (i) a presença ou não da palavra “pesca”; (ii) se a mesma era direcionada à atividade pesqueira e (iii) se possuía participação/depoimento de algum trabalhador/a da pesca.

Na segunda etapa, para contabilizar e investigar as notícias divulgadas relativas ao desastre pela mídia jornalística, foram coletados dados dos quatro principais jornais de veiculação de massa do Estado de Pernambuco: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Folha de Pernambuco e G1 Pernambuco, através da plataforma Google www.google.com.br/ com filtro temporal aplicado para o período 31 de agosto à 31 de dezembro de 2019. Para estas análises, publicações que continham uma das palavras: “mancha”, “óleo”, “petróleo” e “pesca” foram contabilizados e analisados qualitativamente quanto a menção ou não dos pescadores; se estava direcionada à atividade pesqueira; e se existia a ocorrência de participação/depoimento de um trabalhador da pesca.

Após este período, no início de 2020, o Brasil e mundo foram acometidos pela pandemia. Devido à pandemia do vírus *Sars-Cov-2* (Covid-19), a terceira etapa que se destinou a caracterização e análise dos diferentes fatores de impacto na atividade da pesca artesanal, não dispôs de visitas à campo. Esta consistiu em um levantamento de dados por meio de formulários eletrônicos semiestruturados, aplicados através da plataforma “Google docs”.

O formulário aplicado possuiu perguntas relacionadas às características socioeconômicas da população estudada e as atuações governamentais, sociais e midiáticas no momento do desastre: (i) Nome, idade, gênero e comunidade onde reside; (ii) A pesca é sua principal atividade?; (iii) Você possui o RGP? Recebeu o auxílio (relativo ao desastre com petróleo) do governo federal?; (iv) Em meio ao desastre com petróleo, você: se sentiu mal, ansioso e com psicológico muito abalado? Passou por dificuldades financeiras e se sentiu desamparado?; (v) Em meio à crise, você continuou consumindo o pescado? Existia alguma preocupação em consumi-los?; (vi) Você acha que a mídia foi neutra ao apresentar os impactos negativos causados pelo desastre e com o descaso governamental?; (vii) Você acha que as linguagens utilizadas pela mídia para informar a população são de fácil entendimento? (viii) Você acha que a mídia foi neutra ao apresentar os impactos negativos causados pelo desastre e com o descaso governamental?; (ix) Você participou de alguma entrevista para contar sobre a situação da comunidade, da pesca ou das consequências diretas desse desastre? Se sim, para que instituição ou jornal?; (x) Conhece algum trabalhador da pesca que tenha sido entrevistado para falar sobre algum destes temas? Se a resposta for SIM para alguma das duas últimas questões, você teve acesso à essas reportagens?; (xi) A mídia pode ter influência direta na visão da população sobre o problema? Isso pode trazer consequências na visibilidade dada às causas das populações tradicionais?

O recrutamento dos participantes foi feito através de grupos de pescadores/as e contatos individuais em redes sociais, e consistiu na amostragem através método "bola-de-neve" (FERNANDES, 2011), onde cada pescador informante da pesquisa, indica outro que esteja situado na região em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho da pesca artesanal frente ao derramamento de petróleo e o papel da mídia.

Foram obtidas 44 respostas de pescadores e pescadoras de 9 localidades do Recife e região, ao questionário aplicado. Destes entrevistados 86,4% vivem exclusivamente da pesca, correspondendo a um número expressivo devido às condições adversas que a atividade exige, como tempo de dedicação exclusiva, devido à dependência das condições climáticas, como as marés, chuvas, entre outros, que são intrínsecas à atividade. Apenas 78% destes pescadores/as que vivem exclusivamente da pesca, apresentam Registro Geral da atividade de Pesca (RGP). O RGP é um artifício utilizado para a gestão sustentável da pesca bem como para legalizar aqueles que exercem a atividade (FERNANDEZ, 2015), fazendo com que o pescador tenha direitos básicos como o seguro-defeso, que é uma importante política ambiental com finalidade de assegurar a reprodução das espécies pesqueiras (NOTA PÚBLICA CPP, 2020) e propiciar a manutenção das condições mínimas financeiras de acompanhar os ciclos reprodutivos de certas espécies protegidas por lei. Em Pernambuco, até 2010, foram indicados cerca de 13.128 profissionais da pesca e do total cadastrado, 53,83% destes, possuía idade entre 31 a 50 anos e 23,10% entre 21 a 30 anos (MPA-BOLETIM RGP, 2012). É estimado que o número de pescadores/as artesanais no país esteja sub amostrado e que 30.000 pessoas dependam direta ou indiretamente do trabalho da pesca em Pernambuco (LIRA et al., 2010). Além disso, o cadastro da pesca em todo o País está desatualizado desde 2012, fato que afastou milhares de pescadores ao acesso às políticas públicas da pesca. Em relação ao desastre mais especificamente, vários pescadores ficaram sem o recebimento do auxílio fornecido pelo governo federal (REIS-FILHO e QUINTO, 2020), apenas 26% dos entrevistados, que possuem RGP e vivem exclusivamente da pesca, tiveram acesso direito, tendo que ser tomadas medidas jurídicas a fim de garantir o acesso de forma mais efetiva.

Dos entrevistados, 54,5% relataram ter passado por dificuldades financeiras, devido aos impactos diretos do derramamento do petróleo ou pela quebra da cadeia produtiva do pescado, principalmente durante o período de setembro a dezembro de 2019, período mais crucial para a costa do estado de Pernambuco, uma vez que neste momento, a chegada das manchas de petróleo se intensificou. Além disto, 56,8%, mencionaram ter estado em situação de risco, seja pelo estado psicológico abalado e/ou com sintomas de cansaço extremo (estresse emocional), tanto durante, quanto após o desastre. A injustiça ambiental se dá quando o ônus da degradação ambiental recai mais especificamente sobre uma classe social (HERCULANO, 2008). A classe dos trabalhadores da pesca, que vivem por todo o litoral nordestino, foi a mais afetada no desastre, não somente devido a sua extensão, mas também sobre a importância da atividade pesqueira, sendo a que sofreu direta e indiretamente com a falta de alimento, a ausência do seu modo e expressão de vida, a falta de dinheiro e a exclusão social, visto que suas causas foram tardiamente escutadas e não abarcadas completamente (RAMALHO, 2019).

A demora da medida provisória (MP 908/2019), a qual instituiu o auxílio emergencial da pesca artesanal, acelerou o aumento da situação de vulnerabilidade dos pescadores. Locais como Barra de Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho, Itapoama, Xaréu, Candeias e Ilha de Itamaracá, atingidos pelo derramamento do petróleo, são hotspots biodiversos e de grande riqueza socioambiental. O mosaico de ecossistemas encontrados, como banhados e áreas alagadiças formados pelos rios, manguezais, estuários e praias, apresentam comunidades pesqueiras com tradição histórico-cultural fortíssima, que se estabeleceram nestes locais há muitos tempo, onde mantém suas vidas em harmonia com o meio natural.

Nestes territórios, além do risco à biodiversidade local, saúde dos ecossistemas e segurança alimentar, a fragilidade financeira foi marcante na vida desses pescadores, onde, estes não podiam pescar, vender, nem consumir seus pescados. Como a pesca artesanal apresenta como característica baixo acúmulo de capital, esta

não permite guardar dinheiro para uso posterior em uma emergência (RAMALHO, 2019). Essa situação de vulnerabilidade social e baixa na venda dos pescados foi evidenciada por todo o litoral pernambucano, como ressaltado por Ramalho (2020); a baixa na venda, principalmente do marisco (*Anomalocardia flexuosa*) – um dos principais recursos pesqueiros no litoral norte, caiu de 80 a 100% e isso afetou diretamente e principalmente as mulheres marisqueiras, que em sua maioria não tiveram acesso ao auxílio do governo e que, muitas vezes, possuem dupla jornada de trabalho em casa e no mar. A pesca no mar de dentro, como chamada a pesca, que ocorre a partir dos recifes para interior do continente, foi a que sofreu maior impacto (RAMALHO, 2019), estas são praticadas em sua maioria por mulheres ou por pequenos grupos de famílias, que praticam a pesca de invertebrados, como o sururu (*Mytella* spp), ostras (*Crassostera* spp), marisco (*A. flexuosa*), siris (*Callinectes* spp), aratu (*Goniopsis cruenata*) e caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e guaíamum (*Cardisoma guanhumi*), pois os habitats destes ficam mais próximas às suas casas (CIDREIRA-NETO et al., 2020). Além de toda a problemática ambiental envolvendo o impacto do derramamento do petróleo nos ecossistemas e afetando a quebra da cadeia produtiva, outro aspecto relevante a esse desastre de proporções imensuráveis foi o dilema quanto ao consumo do pescado. Embora 65% dos entrevistados afirmaram ter mantido o consumo do pescado durante o momento da crise, 76% mencionaram que deixariam de consumir pescados totalmente, caso o governo fornecesse subsídios a sua subsistência (68%). Dos entrevistados que continuaram consumindo o pescado, 72% afirmam que consumiam apesar do medo de contaminação. Contaminação esta, que afetou ambientes marinhos, rios e estuários, manguezais, que são de profunda complexidade sociocultural (RAMALHO, 2019) e ambiental, onde comunidades inteiras se desenvolveram em torno da pesca em conjunto com a natureza formando um complexo indivíduo-natureza ou sociedade-natureza (LEFF, 2001). Tal colapso gerado na cadeia produtiva do pescado influenciou, de forma excepcional, o “modus vivendi” ou modo de vida dos pescadores e pescadoras, visto que, os componentes do petróleo são fortes contaminante que podem causar a morte ou contaminação difusa dos pescados e/ou o seu consumo que passou a ser perigoso, em razão do petróleo bruto conter uma variedade de toxinas, que incluem compostos orgânicos voláteis (VOC’s) e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA’s) (PENA et al., 2020). A falta de suporte governamental e a demora para um posicionamento técnico científico sobre a qualidade do pescado para consumo, foram prejudiciais em todos os aspectos, predominando os meios de comunicação. A difusão de informações equivocadas, como a fala do Secretário de Aquicultura e Pesca (Sr. Jorge Seif Júnior) sobre a biologia e ecologia do pescado se resume no seguinte trecho: “O peixe é um bicho inteligente. Quando ele vê uma mancha de óleo ali, ele foge, ele tem medo”; “O peixe quando vê uma mancha de óleo foge” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2019). Como estas, outras falas, chamadas de senso comum, e sem base científica, também foram proferidas, estas completamente opinativas (PENA et al., 2019). Com tanta desinformação e falta de apoio, às comunidades que sofrem com a supressão de seus territórios diariamente tiveram que ser subordinadas a veiculação de inverdades até então não confirmadas, até passarem por necessidades de sobrevivência. Ramalho (2019) coloca em evidência o fato de que boa parte dos pescadores afirmaram que não iriam parar de consumir o pescado, uma vez que, deixariam de consumir seu alimento, que faz parte do seu modo de vida, para consumir “coisas” (produtos) industrializadas e/ou outros alimentos que são caros e não-naturais. Sendo estes, em sua maioria, população negra ou parda, é obstatante que o genocídio nutricional desta população negra se torna crescente, principalmente pela falta da alimentação saudável. Tornam-se como exemplo o acometimento de doenças diversas como a hipertensão – que atinge 49,3% da população preta no País e a diabetes mellitus, que ocorre de forma silenciosa levando a números imensuráveis de obtidos, porém sem serem de fato designados a sua causa principal.

Embora tardiamente alertados pela mídia, os níveis dos impactos alcançados pelo petróleo demonstraram que os governos – em diferentes esferas, deveria ter agido quanto a emergência em saúde pública, para proteger e acompanhar aqueles pescadores que continuaram consumindo os peixes potencialmente contaminados (PENA et al., 2020). A omissão gerada por falta das esferas de menor abrangência (municipal, estadual) a culpar a esfera federal, não a eximindo de sua culpa, também não agiu de forma rápida a assegurar e proteger os seus. Informações errôneas, confusas, opinativas difundidas sobre a

origem e situação de consumo do pescado foi de suma relevância para a queda brusca nas vendas de todos os peixes e recursos pesqueiros, independentemente de sua origem (RAMALHO, 2019), período de pesca, armazenamento e condições do pescado. Além do racismo ambiental, evidencia-se também o racismo alimentar (INTERVOZES, 2020) que impediu o consumo do pescado produzido pela pesca artesanal de forma indiscriminada, tornando todo o tipo de recurso de origem marinha-estuarina impróprios para o consumo.

Esta problemática poderia ter sido evitada de diversas formas tanto nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal – que não priorizam estes trabalhadores do mar em seus direitos, que deveria ter sido evidenciado principalmente pela mídia que teve um papel fundamental para a divulgação dos impactos causados pelo derramamento do petróleo. Não obstante o papel da mídia tenha servido para alertar a problemática circunstanciada devido ao desastre ambiental, os pescadores (51,7%) mencionaram que as reportagens jornalísticas tiveram influência direta na visão da população em geral sobre a problemática do derramamento do petróleo e que isto pode ter tido sérias consequências para os problemas socioeconômicos nas comunidades pesqueiras. Outro aspecto também revelado diz respeito a participação dos pescadores/as e/ou lideranças ao acesso a difusão de informações tanto em âmbito local, regional ou nacional, 52% conferem a participação ou conhecem alguém que tenha participado de entrevistas e/ou reportagens aos veículos de comunicação. No entanto, 1/3 (31%) dos entrevistados não foram ou conhecem alguém que tenha tido acesso as entrevistas prestadas aos meios de comunicação. Coletivo Intervozes (2011) ressalta que a baixa representatividade dos povos tradicionais nos meios jornalísticos de ampla propagação não é novidade. O que pode ser determinante e norteador para uma má gestão governamental e real percepção das causas pesqueiras pela sociedade (INTERVOZES, 2020) – o que pode inviabilizá-los ou até silenciá-los na pauta que os concerne. No presente trabalho, por exemplo, não tivemos sequer uma reportagem que fosse pautada essencialmente na segurança alimentar dos pescadores, e as reportagens, mesmo pautadas em assuntos de alta relevância para a pesca com o tema “Intoxicação atinge 89 moradores” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, novembro, 2019) não citam a palavra “pescadores” em seu conteúdo. Além de questões como a baixa de 80 a 100% na venda de pescados, como por exemplo o marisco, evidenciado inúmeras vezes na fala de pesquisadores renomados como o professor Cristiano W. Ramalho da UFPE. Estes dados, se analisados de forma mais acurada podem revelar que apesar de desastres socioambientais como esses ocorridos na costa estarem se tornando cada vez mais corriqueiros no Brasil, a visibilidade que é dada às comunidades locais ainda é muito baixa. A invisibilidade imposta às pescadoras e pescadores é o ponto central da questão, digo ponto central, visto que para o capital se afirmar é preciso negar o modo de vida tradicional, as mulheres e homens das águas que historicamente tiveram sua humanidade negada, seu modo de vida desqualificado e seguem sendo usurpados até do direito de falar (INTERVOZES, 2020). Como já mencionado, o racismo ambiental e o racismo alimentar compreendem um momento propício para refletirmos sobre o racismo na mídia e/ou jornalismo em virtude dos impactos do derramamento do petróleo nas comunidades e povos tradicionais, como os pescadores e pescadoras.

As mídias jornalísticas são hoje os maiores meios de comunicação, divulgação e contato com os diversos setores da sociedade sobre o que está acontecendo no mundo, no Brasil, nos estados, cidades e até mesmo nos bairros, desde jornais locais até os nacionais. No desastre do derramamento do petróleo foi às mídias, a quem foi dado o direito à forma e conteúdo nas matérias sobre o petróleo e qual o sentido foi dado a elas. Essa análise prévia do quantitativo das reportagens não se esgota neste estudo e somente foi despertado o interesse devido à falta de veiculação das mesmas sob o olhar das principais vítimas do desastre ambiental ocorrido na costa brasileira de extensão continental. O jornalismo aplica-se como uma prática discursiva polifônica, que ouve todos os lados do ocorrido, da pluralidade dos locutores e enunciadoreis; o jornalismo se autorreferencia como um espaço de pluralidade (INTERVOZES, 2020);

Ao todo foram constatadas 347 reportagens dos primeiros quatro meses de ocorrência do petróleo na costa de Pernambuco. Destas reportagens, 17,2% citaram em algum momento os pescadores como sujeitos da reportagem. A primeira citação ocorreu no dia 03 de setembro de 2019, quatro dias após o aparecimento das primeiras manchas de petróleo na costa nordestina. As reportagens que mencionaram a atividade da pesca

como pauta somaram-se a 12,1%, sendo a primeira observada no dia 10 de outubro de 2019 (41 dias após o aparecimento das primeiras manchas). As publicações que possuíam participação e fala de pescadores, somaram-se 6,6%, estando a primeira publicação mencionada também no dia 10 de outubro de 2019. Na análise mensal, foi constatado que a maior parte das publicações foram feitas no mês de outubro de 2019, onde somaram-se 64% do total publicado. O mês de setembro, no entanto, consta como o de menor número de publicações, somando-se a 5,2% do total. Os meses de novembro e dezembro apresentaram 22,7% e 8,6% respectivamente, das publicações. A proibição imposta pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) ao próprio órgão ambiental – o IBAMA, de comunicar situações de emergência, inclusive à imprensa, durou 33 dias até o veiculado. Mesmo quando as matérias tratavam das consequências dos impactos do petróleo, estas focaram principalmente na vida marinha, o que também deveria ser mencionado, mas não na vida dos pescadores e comunidades locais. Como anteriormente citado no presente trabalho, houve um pico de publicações no mês de outubro 2019, segundo mês de desastre e poucas publicações trazem o impacto na população local.

AS AÇÕES PROMOVIDAS PELO SETOR PÚBLICO FRENTE AO DESASTRE

Os Diários Oficiais são jornais para a administração de órgãos do Governo; é geralmente onde as gestões tornam públicas ações, decisões, leis, resoluções ou outras temáticas de igual relevância para a sociedade. Estes estão subdivididos em Municipal (DOM), que pertence e atende às prefeituras e instituições públicas do município, Estadual (DOE), que se refere ao portador oficial das ações do estado, e da União (DOU) onde se refere às ações, leis, artigos, citações e outras atuações oficiais do governo federal. Através destes, foi possível analisar o que foi feito em relação às ações do petróleo em âmbitos federal, estadual e municipal. Ao todo, foram analisadas 76 publicações relativas ao desastre nos D.O do município (DOM), do Estado (DOE) de Pernambuco e do governo federal (DOU), no período dos primeiros quatro meses de ocorrência, compreendido entre 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Destas, foram constatadas cinco publicações que citam de alguma forma a atividade pesqueira e onze que possuem a pesca como pauta. Nenhuma das publicações analisadas nos D.O possuíam a participação de pescadores/as. Quanto a quantidade de citações, pautas e participações de pescadores/as por número de publicações em cada D.O, o DOM da prefeitura da Cidade do Recife, apresentou um número maior de publicações pautadas na pesca (30%), proporcionalmente ao número geral de publicações sobre o petróleo, seguindo do DOE do Estado de Pernambuco (20%). O DOU do Governo Federal apresentou apenas 8,33% das suas publicações pautadas na pesca.

A primeira publicação oficial foi observada no dia 05 de outubro de 2019, 35 dias após o aparecimento das primeiras manchas na costa. Na análise mensal, foi observado que a maior parte das publicações 48,6%, se deu no mês de outubro e a menor parte delas no mês de dezembro 23,6%. Quanto às publicações que apresentaram citações e/ou menção quanto aos pescadores/as foram observadas cinco publicações ao longo dos meses do desastre. A maior parte delas (3) ocorreu no mês de dezembro, seguida do mês de outubro com duas publicações e no mês de novembro nenhuma citação foi encontrada. Quanto às publicações terem como pauta a atividade da pesca, foram encontradas onze, sendo a primeira ocorrida 53 dias após o aparecimento das primeiras manchas (22 de outubro de 2019). No entanto, no mês de novembro ocorreram seis publicações com esta temática. No pior cenário, encontra-se a participação (fala) dos pescadores e pescadoras onde não tiveram menção ao longo de nenhum dos meses. O mês de outubro, que se destacou por conter o maior número de publicações (37), e o menor número delas pautadas na atividade da pesca (2), refere-se ao acúmulo de 1.546,17 toneladas (t) de resíduos do petróleo recolhidos em 47 praias e 8 rios de 13 municípios (CPRH, 2019). O mês de dezembro que apresentou metade das publicações observadas em outubro, ainda constava com 21 localidades oleadas (IBAMA, 2019). Os números expressam uma ação governamental tardia e não contínua quanto ao desastre e suas possibilidades de gestão do risco, principalmente no tocante às comunidades pesqueiras que foram oficialmente ignoradas no primeiro mês de manchas aparecendo continuamente no litoral.

Um ponto também observado nas análises sobre as publicações dos D.O foi a constatação de que temas abordados, como a análise da contaminação do pescado e da água das praias; verbas para pesquisa e assuntos

correlatos, que possuem interferência direta na atividade pesqueira artesanal, muitas vezes não possuíam citação, pauta ou participação dos pescadores. O que pode expressar forte descaso aos trabalhadores da pesca, que historicamente são invisibilizados e discriminados pelo Estado (FOX e EFKEN, 2019). As publicações dos D.O, que foram pautadas a atividade pesqueira, foram proporcionalmente menores em relação ao número geral das que foram referidas ao petróleo. O DOU apresentou o número mais baixo de publicações, apresentando menos de 10% das suas edições pautadas na atividade da pesca artesanal. Com vista aos riscos à saúde dos 144 mil pescadores artesanais em todo o Nordeste, este se mostrou como uma comunicação oficial confusa, desorganizada, ineficaz (PENA, 2020) e não prioritária. Por consequência, a desorganização levou ao forte apelo do voluntariado, dentre eles pescadores e pescadoras, que se mobilizaram sem orientações e equipamentos necessários (EPIs), na busca de defender seus territórios (PENA, 2020), colocando em risco a integridade física e mental dos mesmos. Uma edição de 30 de outubro de 2019 no DOE, apresentou uma matéria com o título “Em reunião com deputados, Governador destaca parceria em defesa de projetos para o Estado” e nela foi observado o seguinte trecho:

“Segundo o Governador, a ausência de informações dificulta o planejamento, mas mesmo diante da falta de estrutura em relação à mobilização nacional, o Governo do Estado não tem se omitido”.

Esta nota sobre uma fala do Governador, corrobora com o estudo de Brum et al. (2020) que indica os governos municipais e estaduais mais atuantes, de forma a colaborar com o melhor que podem, mas que dependem de direção, recursos e das ações do governo federal.

Ademais, o jornal internacional “The Guardian”, que possui forte destaque na mídia externa, fez uma reportagem com o seguinte título: “Brasileiros reúnem-se para limpar praias em meio à indignação com a inação de Bolsonaro no derramamento de petróleo”. Datada em outubro de 2019 faz menção sobre a ineficiência do governo federal em investigar, mitigar e evitar maiores efeitos negativos do desastre. A matéria evidencia e denuncia com base em relatos de cientistas e voluntários, que devido os impactos econômicos, sociais e ambientais, a ação governamental foi, no momento, inadequada.

O descaso promovido pelo governo federal frente ao problema socioambiental foi evidenciado em diversos estudos de impactos relativos ao petróleo (RAMALHO, 2019; ARAÚJO et al., 2020; BRUM et al., 2020; PENA et al., 2020; REIS-FILHO et al., 2020; SOARES et al., 2020;) e demonstram que, inegavelmente, a ineficiência frente ao ocorrido é fruto de uma série de desmontes da política ambiental ocorridos no ano de 2019, onde o atual governo desmantelou políticas de proteção às comunidades tradicionais, licenças ambientais, desmatamento e com forte repercussão, o desmonte do PNC (Plano Nacional de Contingência para incidentes de poluição por óleo) em abril de 2019, quatro meses antes do desastre (ABESSA, FAMÁ e BURUAEM, 2019). Dois comitês do plano nacional foram extintos, o comitê executivo/estratégico que correspondia a competência responsável pelo seu início reivindicando que os planejadores atentem ao local que os vazamentos podem acontecer e sua frequência (GRUBESIC, NELSON e WEI, 2019) e o comitê tático/de apoio para ordem e obtenção de instrumentos para a limpeza; localização do envio e práticas funcionais, como retirada, aplicação de dispersante e queima (SOARES et al., 2020). O que a atual gestão federal menciona para tais mudanças nas leis ambientais, é que elas não devem funcionar como uma barreira contra o desenvolvimento econômico e de infraestruturas (ABESSA, FAMÁ e BURUAEM, 2019). Enfim, quando achávamos que este seria o maior desastre em extensão do Brasil, o ano de 2020 trouxe a pandemia do Covid-19, que desde então tem trazido mais de 300 mil óbitos, após um ano de constatação do vírus Sars-Cov-2, na população brasileira. O descaso continua sendo veia pulsante do cenário nacional.

CONCLUSÕES

A visão dos pescadores e pescadoras da costa do Estado de Pernambuco sobre o desastre demonstram fortes impactos sofridos pelas comunidades pesqueiras com a chegada do petróleo cru, dentre eles, puderam ser identificados com maior evidência, a vulnerabilidade financeira e alimentar. Tais impactos podem ser explicados pelo fato de que, grande parte desses pescadores e pescadoras possuem a atividade pesqueira como

única fonte de renda e a maior parte deles não foi abarcada pelo auxílio emergencial do óleo, seja por falta de informações, ausência do cadastro no Registro Geral da Pesca, ou por se situar em localidades indiretamente atingidas pelas manchas de óleo. Assim, em diversos casos, os recursos pesqueiros contaminados foram consumidos e essas famílias adentraram em uma profunda insegurança alimentar e social.

As dificuldades sentidas pelas comunidades foram intensificadas pela má gestão governamental, que não agiu de prontidão ao incidente, causando danos duradouros de implicações ainda desconhecidas em sua totalidade, por serem interligados em diversos âmbitos ambientais, políticos, midiáticos e culturais da sociedade.

A grande mídia contribuiu não somente para a invisibilidade dos pescadores e pescadoras quanto sua vulnerabilidade social, econômica e ambiental, no que tange o silenciamento de suas falas quanto ao desastre ambiental, potencializando o racismo ambiental inerente as atividades de pesca artesanal. As respostas inadequadas a este desastre, salienta a importância de estabelecer soluções de base científica para prevenir impactos severos ao longo da costa, procurando preservar os recursos ecossistêmicos, sociais e econômicos, sem excluir as populações tradicionais pesqueiras.

REFERÊNCIAS

- ABESSA, D.; FAMÁ, A.; BURUAEM, L. The systematic dismantling of Brazilian environmental laws risks losses on all fronts. **Nat Ecol Evol**, 2019, v.3, p.510–511.
- ARAÚJO, M.E. de; RAMALHO, C.W.N.; MELO, P.W. de. Artisanal fishers, consumers and the environment: immediate consequences of the oil spill in Pernambuco, Northeast Brazil. **Cadernos de saúde publica**, 2020, v.36, n.1, p.6.
- BOLETIM do registro geral da atividade pesqueira – RGP**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, 2012. Disponível em: http://www.conepe.org.br/images/pdf/boletim_do_registro_geral_da_atividade_pesqueira2012.pdf.
- BRUM, H.D; CAMPOS-SILVA, J.V; OLIVEIRA, G. Brazil oil spill response: Government inaction, **Science**, 2019, v. 367, n. 6474, p. 155-156.
- CASTRO, D.; SIQUEIRA, R.; CORREIA, D.; GALVÃO, D.; RESCHKE, A. A pesca artesanal em Pernambuco: ações do governo do estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal. **Semas-PE**, Pernambuco, 2013 v.53, n. 9, p.1689-1699. Disponível em: http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017.
- CIDREIRA-NETO, I.R.G.; RODRIGUES, G.G. Racismo Ambiental e a Pesca Artesanal: o caso da Ilha de Deus, Pernambuco. **Guaju**, 2018, v.4, n.2, p.125. CIDREIRA-NETO, I.R.G.; RODRIGUES, G.G.; CANDEIA, A.L.B.; Pesca artesanal: Identidade e representatividade da mulher pescadora. **Cadernos de gênero e tecnologia**, 2020, v.13, n.42, p.62-76.
- FERNANDES, F. M. B. Considerações metodológicas sobre a técnica da observação participante. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, p. 262-274, 2011.
- FERNANDEZ, J. I. **A política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e seus impactos sobre a pesca artesanal no estado de Pernambuco**. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, P. 119.2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14026>.
- GRUBESIC, T. H.; NELSON, J. R.; WEI, R. A strategic planning approach for protecting environmentally sensitive coastlines from oil spills: allocating responses resources on a limited budget. **Marine policy**, 2019, v. 108.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Localidades afetadas**. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>.
- INTERVOZES, Coletivo Brasil de comunicação social. **Vozes Silenciadas - a Cobertura Do Vazamento de**

Petróleo Na Costa Brasileira, Justiça socioambiental e mídia, UFPE, 2020. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/>

INTERVOZES, Coletivo Brasil de comunicação social. **Vozes Silenciadas – a cobertura da mídia sobre o movimento dos trabalhadores rurais sem terra durante a comissão parlamentar mista de inquérito**, 2011. Disponível em: <https://www.intervozes.org.br/arquivos/interlivoo3vozmst.pdf>.

INTOXICAÇÃO atinge 89 moradores. **Diário de Pernambuco impresso**, 29 novembro 2019. Caderno local. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2019/11/intoxicacao-atinge-89-moradores.html>. Acesso em: 30 de set. 2020.

LIRA, L.; PEDROSA, B.M.J.; SOUZA, M.M.C.S.; LEITE, C.A.L.; LEITE, A.P.A.; FARIAS, A.M.F.; GALVÃO, C. Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco. **Instituto Oceanário de Pernambuco**, v.1, p.120, 2010. LESSA, R. P.; VIEIRA, A.C.S.; MONTEIRO, A.; SANTOS, J.S.; LIMA, M.M.; CUNHA, E.J.; SOUZA JUNIOR, J.C.A.; BEZERRA, S.; TRAVASSOS, P.E.P.; OLIVEIRA, B.A.B.R. Diagnóstico da pesca no litoral do estado de Pernambuco in A pesca marinha e estuarina no Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. **Revista Atlântica**, Rio Grande, 2005. LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAGALHÃES, K. M.; BARROS, K. V. S.; LIMA, M.C.S; ROCHA-BARREIRA, C. A.; FILHO, J. S. R.; SOARES, M. O. Oil spill + COVID-19: A disastrous year for Brazilian seagrass conservation. **Science of the total environment**, 2020, v. 764, n. 142872, p.1-6.

MAGRIS, R. A.; GIARRIZZO, T. Mysterious oil spill in the Atlantic Ocean threatens marine biodiversity and local people in Brazil. **Marine Pollution Bulletin**, 2020, 153: 110961.

MARIN-LEON, L. . Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, 2011, v. 14, n. 3, p. 398-410.

NOTA PÚBLICA DO CPP. Sobre o Programa Renda Brasil e os Impactos aos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2020. Disponível em: <http://cppnacional.org.br/publicacao/nota-p%C3%BAblica-do-cpp-sobre-o-programa-renda-brasil-e-os-impactos-aos-pescadores-e>. Acesso: 02 nov. 2020.

PENA, P.G.L.; NORTHCROSS, A.L.; LIMA, M.A.G. de; RÊGO, R. de C.F. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cadernos de Saúde Pública**, 2020, v.36, n.2, p. 6.

PEDROSA, B. M. L.; LUIZ, L. I. R. A.; SANTIAGO, A. L. Pescadores urbanos da zona costeira do estado de Pernambuco, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, 2018, v.39, n.2, p.93-106.

PHILLIPS, D. **Brazilians rally to clean beaches amid outrage at Bolsonaro's oil spill inaction**. The Guardian, 2019; Disponível em: www.theguardian.com/world/2019/oct/22/brazil-oil-spill-beaches-bolsonaro-volunteer s. Acesso: 22 out. 2020.

PROAÑO DE FOX, V. P.; EFKEN, K. H. O discurso de resistência do movimento de pescadores e pescadoras artesanais do Brasil. **Policromias – revista de estudos do discurso, imagem e som**, 2019, v. 4, n. 2, p. 237.

REIS-FILHO, J.; QUINTO, D. A. Covid-19, afastamento social, pesca artesanal e segurança alimentar: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico. **SciELO - Scientific Electronic Library Online**, Salvador, 2020.

RAMALHO, C. W. N. Os possíveis impactos dos vazamentos de óleo nas comunidades pesqueiras artesanais em Pernambuco: um breve e provisório balanço. Recife: **Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR)** – PPGS/UFPE, 2019. p. 01-05.

RAMALHO, C. W. N. **Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima**. Campinas, Ceres-Unicamp; São Cristóvão, Edufs 2017;

RAMALHO, C. W. N. A situação do comércio de pescados em algumas localidades pernambucanas: reflexões preliminares após os vazamentos do petróleo. Recife: **Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios**

(NUHUMAR)- DS/PPGS/UFPE, 2019. p. 01-05.

SOARES, M. de O.; TEIXEIRA, C.E.P.; BEZERRA, L.E.A.; PAIVA, S.V.; TAVARES, T.C.L.; GARCIA, T.M. de.; ARAÚJO, J.T.; CAMPOS, C.C.; FERREIRA, S.M.C., MATTHEWS, H.; et al. Oil spill in South Atlantic (Brazil): Environmental and governmental disaster. **Marine Policy**, 2020, v.115.

NASCER, VIVER, PESCAR E MORRER: O PARADOXO DA CORAGEM NA PESCA NO PÉ DA BARRAGEM NA UHE TUCURUÍ-PA

BORN, LIVE, FISH AND DIE: THE PARADOX OF COURAGE IN FISHING AT THE FOOT OF THE DAM AT UHE TUCURUÍ-PA

NACER, VIVIR, PESCAR Y MORIR: LA PARADOJA DEL VALOR EN LA PESCA AL PIE DE LA PRESA DE UHE TUCURUÍ-PA

MELLO, Mariana Neves Cruz

XAVIER, Antonio Marcos de Melo

XAVIER, Fagner de Melo

RESUMO

O presente artigo aborda a pesca no pé da barragem de Tucuruí, destacando a coragem, valor partilhado entre as populações haliêuticas e imprescindível para a perpetuação da pesca artesanal, como um paradoxo. A transformação da paisagem e barramento do rio Tocantins exigiu a adoção de novas estratégias e técnicas de pesca para o acesso aos recursos pesqueiros, entre elas, o desenvolvimento da pesca no pé da barragem, modalidade que ocorre à jusante da UHE Tucuruí e oferta eminente risco de morte aos pescadores. Neste sentido, a coragem para a realização desta modalidade de pesca trata-se de um valor ou advém da necessidade, falta de alternativas econômicas e redução dos locais piscosos? A pesquisa conta com relatos de pescadores acerca do desenvolvimento da pesca no pé da barragem. Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas com pescadores do pé da barragem. Destaca-se que se trata de uma pesca marginalizada, ilegal, que envolve mortes de pescadores artesanais e projetos políticos altamente entrópicos que invisibilizam saberes e práticas, bem como os sujeitos envolvidos nesta modalidade de pesca, subsumindo com a importância econômica e cultural que essa modalidade de pesca exerce no cotidiano dos pescadores de Tucuruí.

Palavras-chave: Entropia. Pesca no pé da barragem. Coragem. Paradoxo.

ABSTRACT

This article addresses fishing at the bottom of the Tucuruí dam, highlighting courage, a value shared by fisheries populations and essential for the perpetuation of artisanal fishing, as a paradox. The transformation of the Tocantins River landscape and dam required the adoption of new fishing strategies and techniques for access to fishing resources, including the development of fishing at the bottom of the dam, a modality that occurs downstream of the Tucuruí HPP and an eminent risk offering death to fishermen. In this sense, is the courage to carry out this type of fishing a value or does it come from the need, lack of economic alternatives and reduction of fishy places? The research relies on fishermen's reports about the development of fishing at the bottom of the dam. In all, 15 interviews were conducted with fishermen at the bottom of the dam. It is noteworthy that it is a marginalized, illegal fishing, involving deaths of artisanal fishermen and highly entropic political projects that make knowledge and practices invisible, as well as the subjects involved in this fishing modality, subsuming with the economic and cultural importance that this modality of fishing exercises in the daily life of fishermen in Tucuruí.

Keywords: Entropy. Fishing at the foot of the dam. Courage. Paradox.

RESUMEN

Este artículo discute la pesca en el fondo de la presa de Tucuruí, destacando la valentía, un valor compartido entre las poblaciones pesqueras y fundamental para la perpetuación de la pesca artesanal, como una paradoja. La transformación del paisaje y la presa del río Tocantins requirió la adopción de nuevas estrategias y técnicas de pesca para el acceso a los recursos pesqueros, incluyendo el desarrollo de la pesca en el fondo de la presa, modalidad que ocurre aguas abajo de la CH

Tucuruí y una oferta de riesgo eminente. muerte a los pescadores. En este sentido, ¿el coraje para realizar este tipo de pesca es un valor o viene de la necesidad, falta de alternativas económicas y reducción de lugares pesqueros? La investigación se basa en los informes de los pescadores sobre el desarrollo de la pesca en el fondo de la presa. En total, se realizaron 15 entrevistas con pescadores en el fondo de la presa. Es de destacar que se trata de una pesca marginada, ilegal, que involucra muertes de pescadores artesanales y proyectos políticos altamente entrópicos que invisibilizan conocimientos y prácticas, así como los sujetos involucrados en esta modalidad de pesca, subsumiendo con la importancia económica y cultural que esta modalidad. de los ejercicios de pesca en la vida diaria de los pescadores de Tucuruí.

Palabras clave: Entropía. Pesca al pie de la presa. Coraje. Paradoja.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de 12 anos de pesquisas acerca da pesca artesanal na Amazônia e aborda uma modalidade peculiar de pesca, que se desenvolveu a partir da construção da Usina hidrelétrica de Tucuruí, conhecida como pesca no pé da barragem de Tucuruí, que é parte imaterial e material do modo de vida e cotidiano dos pescadores que exercem a pesca à jusante da Barragem.

A pesquisa foi realizada tendo como método a observação participante somada a aplicação de questionários semiestruturados e de entrevistas abertas, cujos questionamentos versam sobre a origem dos pescadores, economia familiar, movimento social, outras atividades produtivas e técnicas de pesca desenvolvidas pela família. Em um primeiro momento, não se tinha o conhecimento desta modalidade de pesca, que foi apresentada pelos pescadores em campo, pois o objeto da pesquisa tratava-se da implantação da atividade de piscicultura no lago de Tucuruí.

No decorrer da pesquisa, observou-se que a pesca no pé da barragem é uma atividade essencial na economia familiar destes pescadores, sendo a principal atividade praticada pela família. Desta forma, deslocou-se o objeto da pesquisa para esta modalidade de pesca.

A imersão em campo deu-se em etapas com duração de 15 dias cada, que ocorreram de 2013 à 2016, duas vezes por ano. Em seguida, no ano de 2020 foram contatados 2 estudantes do curso técnico de aquicultura ofertado pelo Instituto Federal do Pará – IFPA que cresceram por entre as águas do Rio Tocantins e já haviam realizado a pesca no pé da Barragem, sendo convidados a atualizar os dados sobre essa modalidade de pesca.

Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas com pescadores do pé da barragem. Destaca-se que se trata de uma pesca marginalizada, ilegal, que envolve mortes de pescadores artesanais e projetos políticos altamente entrópicos que invisibilizam saberes e práticas, bem como os sujeitos envolvidos nesta modalidade de pesca, subsumindo com a importância econômica e cultural que essa modalidade de pesca exerce no cotidiano dos pescadores de Tucuruí.

A atividade da pesca artesanal requer conhecimento ultra especializado acerca da localização de cardumes, construção de apetrechos e armadilhas direcionadas para as espécies focais, cujo conhecimento necessário para o êxito na pesca parte da interação território-ambiental dos indivíduos com os corpos aquáticos em que atuam. Esse conhecimento também advém da observação, socialização e troca de conhecimento entre os indivíduos que partilham dos recursos de uso comum, gerando acordos tácitos entre eles, coesão social e laços de compadrio, solidariedade e reciprocidade.

Todavia, a atividade da pesca artesanal trata-se de uma atividade incerta, cujo objetivo é a captura de um recurso móvel. Os pescadores deslocam-se em busca do recurso e, muitas vezes, o encontram a quilômetros de distância de suas moradias e sob condições adversas. Desta forma, entre os valores necessários para ser pescador mesmo, está a coragem.

O presente artigo, diante do contexto explicitado, destaca a coragem, valor partilhado entre as populações haliêuticas e imprescindível para a perpetuação da pesca artesanal, enquanto um paradoxo. A transformação da paisagem e barramento do rio Tocantins exigiu a adoção de novas estratégias e técnicas de pesca para o acesso aos recursos pesqueiros, entre elas, o desenvolvimento da pesca no pé da barragem, modalidade que ocorre à jusante da UHE Tucuruí e oferta eminente risco de morte aos pescadores.

Neste sentido, a coragem para a realização desta modalidade de pesca trata-se de um valor ou advém da necessidade, falta de alternativas econômicas e redução dos locais piscosos? Ao longo das seções procuramos elucidar essa problemática tendo como parâmetro as narrativas e percepções dos pescadores do pé da barragem.

ENTROPIA E NEGUENTROPIA: SURGIMENTO, DESENVOLVIMENTO E APRIMORAMENTO DAS TÉCNICAS DE PESCA NO PÉ DA BARRAGEM

As atividades da pesca no pé da barragem confundem-se com a própria transformação entrópica promovida no Rio Tocantins com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ainda na década de 1970. O novo cenário apresentado promoveu uma irreversível transformação ecológica, social, econômica, populacional, cultural, ambiental e legal inaugurando novas necessidades sociais voltadas à resiliência, plasticidade e aproveitamentos entrópicos e neguentrópicos insurgente.

Com a barragem, novos cenários foram construídos para a atividade da pesca artesanal (BARTHEM, 1997; 2004; JURAS, 2004; 2007; CINTRA, 2004; 2007; 2009a; 2009b; 2011; 2013). Nas localidades a montante da barragem, a atividade pesqueira sofreu um incremento de captura devido ao aumento da área de pesca e da produtividade primária, que se “refletiu no suprimento alimentar em toda a cadeia trófica das diversas espécies que compõem a ictiofauna do lago” de Tucuruí (JURAS et al, 2004, p. 77). À jusante, ocorreu um decréscimo nas comunidades de pescado, onde as espécies comerciais tiveram sua abundância reduzida e os predadores dominaram o trecho mais próximo ao barramento (JURAS et al, 2013).

Sobre as modificações na ictiofauna relacionadas à formação do reservatório de Tucuruí, Cintra (et al., 2013, p. 78) destaca que:

No reservatório, as principais modificações nas comunidades [peixes] estiveram relacionadas ao aumento na população de peixes carnívoros (pescada-branca, peixe-cachorro, tucunaré e piranha) (...). [alterações] na ictiofauna da bacia do Tocantins, relacionam-se à: a) interrupção da rota migratória dos grandes bagres (dourada, piraíba, pirarara e barbado) e alguns caracóides (curimatã e ubarana); b) desaparecimento inicial de curimatã; c) diminuição do estoque pesqueiro do mapará no baixo Tocantins; d) aumento da quantidade de peixes no médio Tocantins (curimatãs, jaraquis, branquinhas, pirapitinga, Matrinchã, surubim, mandubé e barbado), que se alimentam no reservatório e sobem o Tocantins para desovar, durante o período de águas altas.

Alves & Barthem (2007), ao estudar a pesca comercial realizada de maneira artesanal no reservatório, destacaram técnicas de captura do tucunaré construídas a partir das interações dos pescadores artesanais com o novo contexto ecológico construído com a formação do reservatório, demonstrando a capacidade plástica¹ destes agentes sociais (GEERTZ, 2000; GELLNER, 1997; GIDDENS, 2000; 1991).

Cintra (et al., 2013) identifica três modalidades de pesca no reservatório da UHE Tucuruí pode ser classificada como de subsistência, artesanal e esportiva. Quanto à pesca artesanal, o referido autor (CINTRA et al., 2013, p 64) destaca que os principais apetrechos utilizados no reservatório da UHE Tucuruí são:

rede malhadeira fixa ou presa, anzol (caniço), anzol (linha-de-mão), anzol (espinhel) matapi e arpão. A rede malhadeira fixa é o principal apetrecho e o anzol com linha-de-mão o segundo mais utilizado no reservatório; o matapi é utilizado quase que exclusivamente na captura do camarão-regional que é empregado como isca nas pescarias de anzol (caniço e linha-de-mão); a montante do reservatório (na região de Itupiranga e Marabá) utiliza-se também a rede malhadeira à deriva ou caceia, rede malhadeira de bloqueio e as tarrafas; nas pescarias, tanto pode ser utilizada apenas uma arte de pesca como também a

1. Tal categoria refere-se à capacidade que as populações tradicionais desenvolveram ao longo de sua trajetória de adaptarem-se frente a novas adversidades, adaptar-se a natureza e transformá-la, incorporar novos saberes e práticas ao seu cotidiano. Para estudos mais detalhados, consultar as obras:

GEERTZ, C. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

combinação de várias, de acordo com a área, profundidade, período do dia ou conforme a espécie alvo; a utilização dos apetrechos de pesca é limitada pelos "paliteiros" e oscilação da profundidade no reservatório.

As técnicas de pesca no ambiente do lago, ou seja, à montante do represamento do rio permaneceram praticamente inalteradas, sendo utilizados a malhadeira, caniço e espinhel e linha de mão (CINTRA, 2001; 2004; 2013). Há o destaque para o aumento da quantidade de pescado à montante, devido a alimentação abundante e falta de predadores, o que gerou um aumento na estimativa de extração de pescado durante os períodos que seguiram a construção da usina Hidrelétrica (CINTRA, 2001; 2004; 2013; JURAS, 2004). Todavia, à jusante, houve uma diminuição significativa da disponibilidade de pescado, afetando algumas comunidades, conforme já destacamos acima.

Quanto a captura de pescado realizada à montante do reservatório, Juras (2004, p. 79) destaca que:

Pesquisas revelam que desde o fechamento da represa, em 1984, as capturas aumentaram, passando de 452 t, antes do barramento para 1.424 t em 1987-88 (CET, 1989) e, posteriormente no período 1989-1992, as capturas apresentaram valores de 2.149 t, 2.338 t, 2.648 t e 2.318t. Em 2001 foram capturadas cerca de 5.000 t em toda a área do reservatório, principalmente devido ao aumento do esforço de pesca empregado na captura das espécies na área de influência da UHE Tucuruí desde 1984 até os dias atuais.

Cintra (Et al, 2013, p. 65) destaca que:

este incremento das capturas foi provocado pelo aumento da área de pesca e pelo aumento da produção primária, que fez com que os estoques de espécies como o mapará *H. marginatus* e pescada-branca *P. squamosissimus*, crescessem de forma exponencial. Desta forma, criou-se um novo e rico ambiente de pesca o que atraiu pescadores à região, verificando-se desde a época da formação do reservatório até aos dias de hoje, um aumento contínuo do esforço de pesca.

Em contrapartida, à jusante da UHE Tucuruí, houve uma vertiginosa queda na captura, que pode ser explicada pelos seguintes fatores (JURAS, et al., 2004, p. 82):

(1) mudança no regime de enchente, o que se reflete nas condições ambientais de reprodução dos peixes; (2) empobrecimento da água decorrente da retenção de nutrientes pelo reservatório; (3) devido às regras de operação da usina, principalmente durante o período de estiagem, a água que passa para o trecho a jusante é proveniente do fundo do reservatório (camada anóxica), onde se observa um acréscimo na condutividade, sólidos totais em suspensão, ferro, e, especialmente, nutrientes fosfatados e amônia (CET, 1988); (4) devido a alterações do ciclo hidrológico pela barragem do rio e a procedimentos operacionais da UHE Tucuruí, ocorre elevada mortalidade de ovos, larvas e alevinos, o que compromete o recrutamento e a reposição dos estoques pesqueiros.

Em comunidades à jusante da Usina, a atividade da pesca artesanal se configura como umas das principais atividades produtivas que compõem a economia familiar. Desta forma, muitas comunidades se organizaram em prol de soluções locais frente a escassez de pescado, estabelecendo acordos de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, estipulando regras de uso e acesso aos estoques disponíveis (ALMEIDA, 2008; CRUZ, 2010; 2013; CRUZ & MORAES, 2012; MCGRATH, 1993a; 1993b; 1994; 2000; 2003; 2007; 2008; THÉ, et al., 2008). Tais acordos foram reconhecidos pelo estado brasileiro e assumiram força de lei através da Instrução normativa do IBAMA Nº 29 de 2002.

Os ambientes ecológicos formados à jusante e a montante foram diferenciados. Conforme explicitado acima, o afeto à disponibilidade de recursos pesqueiros impulsionou a adoção de estratégias sociais diferenciadas para as áreas de montante e jusante da barragem.

Os pescadores artesanais, desta forma, foram capazes de construir novos saberes e práticas associadas a novo contexto ecológico econômico e social construído a partir da construção da eclusa, reaprendendo a pescar no novo contexto ecológico desenhado com a barragem do rio Tocantins.

A implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, desde a sua concepção na década de 1970 até a

construção de suas eclusas na década de 2000, tem promovido apropriações parciais e persistentes da baixa entropia ecológica existente, representado pelo rio Tocantins, transformando-o em um ambiente de alta entropia, através do processo de desordem e completa transformação, mediado por técnicas de construção civil.

A entropia é representada pela quantidade de desordem existente e/ou inserida dentro de um ambiente. A construção da UHE Tucuruí representou um processo de desordem dentro do ambiente ecológico de Tucuruí, com mortandade de espécimes de fauna e flora, alagamento de vastas áreas, alteração do PH das águas e alteração da vida social e econômica pré-estabelecida. Ademais, o represamento da água, afetou a reprodução e circulação de pescado, circulação de pessoas e, sobretudo, a atividade da pesca artesanal, atividade imprescindível para a economia familiar de parte considerável da população de Tucuruí e de comunidades adjacentes, tanto à jusante quanto a montante do local em que foi represado o Rio Tocantins.

Os ambientes aquáticos utilizados para a pesca foram novamente mapeados, bem como as técnicas já desenvolvidas foram aprimoradas, tendo em vista o novo ambiente construído a partir da construção dos vertedouros. Santos (2007) em sua Tese de Doutorado destaca o longo e doloroso processo de realocação e estabelecimento de novos laços territoriais que acompanhou a população remanejada. Não há como mensurar economicamente as perdas imateriais associadas ao processo compulsório de remanejamento das famílias.

O lamento e a dor (SANTOS, 2007) gerada pelo processo de mudança de ambiente de moradia e trabalho não foi mensurado, todavia, fazem parte também da desordem gerada pelo alagamento da área, fazem parte da alta entropia social e ecológica que envolveu o processo de construção das grandes Usinas Hidrelétricas Brasileiras, pois tal lamento e tal dor, infelizmente, não é e nem foi privilégio somente da população afetada pela UHE Tucuruí, mas de todos os grupos sociais que tiveram seus locais de trabalho e moradia afetados por obras visando o crescimento econômico brasileiro.

Após a construção da barragem de Tucuruí, novas relações sociais, territoriais e ecológicas foram estabelecidas. O processo entrópico gerado pelo barramento do rio desencadeou uma série de novas relações sociais e o desenvolvimento de novas técnicas de pesca associadas ao novo ambiente. A maneira de ser e existir dos pescadores artesanais foi modificado, sendo necessários longos períodos de novas interações território-ambientais (BEGOSSI, 1993; 2004) para (re)conhecer como o novo ambiente afetou a localização dos cardumes e sua disponibilidade dentro do ambiente de lago.

Há relatos de migração de pescadores de áreas à jusante para áreas próximas à montante devido a pesca artesanal ser a principal fonte de renda familiar. A memória dos pescadores acerca da localização dos cardumes permanece até os dias de hoje, conforme destaca Souza em sua Tese de doutorado (SOUZA, 2016). A memória tem sido uma estratégia coletiva extraordinária para a interação com o ambiente de lago e para a manutenção de laços sociais entre os moradores. Neste ambiente, foram formadas diversas ilhas, todavia, os pescadores artesanais mais velhos, utilizam a memória do ambiente anterior também como referência na navegação dentro do lago.

De acordo com Santana (et al., 2014, p. 250), “a construção e funcionamento da usina produziram externalidades negativas, que alteraram o equilíbrio do Rio Tocantins, repercutindo, principalmente, sobre as comunidades da jusante da barragem, que vivem da atividade pesqueira”.

Pescadores residentes na cidade de Tucuruí, à jusante da barragem, diante do novo contexto ecológico, territorial e social em construção, passaram a (re)conhecer os novos ambientes aquáticos formados, observando e interagindo com outros pescadores artesanais locais e pescadores de fora (LEITÃO, 2008), geralmente oriundos de outras regiões do baixo Tocantins, como Cametá, Limoeiro do Ajuru e Moju.

Os novos ambientes de pesca e a localização dos cardumes foram mapeados e incorporados a rotina de trabalho dos pescadores artesanais. No ambiente de lago à jusante as técnicas de pesca permaneceram praticamente inalteradas, todavia, a diferença está no aumento da disponibilidade de espécimes carnívoros. No ambiente à jusante, foi desenvolvida uma nova técnica de pesca, através da observação do comportamento do pescado, a pesca conhecida como **pesca no pé da Barragem**, realizada exclusivamente por homens.

O PARADOXO DA CORAGEM: NARRATIVAS DE TEMORES E PERDAS

A pesca no pé da barragem é uma técnica de pesca realizada próximo a saída d'água dos vertedouros da Usina Hidrelétrica, desenvolvida por pescadores artesanais à jusante da barragem de Tucuruí, através da percepção da concentração de pescado em áreas próximas aos vertedouros e comportas auxiliares, que segundo os pescadores, tornaram-se áreas de berçário e de alimentação farta de peixes carnívoros e de peixes cuja ocorrência está relacionada a locais de corredeiras. Tal concentração também pode ser explicada devido a quantidade pedaços de peixes triturados expelido pelas turbinas.

Um novo ambiente neguentrópico foi construído após a construção da Usina e os pescadores artesanais passam a apropriar-se dos recursos pesqueiros associados a esse novo ambiente de pesca, utilizando a entropia disponibilizada pela nova ecologia local.

Os pescadores artesanais entrevistados destacaram que aprenderam essa modalidade de pesca com seus pais ou observando outros pescadores. Segundo relatos, os pescadores observaram outros pescadores realizando esse tipo de pesca e aproximaram-se do pé² da barragem, pois, "aonde um pescador vai, o outro pescador sabe que tem peixe" e, segundo eles, "não há mistérios na técnica de pesca se você já é pescador" (entrevistas de campo).

Há que se destacar que não há especulações ou memória coletiva sobre o pescador ou grupo de pescadores que deram início a pesca no pé da barragem e não se sabe ao certo como foram as tentativas e erros associadas a esse tipo de pesca, tampouco sobre como ocorreu o aprimoramento das técnicas até se desenvolver a técnica atual associada a essa modalidade de pesca. Também não se é conhecido a origem do pescador que desenvolveu esta técnica, se era oriundo de outras áreas de barragem (barrageiro³) ou se era pescador local.

Este tipo de pesca exige o domínio prévio de outras técnicas de pesca, como a de caniço, espinhel e a pesca com a malhadeira. Exige a destreza com a embarcação, pois trata-se de uma área de corredeira e, principalmente, exige coragem, aspecto fundamental que acompanha o pescador artesanal desde tempos imemoriais, a coragem diante de um ambiente ainda desconhecido, a coragem diante de ambientes de corredeiras, a coragem de estar em alto mar, coragem diante de qualquer animal aquático que possa cruzar seu caminho.

Conforme nos explica Domingos (Pintão), de origem cametaense:

quando fizeram essa barragem aqui os peixes ficou difícil pra nós lá (Cametá) onde se criemos, nascemos e criemos, aí nos veio vindo né, subindo pra cima, subindo aí o Tocantins até que cheguemos aqui no pé dela, aí aqui nós temo. Meu pai que me ensinou, é perigoso. Aqui no pé dessa barragem já morreu muita gente. O pai da gente vai levando e levando e depois a gente aprende.

As técnicas de pesca são tradicionalmente repassadas de geração em geração e de uma maneira geral, quando trata-se de deslocamento para áreas distantes da moradia e que representam certo grau de risco de morte, são repassadas majoritariamente para indivíduos do sexo masculino. De uma maneira geral, o papel da mulher na pesca associa-se a dar suporte ao marido na pesca, a pesca de beira⁴, pesca em locais mais próximos de casa, ou seja, uma presença discreta. O protagonismo das mulheres na pesca está, sobretudo, na organização social. No geral, por estarem mais perto dos filhos, cuidar dos maridos e do lar, a mulher possui uma percepção mais holística acerca dos problemas ambientais, ecológicos e econômicos que afetam o seu ambiente doméstico. Neste campo, o protagonismo feminino é incontestável (MANESCHY, 1994; 1995; 2012; CARDOSO, 2002; MOTA-MAUÉS, 1999).

2. O pé da barragem significa toda a área próxima aos vertedouros da Usina hidrelétrica.

3. Barrageiro é o nome popular dado aos trabalhadores temporários de áreas de construção de barragens e tem por hábito a migração temporária para áreas de construção de Usinas hidrelétricas.

4. Pesca próxima ao leito do rio.

Quanto aos apetrechos utilizados na pesca no pé da barragem, são a pesca com linha e anzol, caniço, espinhel e malhadeira. Para a captura dos grandes bagres, Piraíba *Brachyplatystoma filamentosum* (Lichtenstein, 1819), Dourada *Brachyplatystoma flavicans* (Lichtenstein, 1819), Jaú *Zungaro zungaro* (Humboldt, 1821), a Pirarara *Phractocephalus hemiliopterus* (Bloch & Schneider, 1801), os pescadores utilizam redes de emalhar de fios poliamida de multifilamento torcido. A rede de emalhar é posta de forma que fique fixa em um local específico, auxiliada para sua fixação uma âncora/ garateia (Figura 1) e pedras amarradas no cabo inferior do apetrecho, denominada pelos pescadores de CULHÃO (Figura 2). O peso dessas pedras pode variar de 5kg a 15kg, dependendo do local em que a mesma está armada, geralmente essa pesca acontece próximo aos vertedouros.

Figura 1 - Garatêia utilizada para fixação da rede de emalhar.



Fonte: acervo pessoal, 2020.

Figura 2 - Pedras que auxiliam na fixação da rede de emalhar



Fonte: acervo pessoal, 2020.

Para captura de peixes menores, porém não menos importantes, como a pescada-branca *Plagioscion squamosissimus* e o mapará *Hypophthalmus marginatus* os pescadores utilizam redes de emalhar de monofilamento de poliamida, auxiliadas de bóias de poliestireno para ajudar na flutuação do apetrecho. Nesta forma de captura, a rede de emalhar fica à deriva acompanhando o fluxo do rio.

Outro apetrecho muito utilizado pelos pescadores é a tarrafa. A mesma tem um formato cônico com pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha a amplitude de malha entre nós opostos é de 50mm a 70mm. A tarrafa é arremessada geralmente com as mãos, de tal maneira que está se abra o máximo possível antes de cair na água. Ao entrar em contato com a água, a rede afunda imediatamente. A principais espécies capturadas por esse apetrecho são curimatã (*Prochilodus nigricans*) e a Pescada-branca (*Plagioscion squamosissimus*).

O corricão é uma adaptação no espinhel de fundo que funciona de forma passiva, com a utilização de iscas de peixe menores para a atração dos bagres como, Piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*, Lichtenstein, 1819), o Jaú *Zungaro zungaro* (Humboldt, 1821), a Pirarara *Phractocephalus hemiliopterus* (Bloch & Schneider, 1801), Dourada *Brachyplatystoma flavicans*, Lichtenstein, 1819). Seu diferencial para do espinhel convencional é

uma quantidade menor de anzóis e o uso de apenas uma poita para a fixação, assim os anzóis fica disposto de acordo com a energia do fluxo da água.

O corricão é formado pela linha principal de Poliamida PA monofilamento 180mm, as linhas secundárias são da mesma linha principal, com espaçamento de aproximadamente 10 metros entre as mesmas com anzóis número 12/0 nas extremidades.

A pesca com linha de mão é muito utilizada no período da seca para a captura de peixes bentônicos, o tipo de linha usado é o nylon monofilamento de 0,60mm à 0,80mm com anzóis que variam com a espécie alvo almejadas. Esse apetrecho contém em sua composição apenas a linha, o anzol, e um chumbo de peso aproximado de 200g. Os pescadores ficam a deriva em suas canoas seguindo o sentido da corrente.

O tipo de embarcação utilizada pela maioria dos pescadores do pé da barragem é uma canoa equipada com motor de rabeta, o motor tipo rabeta, possui um sistema de transmissão com um de aproximadamente 1,5 a 2,0 m, sem diferencial, aceleração automática, com hélice na ponta), que é instalado na parte posterior do barco. Possuem em média 6-8 m de comprimento e apresentam potência motora de 4,5 a 13,0 HP. A capacidade de carga total de é 350 a 500 kg.

O ensino do ofício de pescador artesanal se inicia durante a infância. Todos os riscos e técnicas de “segurança” são repassadas através da interação ambiental, ou seja, a interação com os ambientes de pesca, a percepção sobre a turbidez, coloração da água são imprescindíveis para se obter o sucesso na pesca, mensurado pela quantidade de pescado extraída.

Antônio (Tonico), também de Cametá, nos relata como começou a pescar no pé da Barragem:

Quando eu vim de Cametá eu cheguei aqui tinha muito peixe, peixe tinha muito. Ai eu comecei a pescar ai na Queiroz, Galvão, ai tem um poço ai que agente pescava a gente puxava muito filhote aí. Daí veio outro irmão meu de Cametá nós comecemos ideia essa pesca de ir na barragem. Ai nós fomos varando pra lá. Já tinha gente pescando, aí nós fomos, fomos até chegemos lá. Chegemos junto com o pessoal, porque pescador já sabe, pra onde um vai outro vai atrás.

Vicente nos explica que “o cametaense ele já tem a tendência, já nasce na pesca e eu já vim de lá com essa tendência mesmo. Cheguei de lá comecei a trabalhar e não deu certo e comecei a trabalhar como pessoal aqui que são todos **pescadores mesmo** e me ensinaram a pescaria daqui”. A “vocação” do cametaense para a pesca pode ser explicada devido a ecologia local, de ambiente de várzea, lacustre, onde a sazonalidade local permite a multiplicidade de atividades produtivas, em destaque, a atividade da pesca artesanal.

Nesta fala, podemos destacar o fato de que o novo ambiente criado pela construção da usina impulsionou a criação de técnicas específicas de pesca, diferentes das utilizadas em Cametá.

A pesca no pé da barragem trata-se de uma pesca que oferece risco de morte aos pescadores artesanais. Os pescadores só arriscam suas vidas nesta modalidade de pesca devido esse risco ser compensado pela concentração de pescado no local, consequentemente, indispensável para a geração de renda de suas famílias. Foi relatada a morte por afogamento de pelo menos 11 pescadores artesanais, que tiveram suas embarcações e apetrechos sugados pelo rebojo⁵ gerado pela correnteza das turbinas.

A **pesca ao pé da barragem** é realizada por meio de duas técnicas diferenciadas de pesca e está sujeita as sazonalidades provocadas pelos períodos de inverno e verão (seca e cheia), que também afeta a abertura ou fechamento das comportas da Usina, sendo elas, a **pesca próxima as comportas** (localmente chamadas de **pesca no pé mesmo**) e a **pesca no travessão**, relativamente distante dos vertedouros.

Próximo aos vertedouros, com maior risco de morte aos pescadores, a pesca é realizada com malhadeira (rede de nylon). Os pescadores aproximam-se das comportas principais e/ou auxiliares e atracam suas rabetas junto aos trilhos das máquinas limpa-grades⁶, amarrando uma corda entre dois pilares dos trilhos, ou fixam-se

5. Redemoinho formado na água.

aos canos de saída d'água ou nas pilastras mais afastadas aos vertedouros. Essa corda possui um gancho de ferro na extremidade e deixa a embarcação fixa a uma distância de aproximadamente 10 metros dos vertedouros, impedindo que as embarcações se distanciem impulsionadas pela correnteza, conforme nos explica o pescador Antônio (Baixinho):

Eles encostam (pescadores), eles esperam assim, quando o remoinho boia, ai eles vão pra lá e amarra ai eles esticam um negócio de dez metros daqui pra lá, ai eles soltam a rede pra afinar lá pra essa rede não descer pra lá ai eles botam essa pedrona⁷ né, ai quando dá a hora deles irem revistar ou virem eles esperam boiar o remoinho de novo, ai quando boia o remoinho aí eles puxam a rede vão e desatam. Agora perigoso mesmo é tempo de inverno. Tempo de inverno é perigoso que as comportam tão abertas e o remoinho só está chamando, só está chamando. No tempo da cheia quando as comporta estão abertas eles não vão.

O remoinho e o rebojo relatados na fala do pescador têm origem nas turbinas. Não é toda a extensão do rio que apresenta esse perigo, mas, sobretudo, a área próxima ao “pé da barragem”, ou seja, áreas próximas aos vertedouros.

Há casos em que os pescadores tem as redes com as poitas sugadas pelo rebojo. Quando isso ocorre, o pescador, em tempo, deve cortar a corda que o fixa ao pé da barragem, para evitar afogar-se. Em casos como esse, com sorte, há apenas a perda dos apetrechos de pesca e da produção diária, se houver. Em casos mais extremos, há a perda da embarcação e até mesmo da vida. Houveram relatos de pescadores que foram sugados pelo rebojo e que ao cair na água conseguiram agarrar-se a corda usada para fixar a embarcação à barragem e seguraram-se até a chegada de socorro. Há casos de acidentes com traumas psicológicos em que os pescadores abandonaram essa modalidade de pesca.

Apesar de ofertar perigo e relativo risco aos pescadores por conta da correnteza existente nas áreas de acesso as comportas auxiliares, o risco de morte é relativamente menor. A pesca no pé da barragem que oferta maior risco aos pescadores é aquela com maior proximidade com a correnteza gerada diretamente pelas turbinas da Usina, na área do vertedouro, áreas de maior rebojo, uma vez que os pescadores precisam estar praticamente frente a frente aos vertedouros para atracar suas embarcações.

A outra modalidade de pesca no pé da barragem é conhecida por **pesca do travessão**, que oferta menor risco de morte. Consiste na pesca defronte dos vertedouros, próximo a um local de florescência de rochas, conhecido como travessão de pedras.

Apesar do medo relatado pelos pescadores, a pesca permanece nos períodos de cheia e de seca do rio, com menor aproximação a área do vertedouro no período de cheia. Abaixo, temos um pescador realizando a pesca no travessão.

Quanto as técnicas utilizadas no travessão, nos relata Antônio (Tonico):

Essa pesca é a pesca de filhote né, o filhote é um peixe que é na caceia⁸, a gente vai caceia até no travessão, no berço. Arrisca a vida, lá a gente arrisca a vida, lá é viver ou morrer por que de repente a pessoa tá morrendo, faz como lá no pé como lá. No travessão que nós fala, é um travessão de pedra, um atravessado de pedra. Tem pra muitos que eles pescam amarrados lá, na turbina que falam e pra muitos pesca na caceia. É uma pesca muito *arriscosa*. a gente se arrisca mesmo porque como diz o pessoal a gente não tem mesmo da onde a gente tirar, é só no lago que ainda aparece algum peixinho. Lá é só de linha de filhote a gente senta a linha acima do travessão e vem descendo mesmo, de linha de mão ai quando a gente vai descendo de trás, agente vem só duma vez.

Na imagem abaixo, é possível verificar um pescador pescando na pesca do travessão.

6. Máquinas acopladas aos vertedouros, que removem de resíduos acumulados nas comportas, que poderiam ocasionar sua obstrução e interrupção no fluxo d'água do duto condutor das turbinas de geração de eletricidade.

7. A “pedrona” faz o apoio da canoa, servindo como uma espécie de âncora.

8. Pesca de espera com malhadeira apoiada.

Figura 3 - pescador do travessão.



Fonte: Mello, 2016.

O risco associado a esse tipo de pesca é compensado, conforme já destacado anteriormente, pela quantidade de pescado disponível nesta área do Rio Tocantins. São espécies valorizadas economicamente nos mercados locais. Desta forma, os pescadores artesanais do pé da barragem têm essa área e essa modalidade de pesca como imprescindíveis para a sua economia familiar, ademais, essa modalidade de pesca já faz parte de suas práticas cotidianas, está inserida em seu contexto social e indenitário, construído ao longo de suas interações território-ambiental após a construção das Usina.

A pesca em áreas próximas a barragens é proibida desde 1972, através da portaria da SUDEPE Nº 466, de 8/11/1972, que em seu Artigo 4º estabelece que "Fica proibido qualquer tipo de pesca praticado a menos de 200 metros, a jusante e a montante das barragens, cachoeiras, corredeiras e escadas de peixe".

Essa distância foi estendida no ano de 2002, através da portaria do IBAMA Nº 142 de 30/10/2002, que em seu Artigo 3º resolve "Proibir a pesca, de qualquer categoria, modalidade e petrecho, até a distância de 1.500 m (hum mil e quinhentos metros) a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras existentes em cada bacia Hidrográfica".

Todavia, na Amazônia, agravantes como a falta de equipamentos, falta de contingente técnico em órgãos e instituições de fiscalização da atividade da pesca bem como a extensão territorial tornam difícil o processo de fiscalização e execução das normativas jurídicas associadas aos recursos pesqueiros. Outro agravante para o não cumprimento desta normativa é a falta de alternativas economicamente sustentáveis para a economia familiar dos pescadores, pois a atividade da pesca torna-se a principal estratégia de sustento proteico e econômico das famílias.

A coragem para a realização desta modalidade de pesca é estimulada pela extrema necessidade de acesso à renda. O bem mais precioso que o pescador tem, sua própria vida só é arriscada devido às precariedades que se acumularam ao longo de intervenções de projetos de cunho desenvolvimentistas voltados para abastecer o setor industrial brasileiro que fagocitaram saberes e práticas e alteraram de maneira irreversível o cotidiano das populações haliêuticas na Amazônia.

Desta forma, é necessário que a coragem enquanto resiliência e plasticidade continue sendo a tônica de vida dos pescadores do pé da barragem, pois sem ela, eles mesmos podem desaparecer.

É SOBRE VIVER: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DA PESCA E DOS PESCADORES DO PÉ DA BARRAGEM

A questão fundamental assenta-se no fato de que, a pesca no pé da barragem é uma das principais áreas de concentração de pescado para a extração, o que compensa economicamente tanto o risco de morte quanto o risco de apreensão dos apetrechos de pesca e da produção diária. Para os pescadores entrevistados, apesar de todos os riscos à vida, esta modalidade de pesca, irá perdurar apenas mais esta geração de pescadores.

O conhecimento desta pesca já não é mais repassado á seus filhos, pois a longo prazo, a expectativa é a

de que a piscicultura possa ser uma alternativa de renda para as próximas gerações, ou seja, há uma expectativa relacionada aos cursos técnicos e superiores ofertados à população. Os pescadores do pé da barragem orgulham-se de fazer parte do seletivo e corajoso grupo que persiste nesta modalidade de pesca, pois partilham valores sociais, culturais, solidariedade e esperança de dias de fartura novamente.

Por ser uma área de alto risco de morte, há a vigilância constante da atividade da pesca realizada pela ELN, sem, contudo, haver uma efetividade em sua proibição, pois os pescadores deslocam-se para o pé da barragem em diversos horários, compondo os turnos da manhã, tarde e noite. Na realidade, a vigilância se dá para evitar acidentes durante a pesca no pé da barragem, que pode ser ocasionada pela abertura dos vertedouros para despejo de água.

Esse ambiente de pesca já faz parte do cotidiano das populações haliêuticas que praticam a atividade da pesca artesanal comercial e/ou de subsistência nos arredores da UHE Tucuruí e representa um ambiente de baixa entropia, tanto ecologicamente quanto socialmente, do ponto de vista de um ambiente que novamente entra em equilíbrio após uma intervenção exógena. Os pescadores se apropriaram de um ambiente já desequilibrado pela construção da barragem e, em seu processo de reequilíbrio, desenvolveram novas técnicas associadas ao novo ambiente, ou seja, utilizam a baixa entropia local associadas a técnicas de extração já existentes, de baixa entropia.

Almeida (2015) durante o congresso intitulado “**Mil nomes de gaia**”, ocorrido no ano de 2015, proferiu uma palestra intitulada “**Metafísicas do fim do Mundo e encontros Pragmáticos com a entropia**”, na qual destaca que as populações tradicionais têm tido constantes contatos entrópicos significativos ao longo de suas trajetórias.

Os encontros entrópicos são também contatos com ontologias diferenciadas (ALMEIDA 2015), ou seja, com maneiras de ser e existir diferenciadas que podem promover o processo de deterioramento ontológico devido a processos homogeneizadores (SANTOS, 2000) engendrados pela apropriação econômica da superfície terrestre (HARVEY, 2005).

Entropia e ontologias, neste sentido, são variáveis importantes dentro de um sistema social, cultural, ecológico, político e econômico específicos que, muitas vezes, não são levados em consideração pelas políticas públicas de mitigação e estímulo ao desenvolvimento e crescimento econômico, bem como de estímulo a produtividade pesqueira.

Primeiramente devido ao fato de que a perspectiva de desenvolvimento associado a atividade pesqueira baseia-se na sua produtividade, ou seja, a pesca é desmembrada de seu caráter social e é tida como uma atividade setorial, que pode ser traduzida na quantidade e variedade de espécies extraídas.

Os contatos entrópicos experimentados pelos pescadores artesanais que realizam a **pesca no pé barragem**, em alguns casos, teve início no processo de Construção da Usina, quando tiveram que ser remanejados e reaprender a pescar no novo ambiente que se apresentava. Em outros casos, se iniciou com a fase de construção civil da UHE Tucuruí, com a construção das Eclusas. Também tiveram casos em que os contatos entrópicos reuniram os dois eventos.

É válido destacar que, os pescadores artesanais remanejados no processo de construção da Usina foram realocados para espaços urbanos periféricos da cidade de Tucuruí, ou seja, com pouco espaço ou sem nenhum espaço agricultável, ou seja, a ausência da possibilidade da diversificação produtiva faz com que a pesca artesanal seja uma das principais ou a principal atividade componente da economia familiar. De acordo com entrevistas, na ausência de terrenos de plantio, os pescadores artesanais diversificaram a economia familiar com atividades de cunho eminentemente urbanas, trabalhando com pequenos reparos domiciliares (trabalho na construção civil como pedreiros), diaristas (no caso das mulheres), moto-taxistas e, em alguns casos, com a venda de frango assado.

A questão é que a imposição de um sistema de alta entropia que utiliza recursos de baixa entropia produz relações de irreversibilidade, deteriora a energia associada ao recurso, sendo traduzida por sua escassez ou redução de sua disponibilidade e inviabilizando economicamente esta atividade, que do ponto de vista social

já gerou desequilíbrio e do ponto de vista ambiental já promoveu depleção. No caso da UHE Tucuruí, esse processo cíclico de aumento de entropia, equilíbrio e novo aumento de entropia tem engendrado cenários sociais e ambientais desvirtuosos e peculiares.

No caso da pesca no pé da barragem, sua proibição jurídica faz com que os pescadores artesanais que praticam esta modalidade de pesca estejam sempre em estado de tensão, seja pela possibilidade de morte, seja pela possibilidade de apreensão de seus apetrechos e de sua produção diária.

Ainda não foram identificadas alternativas viáveis para o completo abandono da pesca no pé da barragem, pois estas estão associadas a capacidade de produtividade pesqueira e relacionadas ao esforço de pesca empreendido para a extração dos estoques pesqueiros disponíveis, sendo condições fundamentais a abundância de pescado e as vantagens econômicas associadas. Desta forma, a aquisição de renda se sobressai sobre a possibilidade de inserção em outras atividades econômicas. Ademais, os pescadores do pé da barragem possuem conhecimento altamente especializado para essa modalidade de pesca e afirma que é o que vivem para fazer, ou morrerão fazendo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. W. B. de. Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss. **Rev. Antropol.** [online]. 1999, vol.42, n.1-2, pp.163-197. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06/04/2017.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Metafísicas do fim do mundo e encontros pragmáticos com a Entropia. **Palestra proferida no Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia: Do Antropoceno à Idade da Terra**. 15 a 19 de setembro de 2014 Local: Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2015.
- ALMEIDA, O. T. de; MCGRATH, D.; RIVERO, S.; LORENZEN, K. Impact Del co manejo pesquero sobre La pesca en La Amazonia Brasileña: Caracterización, analisis multiagentes e interaciones. In: Piñedo, Dani; Soria, Carlos (editores). **El Manejo de lãs pesquerias en La Amazonia**. Mayol ediciones, AS: Bogotá – Colombia, 2008. Pp. 323 – 334.
- BARTHEM, R. B.; PETRERE JR., M.; ISAAC, V. J.; RIBEIRO, M. C. L. B.; MCGRATH, D. G.; VIEIRA, I. J. A.; VALDERAMA-BARCO, M. A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. In: VALADARES-PÁDUA, C.; BODMER, R. E. (Orgs.). **Manejo e conservação da vida silvestre no Brasil**. Tefé- AM: MCT-CNPq, Sociedade Civil Mamirauá, 1997. p. 173-184.
- BARTHEM, R. B. O desembarque na região de Belém e a pesca na foz amazônica. In: RUFINO, M. I. (Ed.) **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA, proVárzea, 2004. p. 153-183
- CADERNO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA. **Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia**. Brasília/DF: MMA, 2006.
- CARDOSO, D. M., Mulher, Pesca e Ambiente. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002**. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP13CARDOSO.pdf. Acesso em: 20/06/2015.
- CINTRA, I. H. A.; JURAS, A. A.; LUDOVINO, R. M. R. A pesca na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - Estado do Pará. **Boletim Técnico-Científico do CEPNOR**, Belém, v. 4, n. 1, p. 77-88, 2004.
- CINTRA, I. H. A.; JURAS, A. A.; ANDRADE, J. A. C.; OGAWA, M. Caracterização dos desembarques pesqueiros na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, estado do Pará, Brasil. **Bol. Tec. Cient. CEPNOR**, v. 7, n. 1, p. 135-152, 2007.
- CINTRA, I. H. A. **A pesca no reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, estado do Pará, Brasil**. Tese (Doutorado em Engenharia de Pesca) - Fortaleza (CE): Universidade Federal do Ceará, 2009a.

- CINTRA, I. H. A.; JURAS, A. A.; SILVA, K. C. A.; TENÓRIO, G. S.; OGAWA, M. Apetrechos de pesca utilizados no reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pará, Brasil). **Bol. Tec. Cient. CEPNOR**, v. 9, n. 1, p. 67-79, 2009b.
- CINTRA, I.; MANESCHY, M. C.; JURAS, A.; MOURÃO, R.; O., M. Pescadores artesanais do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí (Pará, Brasil). **Rev. Ci. Agra.** v. 54, n.1, p.63-72, Jan/Abr 2011.
- CINTRA, I. H. A.; FLEXA, C. E.; SILVA, M. B.; ARAÚJO, M. V. L. F.; SILVA, K. C. A. A pesca no reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Amazônia, Brasil. **Actapesca**. 1 (1). 2013. Pp. 57-78.
- CRUZ, M.N. **Gestão de Recurso de uso Comum no Pará: O Caso dos Acordos de Pesca na Comunidade de Jaracuera Grande, Cametá, Pará**. TCC. Geografia: UFPA/IFCH/FGC, 2010.
- CRUZ, M. N.; MORAES, S. C. Acordo de pesca na Amazônia Brasileira Comunidade de Jaracuera, Rio Tocantins, Pará. **Momentos de Ciência**. 9 (2) 2012, pp: 120 – 126.
- CRUZ, M. N. **Gestão dos recursos pesqueiros na RESEX Mãe Grand de Curuçá: Comunidade Arapiranga de Dentro**. Dissertação de mestrado: UFPA/IFCH/PPGEO, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8220/1/Dissertacao_GestaoRecursosPesqueiros.pdf Acesso em 22/04/2016.
- JURAS, A. A.; CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto; LUDOVINO, R. M. R. A pesca na área de influência da usina Hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará. **Bol. Téc. Cient. CEPNOR**. Belém, v. 4, n. 1, 2004. p. 77-88.
- JURAS, A. A.; CINTRA, H. A. I.; ANDRADE, J. A. C. O desembarque de pescado na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará, Brasil, 2001-2005. **XXVII Seminário Nacional de Grandes Barragens**. Belém – PA, 03 a 07 de Junho de 2007.
- LEITÃO, W. M. **O pescador mesmo: Um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil**. PPGCS/UFPA/Dissertação, 2008.
- MANESCHY, M. C. Uma presença discreta: A mulher na pesca. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. da (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 251-258.
- MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica. **Boletim do Paraense Emilio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995
- MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA D.; ÁLVARES M. L. M. Pescadoras: subordinação de escadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012. p. 713 – 737.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo e MOTTA-MAUÉS, Angélica. Pesca e agricultura na Amazônia; a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia. v. 6, n.1:1990. p. 29-40.
- MCGRATH, D. G. Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: FURTADO, L. G. et al. (org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. MPEG: Belém, 1993a.
- MCGRATH, D.; CASTRO, F; FUTEMA, C. AMARAL, B. D. de. CALABRIA, J. Fisheries and the evolution of resource management on the lower Amazon foodplain. *Human Ecology*. Vol. 21. Nº 2, 1993b. p. 167 – 195.
- MCGRATH, D.; CASTRO, F. de; FUTEMA, C. Reservas de lago e o manejo comunitário de pesca no Baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. **Paper do NAEA**, Março de 1994. p. 1-16.
- MCGRATH, D. Avoiding a Tragedy of the Commons: Recent Developments in the management of Amazonian Fisheries. In: HALL, A. **Amazonia at the Crossroads**. p. 171-197. London: institute of Latin American Studies. 2000.
- MCGRATH, D.; CASTRO, F. de; Moving toward sustainability in the local management foodplain lake fisheries in the Brazilian Amazon. **Human Organization**. Vol. 62. Nº2, Summer 2003. p. 123 – 133.
- MCGRATH, D.; ALMEIDA, O. T. de; MERRY, F. D. The influence of community managements on household

economic strategies: Cattle grazing and fishing agreements on the lower Amazon foodplain. *International Journal of the Commons*. Vol. I. nº I. October, 2007. p. 67-87.

MCGRATH, D.; CARDOSO, A.; ALMEIDA, O. T. de. Evolución de um sistema de manejo de pescarias en La llanura inundable de La baja Amazonia. In: Piñedo, Dani; Soria, Carlos (editores). **El Manejo de las pesquerías en La Amazonia**. Mayol ediciones, AS: Bogotá – Colombia, 2008. p. 357 – 352.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca de homem/peixe de mulher(?): repensando gênero na literatura acadêmica.: *Etnográfica*, Vol. III (2). Lisboa: 1999. p.377-399.

SOUZA, Cleide Lima de. **Conflito e enfrentamento diante das mudanças ambientais decorrentes da construção de barragem: memória coletiva e pesca artesanal no Lago da UHE de Tucuruí**. Tese de doutorado: UFPA/PPGEAP, 2016.

THÉ, A. P. G.; MANCUSO, M. I. R.; MELLO, R. Q.; APEL, M. “Pescar pescadores”: Fortalecimento de La organización comunitaria para El manejo participativo de La pesca em El rio Solimões. In: Piñedo, Dani; Soria, Carlos (editores). **El Manejo de las pesquerías en La Amazonia**. Mayol ediciones, AS: Bogotá – Colombia, 2008. p. 335 – 350.

A DEGRADAÇÃO DA BAÍA DE SEPETIBA (RJ) PELA RELAÇÃO PERIGOSA DO CAPITAL COM A NATUREZA: A DIFÍCIL CONDIÇÃO DE SER PESCADOR ARTESANAL

THE DEGRADATION OF THE SEPETIBA BAY (RJ) BY THE DANGEROUS RELATIONSHIP OF THE CAPITAL WITH NATURE: THE DIFFICULT CONDITION OF BEING AN ARTISANAL FISHERMAN

LA DEGRADACIÓN DE LA BAHÍA DE SEPETIBA (RJ) POR LA RELACIÓN PELIGROSA DE CAPITAL CON LA NATURALEZA: LA DIFÍCIL CONDICIÓN DE SER PESCADOR ARTESANAL

VINHAS, Antonio Lopes Ferreira

RESUMO

Nas últimas décadas a Baía de Sepetiba passou por uma industrialização que propiciou novos vetores de transformação. A forma como ocorreu a instalação de terminais portuários é reflexo da relação do capital e a natureza que é considerada por David Harvey uma contradição perigosa do capitalismo. Por esse viés trazemos a discussão da ameaça ao trabalho do pescador artesanal.

Palavras-chave: Pescador artesanal, Capital, Natureza, Degradação, Território.

ABSTRACT

In the last decades the Sepetiba Bay has undergone an industrialization that provided new transformation vectors. The way in which port terminals were installed is a reflection of the relationship between the capital and the nature that David Harvey considers a dangerous contradiction of capitalism. For this reason, we bring the discussion of the threat to the work of artisanal fishermen.

Keywords: Artisanal fishermen, Capital, Nature, Degradation, Territory.

RESUMEN

En las últimas décadas, Sepetiba Bay ha experimentado una industrialización que brindó nuevos vectores de transformación. La forma en que se instalaron las terminales portuarias es un reflejo de la relación entre el capital y la naturaleza que David Harvey considera una peligrosa contradicción del capitalismo. Por ello, traemos la discusión de la amenaza al trabajo de los pescadores artesanales.

Palabras clave: Pescador artesanal, Capital, Naturaleza, Degradación, Territorio.

INTRODUÇÃO

Na segunda contradição do capital, que Harvey considera como perigosa em “As 17 contradições do capital” o autor Harvey (2016) discute “a relação do capital com a natureza”. Primeiramente, levanta a questão sobre as polêmicas resoluções dadas ao longo da história para resolver os problemas ambientais. Para o autor a natureza:

“poderia ser e é considerada de modo muito diferente dentro do capitalismo como um todo – como uma grande reserva de valores de uso potenciais (de processos e coisas) que podem ser usados direta ou indiretamente na produção de valores das mercadorias” (HARVEY, 2016, p. 232).

Harvey (2016) entende a imposição da racionalidade econômica do capital sobre a natureza como uma reserva, por isso os valores de uso naturais têm que ser capitalizados, comercializados e trocados como mercadoria. Dessa forma, a natureza se torna alvo do capital sendo “fracionada e dividida em forma de direitos

de propriedade privada que são garantidos pelo Estado” (HARVEY, 2016, p. 232). O autor considera a relação do capital com a natureza uma contradição por ter relações intrínsecas com as outras, principalmente as que discute como as fundamentais: Valor de uso e valor de troca; Valor social do trabalho e suas contradições pelo dinheiro; Propriedade privada e Estado capitalista; Apropriação privada e riqueza comum; Capital como processo ou como coisa?; A unidade contraditória entre produção e realização.

No entanto, o que queremos abordar é a classificação que o autor faz desta, como perigosa. É importante observar a distinção que Harvey (2016) usa para qualificar o que está discutindo: se a relação do capital com a natureza é perigosa, isso ocorre por existir uma situação que ameaça à existência de alguém ou alguma coisa. A Baía de Sepetiba possui questões ambientais que caracterizam uma relação perigosa entre o capital e a natureza. Podemos afirmar isso, com base em tudo que vem ocorrendo. O porto de Itaguaí foi pioneiro na Baía de Sepetiba, especificamente na Ilha da Madeira. Já em 1973, havia estudos para construção do porto que teria a finalidade de atender ao Distrito Industrial de Santa Cruz. Com a fusão do estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro em 1975, a área escolhida foi a Ilha da Madeira - Itaguaí, sendo inaugurado em 1982, com a Companhia Docas do Rio de Janeiro como responsável. Silva (2018) mostra a importância estratégica do local escolhido para atender ao Distrito Industrial de Santa Cruz em pleno período militar (década de 1960), onde se justificava as áreas como polos de desenvolvimento.

A INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAÍA DE SEPETIBA: A DEGRADAÇÃO DO MAR E DA VIDA DO PESCADOR ARTESANAL

O Distrito Industrial de Santa Cruz pela proximidade com Itaguaí se tornou mais atrativo para empresas que desejavam exportar e necessitavam das importações. Esse quadro não mudou até os dias atuais. É possível observar empresas que se instalaram recentemente no polo de Santa Cruz, como a TKCSA, a Gerdau com a COSIGUA – Companhia Siderúrgica da Guanabara. O maior problema é que já havia pessoas residindo nessas áreas. Em Santa Cruz havia conjuntos habitacionais onde empresas se instalaram com grande potencial poluidor. Silva (2018) mostra a tendência da presença da população mais pobre com indústrias de grande potencial poluidor, como na própria Ilha da Madeira com a falida Companhia Ingá Mercantil (Figura 1).

Figura 1 - Instalação da Companhia Ingá Mercantil na Ilha da Madeira, Itaguaí (RJ).



Fonte: Revista O Cruzeiro (1962).

Jailson Barboza Coelho que é Secretário de Agricultura e Pesca de Itaguaí, filho de pescador e residiu na Ilha da Madeira relata que:

"A restrição da área de pesca prejudicou o pescador artesanal. Agora é preciso trabalhar com a verdade. Não tem escassez de peixe na Baía de Sepetiba. Já teve, na época da Ingá, mas o peixe voltou. A Ingá causou muito dano ao ambiente, contaminou muito a Baía de Sepetiba. Os metais pesados no fundo só são removidos quando ocorre dragagem para fundeio, mas não afeta a Baía toda. A pesca era prospera. Alguns pescadores conseguiram casas na Ilha da Madeira. A Ingá fechou na década de 80, na ditadura militar, com pressão dos ambientalistas. A Ingá se instalou nos anos 60. As primeiras dragas drenaram o mangue, abriu uma estrada que ligou a ilha ao continente. Na década de 70 começou a produzir zinco e chumbo, que afetou os moluscos. A Ingá produzia e vazava para o mar. Os moluscos tiveram alteração. Ficaram com uma cor parecida com tijolo. Eu fui vítima

de molusco contaminado com sobras de ácidos. Fui parar no hospital com minha garganta ardendo depois de comer molusco. A Ingá expulsou pescadores de onde ela se instalou. Seu Domício Costa tocava a Ingá. O zinco e o chumbo vinham de Vazantes (MG), e a empresa chegou a ser a maior da América Latina. O cheiro de aço atingia todo mundo, até na praia”.

A Ilha da Madeira vem sendo degradada desde a década de 1960 com a instalação da Companhia Ingá Mercantil, que faliu na década de 1980, deixando toneladas de rejeitos que vazaram sucessivamente para as águas da Baía de Sepetiba (Figura 2).

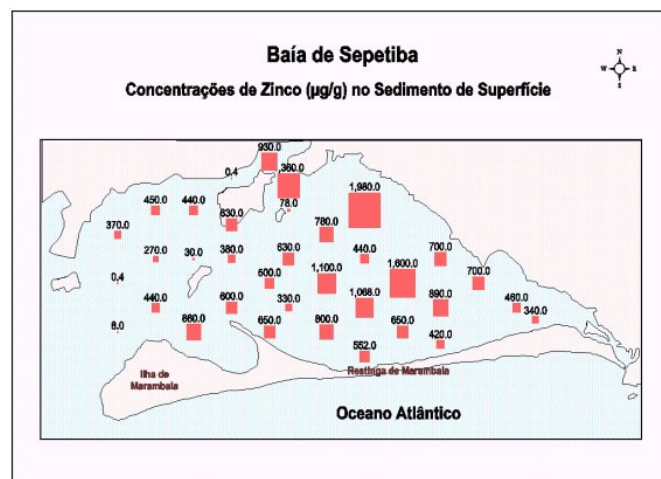
Figura 2 - Passivo ambiental (metais pesados e dique) da Cia. Ingá Mercantil, Itaguaí (RJ).



Fonte: PACS (2015).

Os constantes vazamentos do dique comprometeram a qualidade da água da Baía de Sepetiba, tendo em vista um trabalho realizado pela extinta FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, de 1995 a 1998, que monitorou em 32 pontos os sedimentos de superfície do fundo da Baía de Sepetiba (Figuras 3 e 4), que mostraram grande concentração de zinco e cádmio, os principais tipos de metais pesados deixados pela falia Cia. Ingá Mercantil.

Figura 3 - Concentrações de zinco na Baía de Sepetiba em 32 pontos de monitoramento.



Fonte: FEEMA (1998).

Sobre A falida Cia. Ingá Mercantil que foi a responsável pelos vazamentos na Baía de Sepetiba, os pescadores artesanais como B consideram que:

“foi a que mais afetou a Baía de Sepetiba. Não tinha isso aqui. Ela veio com promessa de trabalho. Tudo para mim é culpa da Ingá. Destruiu manguezal, abriu estrada. Antes só se chegava à Ilha da Madeira de barco. Ela aterrou”.

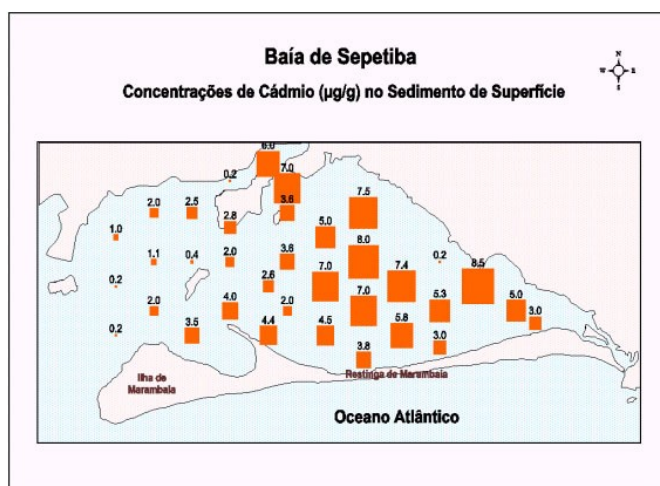
Os pescadores artesanais mais antigos são testemunhas da transformação ocorrida na Ilha da Madeira. Mesmo depois de falida, o passivo ambiental consequência do processo de produção do capital, é uma forma invisibilizada de precarizar o trabalho do pescador artesanal. Diante desse contexto, indagamos como o poder

público atuava diante dos vazamentos e contaminação da água, tendo em vista que a ocupação da ilha pelos pescadores é mais antiga que as empresas? O senhor B nos relata que:

“A Ingá era a galinha dos ovos de ouro da prefeitura. Os vazamentos traziam dinheiro, então não se incomodavam com o pescador artesanal. Se esquecem que o pescador reforma o barco, compra tinta nas lojas, madeira, rede e isso traz dinheiro para a prefeitura também”.

A prefeitura de Itaguaí era indenizada pelos vazamentos e contribuía para atrapalhar a pesca artesanal que, como relata B, também arrecada para o município e gera trabalho. Os rejeitos no terreno da Cia. Ingá Mercantil, segundo o pescador artesanal “a Usiminas enterrou os metais pesados no pátio da empresa, um crime”. A figura 9 nos mostra maiores concentrações de cádmio próximas ao litoral e interior, seguindo o fluxo da corrente marinha da Baía de Sepetiba, que circula no sentido horário. Conforme os pontos de coleta de sedimentos se aproximam da ligação com o oceano é possível perceber a redução de resíduos.

Figura 4 - Concentrações de cádmio na Baía de Sepetiba em 32 pontos de monitoramento.



Fonte: FEEMA (1998)

Além disso, o litoral da Baía de Sepetiba passou a atender ao complexo industrial-logístico, que segundo Pellegatti (2000) chegou a 400 instalações no ano de 2000, fato que provocou intenso aumento de poluição, principalmente em rios por despejos de resíduos químicos. As indústrias siderúrgicas são as que mais poluem. A TKCSA, por exemplo, para instalar sua siderúrgica destruiu uma grande área de mangue em Santa Cruz, conforme a Figura 5.

Figura 5 - Desmatamento de Mangue para construção da siderúrgica, Santa Cruz, Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: MPF, 2005.

Antes mesmo da siderúrgica iniciar suas atividades, já trouxe problemas aos pescadores artesanais com o desmatamento do manguezal, onde foi construída (Foto 3). O desmatamento prejudica a reprodução de

diversas espécies que utilizam o mangue para a reprodução, e consequentemente o trabalho do pescador artesanal que depende desse recurso. A siderúrgica foi construída totalmente em Área de Proteção Ambiental da Orla da Baía de Sepetiba, às margens do canal do rio São Francisco, que deságua na Baía de Sepetiba (Figura 6).

Figura 6 - Área desmatada para construção da siderúrgica e porto, Santa Cruz, Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: MPF, 2006.

Muitos pescadores artesanais se voltaram contra a empresa, pois o sentimento ao ver o manguezal ser destruído é ver a sua própria vida degradada, pois depende do ecossistema para o recurso do seu trabalho, o pescado. Diversos conflitos foram desencadeados entre a siderúrgica e pescadores artesanais. Segundo Resende (2019), o pescador Luís Carlos da APESCARI – Associação dos Pescadores Canto dos Rios, em Santa Cruz, chegou a ser ameaçado de morte e procurou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. O pescador relata a Resende (2019) que sofreu ameaças quando iniciou uma série de manifestações no mar e na porta da empresa, conseguindo entrar para o programa de proteção à testemunha, tendo que sair do Brasil por mais de um ano, longe de sua família. Em entrevista concedida a jornalista do site Terra de Direitos e do Jornal Brasil de Fato, o pescador Luís Carlos afirmou o seguinte:

“A vida parece uma pista de corrida cheia de desejos e obstáculos. Basta ultrapassá-los. Nunca fui muito de escrever, mas agora tenho sentido vontade. É importante registrar a luta contra os desmandos dessa empresa”.

A frase de Luís Carlos é simbólica no sentido que a luta contra a empresa, representa as falsas promessas de empregos e até mesmo pela situação de precarização que a pesca vem passando. Resende (2019) afirma que houve denúncias de envolvimento de milicianos, que faziam a segurança da empresa, e foram o estopim para que Luís Carlos deixasse o lugar, após a intimidação com uma arma, em 2009. O mesmo relatou o fato da seguinte forma:

“Senti como um aviso de morte e tive que sair de casa de vez. Depois que fui embora, eles foram até a minha casa três vezes, perguntaram por mim no entorno. Chegaram a entrar e queimar roupas no quintal. O preço de enfrentar a destruição que essa empresa trouxe tem sido muito alto. Com certeza esse é o maior obstáculo que eu já enfrentei na vida”

Essas denúncias foram discutidas em audiência pública na ALERJ, no mesmo ano, que garantiram segurança federal para o pescador. Os atos da empresa foram levados ao Parlamento Europeu e até mesmo, em reunião de acionistas na sede da empresa na Alemanha. A problemática debatida não era somente a ambiental e a cultural, mas também a política. Essas problemáticas decorrem em conflitos, que quase sempre são decorrentes de disputas por territórios. Em 2007, a empresa começou a construir o seu porto privado, com 3,8 Km de extensão para escoar sua produção de aço, o primeiro dessa modalidade na Baía de Sepetiba (Figura 7). Diversos conflitos foram criados com os pescadores artesanais, o primeiro foi a exclusão da área de pesca, inclusive na modalidade cercadeiros. Os conflitos não foram somente entre a empresa e os pescadores, mas também entre os próprios pescadores, pois havia grupos que apoiavam, e outros que discordavam da empresa (VINHAS, 2011).

Figura 7 - Porto da TKCSA na Baía de Sepetiba. (RJ).



Fonte: Ministério Público do Trabalho, 2007.

Os pescadores artesanais contrários à empresa reivindicavam o território, pois com a área desmatada e a exclusão da pesca, suas atividades ficaram precarizadas. Assim, o trabalho dos pescadores artesanais tem um prejuízo enorme, no que tange ao saber das comunidades tradicionais, fica desestabilizado. Essa destruição para Latouche (1994) relata é o arrasamento dos saberes, do lugar e do próprio cotidiano propiciador de subjetividades, onde a relação homem/ natureza possui particularidades expressas no cotidiano. A entrevista do pescador artesanal Luís Carlos ao site Terra de Direitos apresenta com objetividade a transformação ocorrida:

"Quando era pequeno, o médico me recomendou passar a lama medicinal do mangue e das praias nas pernas. Ficava de lama até a cintura. Era ótimo, muito bom para circulação. Agora está tudo contaminado de metal pesado, tudo sujo, os peixes estão mais uma vez morrendo, compara".

O primeiro impasse com a empresa na construção do terminal portuário foi sobre a escavação no fundo da Baía de Sepetiba para colocação dos pilares, que remobilizaram metais pesados acomodados nos sedimentos. Estes se encontravam contaminados pelos vazamentos sucessivos vazamentos do dique construído em volta dos rejeitos de metais pesados. A remobilização dos metais pesados mexe com o trabalho dos pescadores artesanais, pois dependem dos recursos que ficaram poluídos contaminados, como o mangue. A TKCSA sempre alegou em audiências públicas ou em processos judiciais, que a Baía de Sepetiba já estava poluída por metais pesados pela falida Companhia Ingá Mercantil instalada na Ilha da Madeira, em Itaguaí na década de 1960. Para a empresa a poluição no fundo da Baía de Sepetiba não era sua, por isso entendia que não tinha responsabilidade alguma.

Se aproveitar do sujo para se apropriar tem sido uma justificativa da industrialização/ modernização. Serres (2011) ao discutir essa temática, expõe um olhar distinto no que tange a relação de disputa pelo território. O autor em sua obra "O mal limpo - poluir para se apropriar?", argumenta sobre a dimensão biológica da humanidade ao poluir está se apropriando, assim como os demais animais, que demarcam o seu território dessa forma. Nesse sentido, o autor pontua estratégias do capital para se territorializar, onde o sujo se torna o seu território, e o mal é considerado o limpo, devido ao acesso a todos de forma democrática.

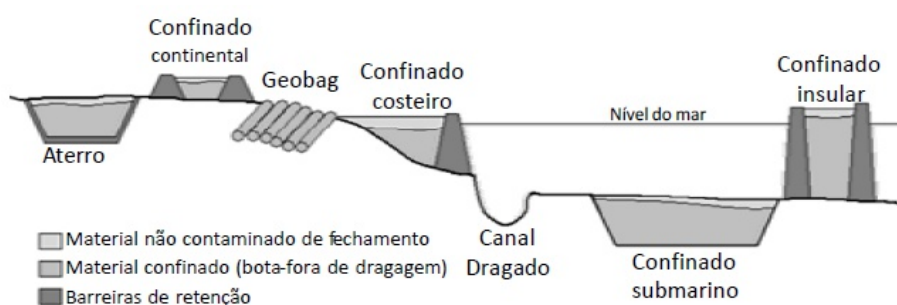
Serres (2011) argumenta que quando a fábrica despeja seus efluentes no rio vizinho e ninguém vê, ela está se apropriando desse lugar. E quem deixaria de beber esta água? É o questionamento do autor, que com coerência afirma que estes lugares são mais bem protegidos que "muros, fechaduras e cadeados" (SERRES, 2011, p. 60). O autor pensa dessa forma considerando que o acesso à informação é limitado e não é diferente no caso que estamos expondo. Quem desconfiaria da qualidade da água ou do pescado na Baía de Sepetiba?

Os metais pesados nos sedimentos acomodados no fundo de toda a Baía de Sepetiba estavam em repouso durante quase duas décadas sem notoriedade. Na lógica de Serres (2011) aquilo que não é visto, não é lembrado, principalmente se estiver em área de proteção ambiental, onde a sujeira fica escondida e protegida. Assim, a Companhia Ingá Mercantil deixou marcas na Baía de Sepetiba, de forma que a TKCSA dela se apropriou e ao construir o terminal excluiu a presença dos pescadores artesanais. No caso da Cia. Mercantil Ingá onde os

rejeitos ficaram acumulados após a falência, o terreno da empresa foi adquirido pela Usiminas que os aterrou, onde havia o dique com água contaminada. Para Verhelst (1992), tais projetos, como os terminais portuários, podem ser considerados como modernos cavalos de troia, por terem efeitos devastadores onde a natureza passa a ter diversas ameaças. A metáfora do autor revela o real que é a consequência da problemática da produção do capital com a natureza que em primeiro momento é ocultada pela aparência do progresso, que leva a pseudoconcreticidade, pois cria imediatas representações enganosas.

A construção dos terminais portuários finalizados não significa que os metais pesados deixaram de ser remobilizados. O desassoreamento do canal de acesso de navios é constante e os sedimentos retirados dessas dragagens são despejados no CDF (Confined Disposal Facility), que Braga (2020) explica serem aterros construídos para os sedimentos retirados de Baías, e geralmente ficam nas margens das mesmas. As empresas na Baía de Sepetiba chamam os aterros aquáticos também de CDF, apesar de possuir nomenclatura própria para área aquática (CDA – Confined Aquatic Disposal). O autor esclarece que o procedimento é o mesmo do CDF onde ocorre o recobrimento dos sedimentos contaminados na cava subaquática, com o material sendo confinado no interior. Apresentamos abaixo um esquema com diferentes tipos de confinados para melhor compreensão (Figura 8).

Figura 8 - Tipos de Confinados de Disposição de material dragado (CDF).



Fonte: Barros, 2010 (Adaptado de Driscoll et al. 2002).

No local dragado é proibido pescar, pois o material retirado pelos navios de dragagem é nocivo por estar contaminado com metais pesados (Figura 9).

Figura 9 - Navio de dragagem de sedimentos na Baía de Sepetiba.



Fonte: Antonio Vinhas (2010).

O pescador artesanal não pode trabalhar, quando o canal de passagem de navios está sendo dragado, assim como é proibido pescar nas áreas de CDFs da Baía de Sepetiba. Algumas vezes, os sedimentos são despejados na área de “bota fora” marítimos (já no oceano). Segundo os pescadores artesanais da Ilha da Madeira, as empresas lotearam a área do canal entre áreas menores, pois assim não precisam pagar compensações a eles. Jailson Barboza Coelho relatou que conviver onde tem potencial portuário e ao mesmo

tempo a pesca artesanal “dói na alma, eu nasci em uma canoa em 1951. Sou filho de pescador da Ilha da Madeira”.

O interesse na questão ambiental da Baía de Sepetiba e que Harvey (2016) sinaliza de maneira geral, é a forma como tem se tornado um grande negócio, naturalizando a ação do capital. O autor exemplifica a remediação dos problemas que o capital gera na natureza como o remédio Prozac, que ao ser inventado, não havia utilidade para ele, assim como carbono na atmosfera. Quem cria o veneno, cria o antídoto, cada droga possui um uso para ser submetida a troca. Da mesma forma, os rejeitos de metais pesados foram produzidos pela ação do capital e para resolução do problema, o CDF é a “solução”. Isso provoca uma especulação com empresas estrangeiras que dominam a tecnologia concorrendo para destinar esses rejeitos. O Rima da CSN (2014) para a ampliação do terminal de cargas apresenta a Europa e Estados Unidos como os detentores experientes desse procedimento. Um corpo hídrico como a Baía de Sepetiba, que tem tantos empreendimentos portuários, indica a ampliação das áreas de CDFs, e consequentemente, a especulação de empresas para concorrer à licitação do projeto de destino final dos rejeitos.

Não sabemos os efeitos que isso pode causar. Assim como o Prozac é uma droga criada e necessitou de outras drogas para controlar seus efeitos, a cava para os rejeitos de metais pesados também pode trazer riscos e necessitar de outros paliativos para conter os efeitos colaterais. Caso isso ocorra, o capital está sempre disposto a oferecer novos medicamentos. Para Acsehrad e Leroy (1999), isso faz parte das categorias “mercado e economia”, pois é a solução para satisfazer a hegemonia do mercado, que necessita do crescimento econômico constantemente. O autor trata como essas soluções como modernização ecológica e acreditam na resolução de problemas ambientais, conciliados com o crescimento econômico através da tecnologia, porém esse consenso é visto como uma crença.

Para o capital se realizar tem sempre que se apropriar da natureza de maneira predatória. Isso vai além da discussão de Harvey (2016). A depredação que acontece na Baía de Sepetiba, em virtude da Cia. Mercantil Ingá vem sendo denunciada há décadas tanto em artigos científicos como até mesmo em forma de arte. Em 1987, o secretário Jailson Barboza Coelho escreveu o samba “O caranguejo envenenado” para o carnaval desse mesmo ano:

Estava no espaço infinito
 Ouvi um grito a via láctea viajei
 Segui em direção ao sol
 Embalado no meu sonho
 Para a terra mergulhei
 O mundo azul solto no ar
 Abriga a vida e o homem mora lá
 E os erros dos homens esta avenida arrastão vem nos mostrar
 Terra minha, terra sua
 Poluição em nossa terra se acentua
 Terra minha, terra sua
 Poluição em nossa terra se acentua
 E o mar?
 O que acontece no mar não é bom nem pensar em tanta predação
 E na zona do Pantanal jacaré passa mal
 Aos olhos da covarde ambição
 Angra I, Angra II, Angra III
 Nuclep encravado em brisa mar
 Chernobyl brasileiro

Expondo todos ao perigo nuclear
Ingá com zinco matou a flora
O caranguejo envenenado foi embora
Ingá com zinco matou a flora
O caranguejo envenenado foi embora
E sonhar
Eu quero sonhar com este lugar
livre desse progresso hostil
E durante este sonho
Eu vou mandá-lo para fora do Brasil
E durante este sonho
Eu vou mandá-lo para fora do Brasil

Jailson Barboza Coelho que é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e trabalha em pesquisa com tilápias já alertava o perigo da Ingá para a natureza. O autor inclusive cita a empresa junto a outros empreendimentos, que ou degradou a natureza como Chernobyl, ou tem potencial para degradar como as usinas de Angra. Mesmo não sendo a intenção do autor em falar da realização do capital é pertinente em nosso trabalho, pois de qualquer forma se realiza. Por ser filho de pescador ele sabe o que representava a Ingá, e o que os metais pesados representam ainda hoje, por isso é pertinente estar na letra da música em meio a outros empreendimentos potencialmente destruidores.

Pela Baía de Sepetiba apresentar esse histórico poluente com a Ingá, autores sempre sinalizaram que algo potencialmente grave poderia acontecer. Em 2003, o Jornal do Brasil publicou uma reportagem como “Ingá já é uma catástrofe” (MACALLOZ, 2003). Da mesma forma, Tolentino e Soares (2004) consideraram a Ingá em seu capítulo do livro organizado por Acselrad “Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro” como a bomba de Itaguaí. Para Júnior (2018), os problemas estão em maiores proporções, pois atinge toda a Baía de Sepetiba, e a considera como uma “zona de sacrifício”, por receber rejeitos químicos, esgotamento sanitário, além da problemática histórica de rejeitos de metais pesados da Cia Ingá Mercantil. Silva (2018) tem a sensibilidade em apontar que pescadores e agricultores já habitavam a área da Ilha da Madeira, mesmo antes da construção do Porto de Itaguaí e da Cia. Ingá Mercantil. Dessa forma, são submetidos a realização do capital ocorrido no lugar, tendo seu cotidiano transformado por essa lógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica do capital internacional traz consigo a contradição do crescimento exponencial infinito. Assim, é preciso pensar no aumento dos fluxos de mercadorias através dos terminais portuários com o intenso fluxo de navios, com áreas destinadas até para aguardar a atracação, os fundeios. Esse fato está na lógica do mercado global, que Santos (2002) afirma ser possível pela união da técnica e da ciência. Para o autor, não só a ciência e a tecnologia, mas também o mercado global são instâncias que estão imbricadas e oferecem outra interpretação à questão ambiental. Santos (2002, p. 238) afirma ser a ciência junto com a tecnologia e a informação a base da produção, e simultaneamente utilizam e determinam a funcionalidade do espaço, denominando esse período de “meio técnico-científico-informacional”, afirmando ser a “cara geográfica da globalização”.

Tal afirmação ocorre pela necessidade de se pensar na questão ambiental, pois a natureza deixa de ser significativa, pois os atores hegemônicos da cultura, política e principalmente da economia, passam a ter os seus interesses atendidos produzindo o espaço conforme suas intenções. Santos (2002) entende a lógica global como uma imposição a cada território como um todo, pois o lugar onde se sobrevive tende a ser integrado, mesmo de forma pontual, em que está inclusa a questão ambiental a que tanto nos referimos como as condições da natureza da Baía de Sepetiba, associada com o trabalho dos pescadores artesanais.

Harvey (2016) alerta para a necessidade de entender a tecnologia na apropriação dos processos naturais

que facilitam a produção (continuamos nossa compreensão de circulação de mercadorias como etapa da produção). Não se pode negar que o destino dos rejeitos contaminados por metais pesados da falida Cia. Ingá Mercantil nas cavas dos CDFs é uma medida tomada com tecnologia, porém a Baía de Sepetiba deixa de evoluir de forma espontânea, estando condicionada às ações do capital que a remodela e a reconfigura.

Não podemos esquecer que a essência do pescador artesanal como de todo homem é o trabalho que não é dada pela natureza, porém pela sua consciência. O pescador artesanal é consciente de seu trabalho e na sua subjetividade sabe que a natureza determina possibilidades para desenvolver sua atividade. Logo, a poluição do ambiente onde realiza suas práticas de vida precariza e inviabiliza diretamente o seu trabalho. Mészáros (2006) considera a poluição um exemplo da “alienação da natureza” intensificada, ou seja, é fruto de uma tecnologia produtiva quando se tem metas de produção.

Isso ocorre quando a produção tem que atender as demandas do consumo. Para o autor quando se atende ao que o mercado exige, despreza as implicações e repercussões humanas que são deixadas em último plano. Além dos exemplos dados anteriormente que vão ao encontro das afirmações de Mészáros (2006), podemos destacar a poeira do minério na esteira para abastecer os navios que há algum tempo pescadores vem denunciando em redes sociais que se forma e cai no mar. Nas Figuras 10 e 11 podemos observar o Porto Sudeste com a nuvem de poeira abastecendo um navio que fica completamente encoberto e quase não é percebido.

Figura 10 - Poeira de minério no Porto Sudeste, Ilha da Madeira (RJ).



Fonte: Carlos Ribeiro, 2020.

Figura 11 - Poeira de minério no Porto Sudeste, Ilha da Madeira (RJ).



Fonte: Carlos Ribeiro, 2020.

Essas imagens são exemplos do que vem ocorrendo na Baía de Sepetiba, principalmente na Ilha da Madeira e na Ilha de Guaíba onde o minério cai no mar. Jogar poeira na atmosfera é uma prática já antiga no

litoral da Baía de Sepetiba: a fuligem da siderúrgica TKCSA entre os anos de 2011 a 2015 causou diversos danos à saúde da população em Santa Cruz. Nesse período os movimentos sociais estiveram presentes na luta pela vida, pois diversas pessoas tiveram a saúde comprometida pela fuligem expelida. A comprovação de danos causados a saúde das pessoas levou a empresa a processar os pesquisadores: Alexandre Pessoa (engenheiro sanitário - Fiocruz), Hermano Castro (pneumologista - Fiocruz) e Mônica Lima (bióloga – UERJ).

Em 2011 a bióloga Mônica Lima concedeu entrevista ao mandato do vereador Eliomar Coelho que explicou os motivos do processo:

“Por que venho dizendo a verdade e desejo proteger os atingidos, já que meu compromisso é com a sociedade e não com empresas e governos. A empresa age com má fé para me intimidar e ameaçar, pois venho associando a poluição atmosférica da TKCSA, ou seja, o particulado e os gases tóxicos com doenças agudas, ou seja, as doenças imediatas, como os casos de alergias dermatológicas, respiratórias e oftalmológicas (asma, bronquite, rinite, conjuntivite, coceiras na pele com e sem sangramentos) e as doenças crônicas futuras, como câncer, casos de aborto espontâneo e doenças neurológicas. Mas algumas doenças crônicas já estão ocorrendo, como é o caso de um menino que apresentou síndrome nefrótica, que é uma grave disfunção renal provocada pelas altas concentrações no sangue da toxina da bactéria que se replica durante a infecção de pele ocasionada pelo pó-brilhoso da CSA. E ainda dizem que é só grafite e é inofensivo. Mais especificamente, estão me processando devido a uma entrevista no portal da Porto gente e duas falas que fiz na Alerj durante as audiências da comissão de investigação. Dizem que estou alarmando a população sem ser médica. Porém, sou profissional de saúde e estou me baseando em estudos nacionais e internacionais que tratam de doenças provenientes do vazamento de siderúrgicas”.

Os pesquisadores concordam quanto às consequências da degradação ambiental provocada. Segundo Monica Lima:

“Além dos impactos nocivos à saúde, com o aparecimento e agravamento de doenças, os impactos socioambientais, sanitários e ao ecossistema mais prováveis que já estão ocorrendo são a poluição hídrica e atmosférica, a destruição de 10 mil hectares de manguezal com animais em extinção como o peixe-boi, deslocamento compulsório de 14 mil pessoas, exacerbação da violência urbana com aparecimento inclusive de prostituição, e saturação de serviços que já são precários na região, como os da área da saúde. O fechamento do Hospital Pedro II é um dos piores agravantes neste momento de caos que atribuo ao governo do estado”.

Alexandre Pessoa em entrevista ao Fórum Popular de Saúde do Paraná afirmou que:

“pescadores perderam emprego e renda em decorrência das atividades interrompidas por consequência da fábrica”. Exames de saúde realizados pela **Fiocruz** indicam que a poluição gerada pelo empreendimento pode ser um dos responsáveis por problemas de saúde da população local. “É bom ressaltar que as comunidades de baixa renda locais se localizam muito proximamente à fábrica, diferente de outros empreendimentos de potencial poluidores, que tem um cordão verde de plantação o qual faz, de certa forma, uma barreira para eventuais emissões”.

A empresa processou os pesquisadores por danos morais a imagem e desistiu em 2012 após a OAB se solidarizar e considerar a postura inadequada. Os pesquisadores apontaram falhas no EIA/ RIMA da empresa, audiência pública e violações dos Direitos Humanos de moradores e pescadores artesanais. É relevante esse episódio, pois constata que os conhecimentos científicos são desprezados em nome da lógica da acumulação.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas de sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil sustentável e democrático. FASE, 1999.

BRAGA, Paulo Antonio Bastos. **Monitoramento Ambiental de Cavas Aquáticas – Dragagem**. Rio de Janeiro: CREA, 2016. Disponível em: <<http://www.creadigital.com.br/portal?txt=327732303730>> Acesso em: 15 mar. 2020.

COELHO, Eliomar. **Entrevista**: bióloga Mônica Lima alerta que a TKCSA sempre poluirá. Disponível em: <<http://www.eliomar.com.br/entrevista-biologa-monica-lima-alerta-que-a-csa-sempre-poluira/>> Acesso em: 20 mai.

2020.

COELHO, Jailson Barboza. **O caranguejo envenenado**. Itaguaí, 1987.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental**. Terminal de Granéis Sólidos. Itaguaí: CSN, 2014. p. 131.

FORUM POPULAR DE SAUDE DO PARANÁ. TKCSA: mais uma obra do PAC desrespeita as leis ambientais. **Entrevista especial com Alexandre Pessoa**. Disponível em: < <https://fopspr.wordpress.com/2011/02/24/tkcsa-entrevista-com-alexandre-pessoa/> > Acesso em: 15 mai. 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p. 232

JUNIOR, Riyuso Ikeda. **Zona de sacrifício ambiental: O caso da Baía de Sepetiba – RJ**. Revista Política e Planejamento Regional. RPPR – Rio de Janeiro – vol. 5, nº 3, setembro a dezembro de 2018, p. 359-380.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 84-86.

MACCALOZ, Salete. Ingá já é uma catástrofe. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil: 06. Nov. 2003.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006. p. 80.

PELLEGATTI, Fabio; FIGUEIREDO, Ana Maria G. **Determinação de metais pesados e outros elementos em sedimentos da Baía de Sepetiba (RJ) por ativação neutrônica**. São Paulo, Tese de Doutorado em Química Nuclear. 2000. Universidade de São Paulo.

RESENDE, Gilka. **Defensores de Direitos Humanos: Uma história (real) de pescador**. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/defensores-de-direitos-humanos-uma-historia-real-de-pescador/2554>> Acesso em: 19 nov. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 238.

SERRES, Michel. **O mal limpo: Poluir para se apropriar?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 60

SILVA, C. A. **Expansão urbano-industrial e logística na Baía de Sepetiba e conflitos territoriais com a pesca artesanal**: história recente da produção social da periferia metropolitana. In: Baía de Sepetiba: Riscos à natureza e aos coletivos humanos na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

TOLENTINO, J. SOARES, J.L. **Companhia Mercantil e Industrial Ingá**: “A bomba de Itaguaí”. In: ACSELRAD, Henri. Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VERHELTS, Thierry G. **O direito a diferença, identidades culturais e desenvolvimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992. p. 26.

VINHAS, A. L. F. **Pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro (RJ): os diferentes conflitos pela identidade**. Rio de Janeiro, 2011. 177p. Dissertação de Mestrado em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O ESTADO MUNDIAL DA PESCA E AQUICULTURA EM 2020

THE STATE OF WORLD FISHERIES AND AQUACULTURE IN 2020

EL ESTADO MUNDIAL DE LA PESCA Y LA ACUICULTURA EN 2020

BONFA NETO, Dorival

Resenha de: FAO. **The state of world fisheries and aquaculture**. Sustainability in action. Roma, 2020.

O relatório *The State of World Fisheries and Aquaculture* (conhecido como *SOFIA*) é lançado a cada biênio trazendo dados e estatísticas recentes sobre a produção pesqueira e aquícola no mundo. A publicação é de responsabilidade da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*)¹ que coleta os dados de diversos países e instituições e organiza relatórios, obtendo um panorama geral e atual da pesca e da aquicultura no mundo. A edição de 2020 do *SOFIA* é focada principalmente na sustentabilidade, com o subtítulo "Sustentabilidade em ação", demonstrando a necessidade da pesca e aquicultura serem mais sustentáveis, o que contribuirá para um mundo mais próspero, pacífico e menos desigual (FAO, 2020). O documento está dividido em três partes: a primeira, "Revisão mundial", traz dados e estatísticas coletados até o ano de 2019 referentes à produtividade, comércio, trabalho e alimentação do setor pesqueiro e aquícola; a segunda e a terceira partes, "Sustentabilidade em ação" e "Perspectivas e questões emergentes", tratam-se dos assuntos relacionados às mudanças climáticas, questões trabalhistas, questões de gênero, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, segurança alimentar, programas de apoios aos locais com situações de vulnerabilidade e perspectivas, necessidades e previsões futuras para os setores pesqueiro e aquícola.

O *SOFIA* 2020 se baseou em informações anteriores a pandemia da COVID-19, porém o relatório já aponta que a pesca e a aquicultura estarão entre as atividades mais afetadas pela pandemia devido a fatores como a crise nos sistemas de transportes para a exportação e importação de pescados e a incapacidade dos pescadores de pequena escala em vender as suas produções, além da queda dos preços e da renda.

A qualidade de dados e as estatísticas de captura realizadas pela FAO depende da precisão, competência e oportunidades de acesso as informações e as autoridades nacionais e ONG's para obtenção dos dados. Quando frequentemente há um erro ou déficit, a FAO trabalha para corrigi-los e completá-los em colaboração com os países e com as instituições responsáveis pela gestão, manejo, políticas e ordenamento pesqueiro. Normalmente, os dados sobre captura marinha são mais fiéis e com menos erros do que os dados de captura continental. Quando não há respostas ou dados por parte dos países a FAO faz uma estimativa própria, como é o caso do Brasil que não publica dados do setor pesqueiro (em termos dos diferentes segmentos produtivos) desde 2011². A produção global de pescados alcançou em 2018 aproximadamente 179 milhões de toneladas, avaliados em 401 bilhões de dólares. Desse total, 82 milhões de toneladas (250 bilhões de dólares) foram provenientes da aquicultura. Do total capturado, aproximadamente 156 milhões de toneladas (87%) foram voltados diretamente para o consumo humano, que atingiu uma média 20,5kg por pessoa/ano, devendo

1 Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, é uma das agências das Nações Unidas (ONU) que realiza esforços para a erradicação da fome e o combate à pobreza no mundo.

2 Porém o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por meio do seu relatório anual de Produção Pecuária Municipal, tem informado dados referentes à aquicultura desde 2013.

aumentar nas próximas décadas, demonstrando o seu papel crescente na segurança alimentar global, segundo a própria FAO.

Entre todas as modalidades de produção de pescados (pesca marinha, pesca continental, aquicultura marinha e aquicultura continental) a pesca marinha ainda é a que tem maior produção (84,4 milhões de toneladas), seguida da aquicultura continental e marinha (as duas formas de aquicultura produziram 82,1 milhões de toneladas de pescados) e por último a pesca continental (12 milhões de toneladas). Após anos de estagnação, a FAO constatou um acréscimo de 5,4% na captura de espécies marinhas, totalizando 96,4 milhões de toneladas em 2018, sendo que boa parte disso é atribuído ao aumento da pesca de Anchoveta (*Engraulis ringens*) no Chile e no Peru. A pesca marinha corresponde a 87,5% do total, e a continental (rios, lagos, lagoas, represas, etc.) a 12,5%, mas esta é fundamental para os países africanos (fornece 25% dos peixes) e asiáticos. Os dados também indicam que as espécies marinhas estão em contínuo declínio, necessitando esforços globais para reverter isso.

A China é a líder na produção global de pescados (por aquicultura e pesca), com 35% do total global. Excluindo a China, temos a Ásia (34%), seguida da América (14%), Europa (10%), África (7%) e Oceania (1%). Em relação a pesca, os sete maiores produtores pesqueiros são responsáveis por mais de 50% da produção global, tratam-se da China (15%), Indonésia (8%), Peru (8%), Índia (4%), Rússia (6%), EUA (6%) e Vietnã (4%). O Brasil ocupa a 13ª posição na produção de peixes em cativeiro e a 8ª posição na produção de peixes de água doce. As espécies mais capturadas pela pesca marinha no mundo foram a Anchoveta Peruana (*Engraulis ringens*), com quase 8 milhões de toneladas/ano, seguida do Alaska Pollock (*Theragra chalcogramma*), com 3,4 milhões de toneladas/ano e do bonito (*Katsuwonus pelamis*) com 3,2 milhões de toneladas/ano.

A aquicultura vem tendo um papel crescente como fonte de alimentação e sua produção tem aumentado em média 7,5% ao ano desde 1970, sendo composta principalmente por pescados de águas interiores (continentais). A atividade apresenta crescimento exponencial em todos os continentes, principalmente após 1990. Em 2018, pelo menos 39 países tiveram a produção da aquicultura superior a da pesca. Em termos de região, a Ásia conta com a maior produção aquícola (89% do total), seguida da América do Sul. A China é o maior produtor global, seguida da Índia, Indonésia, Vietnã, Bangladesh, Egito, Noruega, Chile, Mianmar, Tailândia, Filipinas, Japão e Brasil. Do total da produção aquícola, 54,4 milhões de toneladas são peixes, 17,7 milhões são moluscos e 9,4 milhões são crustáceos. As principais espécies produzidas pela aquicultura são as Carpas (*Ctenopharyngodon idellus*, *Hypothalmichthys molitrix* e *Oreochromis niloticus*).

O consumo de pescados tem aumentado em uma taxa de 3,1% ao ano desde 1961 até 2017. Esse aumento tem ocorrido por fatores que vão além do aumento da produção, como desenvolvimentos tecnológicos no processamento e no armazenamento, remessas de distribuição mais sofisticadas, aumento de renda que se relaciona com o aumento da demanda por produtos pesqueiros, redução dos desperdícios e do aumento na consciência dos benéficos para a saúde, provenientes do consumo da carne de peixe.

Estima-se que mundialmente o consumo de pescado represente cerca de 17% da ingestão de proteína animal pela população, sendo que 87% da produção total de peixes é direcionada para o consumo humano. Da parte que não é utilizada para o consumo humano, 80% é destinado para fazer farinha e/ou óleo de peixe, e os 20% restantes tratam-se de peixes ornamentais, iscas, ração para animais, produtos farmacêuticos, etc. Globalmente, os peixes fornecem mais de 20% da proteína animal consumida per capita para mais de 3,3 bilhões de pessoas, chegando a mais de 50% em países como Bangladesh, Camboja, Gana, Gâmbia, Indonésia, Serra Leoa, Sri Lanka e outros pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Dessa forma, as pescarias são cruciais para a segurança alimentar global, sobretudo para as comunidades pesqueiras rurais e mais pobres em que a atividade é a principal fonte de subsistência. Entre os principais benefícios do consumo de pescado são ressaltados os seguintes: redução da desnutrição e subnutrição, redução do consumo desregulado de calorias, supressão de deficiências de ferro, iodo, vitamina A e zinco, também auxiliando na saúde mental, na prevenção de doenças cardiovasculares e AVC (Acidente Vascular Cerebral ou Derrame Cerebral).

Aproximadamente 59,51 milhões de pessoas estão engajadas na captura, sendo 38,98 milhões na pesca e 20,53 milhões na aquicultura. A maioria da força de trabalho nas pescarias artesanais se concentra no continente asiático (85%), seguido da África (9%), América (4%), Oceania (1%) e Europa (1%). As mulheres estimam 14% do total da força de trabalho, sendo as responsáveis por 19% na aquicultura e 12% na pesca, sendo que a participação das mulheres é bem maior na pesca artesanal (aproximadamente 50%) do que na industrial. A América trata-se da região com a maior proporção de trabalho feminino nas pescarias, aproximadamente 30%.

O relatório traz a necessidade da redução das desigualdades de gênero em atividades como a pesca e a aquicultura, em que a mulher possui funções fundamentais, mas que muitas vezes são invisibilizadas. Enquanto os homens normalmente são responsáveis por realizar a captura, que é somente uma etapa da pesca, as mulheres realizam diversas etapas pré e pós captura, como arrumar e organizar o material de pesca, preparar o alimento para o companheiro que sai para pescar, limpar os pescados das partes indesejadas, organizar o produto para o preparo e para o comércio, realizar o processamento do pescado, entre outras funções. Nesse sentido, a mulheres que realizam essas funções também devem ter o seu papel reconhecido como pescadoras (FAO, 2020)

Quanto as embarcações, estima-se que no mundo contenha 4,56 milhões de embarcações, em que a Ásia conta com 67,6% desse número (aproximadamente 3,1 milhões), seguida da África (20,3%), América (9,7%), Europa (2,1%) e Oceania (0,3%). De uma maneira geral, a maioria das embarcações são para pesca artesanal e de pequena escala, 82% das embarcações possuem até 12 metros de comprimento e são motorizadas.

Em 2018, 67 milhões de toneladas de peixes (peso vivo equivalente) foram comercializados internacionalmente, quantidade equivalente a 38% de todos os peixes capturados ou cultivados mundialmente. Sobre as formas de comercialização, 44% são vendidos vivos, frescos ou resfriados, 35% congelados, 11% processados e 10% curados e salgados. Nos países do leste e sudeste asiáticos, a comercialização de peixes vivos é uma tradição com mais de 3000 anos, embora esta maneira não é recomendada por questões sanitárias.

De uma maneira geral, em décadas recentes o setor pesqueiro se tornou mais complexo e dinâmico, dirigindo-se para a indústria varejista, para a diversificação de espécies, terceirização do processamento, ligações de fornecimento entre os produtores, etc. Isso causou uma expansão do mercado global, no comércio e no consumo de produtos pesqueiros, além de um significativo desenvolvimento da qualidade e da segurança alimentar provenientes desse mercado de grande e pequena escala. Entre os maiores exportadores globais estão a China, Noruega, Vietnam, Índia e Chile.

Em escala global a pesca praticada de maneira insustentável tem aumentado, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, momento de grande expansão dos barcos de pesca industrial e que inicia o colapso dos estoques pesqueiros no mundo, ficando claro que estes eram recursos finitos, demandando assim a necessidade de se pensar em políticas para a conservação desses recursos. Em 1970 a proporção da pesca insustentável era de 10%, em 2017 esse número chegou a 34,2%. Essa medida ainda é alta e não está melhorando, embora 78,7% dos peixes desembarcados são provenientes de estoques biologicamente sustentáveis. As regiões com as mais altas percentagens de estoques pescados sob formas insustentáveis são o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho (65,2%), seguido do sudeste do Pacífico (América do Sul), com 54,5%, e do sudoeste Atlântico (Brasil, Uruguai e Argentina) com 53,3%. As outras regiões do Pacífico, centro-leste, nordeste e sudoeste tiveram as menores proporções de estoques pescados de formas insustentáveis (entre 13% e 22%).

Outro problema discutido trata-se das mudanças climáticas globais que irão afetar, sobretudo, a captura marinha nas regiões tropicais do planeta Terra, onde se localizam as regiões mais pobres e subdesenvolvidas, como o Sudeste Asiático, a África e a América Latina. É ressaltado a presença de assuntos relacionados a sustentabilidade na pesca e aquicultura nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 14 que se trata da "Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o

desenvolvimento sustentável”, trazendo alguns pontos que citam a pesca como um todo, mas com atenção especial à pesca artesanal que garante a subsistência e a segurança alimentar para muitas comunidades. O relatório também apresenta o “Ano Internacional da Pesca Artesanal e da Aquicultura”, que será em 2022, tendo o objetivo de chamar a atenção para o papel que os pescadores, pescadoras, piscicultores e outros trabalhadores da pesca possuem para a segurança alimentar, erradicação da pobreza e uso sustentável dos recursos naturais, além de incentivar os pequenos produtores a se associarem e a participarem dos processos políticos de tomada de decisão.

De maneira geral, o documento demonstra o crescente papel da pesca e da aquicultura em prover segurança alimentar e trabalho, sobretudo para as regiões mais pobres, e coloca que o desenvolvimento sustentável da aquicultura e um gerenciamento eficaz da pesca são fundamentais para manter essas tendências. Entretanto, os esforços de alguns países e regiões para reverter a redução dos estoques pesqueiros ainda é insuficiente, havendo necessidade de replicar e adaptar localmente as políticas relacionadas ao setor pesqueiro que obtém sucesso. Como solução para a sobrepesca e visando uma redução das pescarias insustentáveis, a FAO propõe a implementação de sistemas e modelos de gerenciamento, ordenamento e manejo pesqueiro adequados às capacidades ambientais de cada ecossistema e que busquem integrar diversos sujeitos nos processos de tomada de decisão, como as mulheres, pescadores, comerciantes e outros.

REFERÊNCIAS

FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of world fisheries and aquaculture**. Sustainability in action. Roma, 2020. 244p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca9229en/ca9229en.pdf>>. Acesso em: 25/10/2020.

PEQUENO GLOSSÁRIO DE TERMOS POPULARES DOS PESCADORES ARTESANAIS DO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS

CONCEIÇÃO, Nilmar

MACHADO, Viviane

RESUMO

Este texto intercientífico é um pequeno glossário, onde são apresentados os termos utilizados por pescadores e pescadoras do Estuário da Laguna dos Patos. As palavras apresentadas neste glossário fazem parte do conhecimento das comunidades do Estuário Laguna dos Patos no Rio Grande do Sul, especialmente da Colônia de Pescadores Z3 de Pelotas e da Ilha dos Marinheiros do Rio Grande.

Palavras-chave: Glossário. Saberes Populares. Concepções. Laguna dos Patos.

“Hoje o lameirão está navegável, após dois dias com saragaço de rebojo, calmaria até na croa. Aproveito para colocar alguns aviãozinhos na andaina. Ao lado umas feiticeiras para o agache. É dia de pegar a bateira, issar o pano, juntar alguns calões, o gambito, a gancha e partir para mais um dia de acionar a boeira, tafulios e paneiros em ordem. Ancoróte na água e torcer para uma boa pescaria”.

Se você teve dificuldade para ler esse texto, leia o nosso glossário. É assim que nós pescadores e pescadoras artesanais falamos no Estuário do Lagoa dos Patos, no sul do Brasil.

Esse glossário foi elaborado a partir do diálogo entre uma pescadora da Ilha dos Marinheiros – Rio grande, e um pescador da Colônia Z3 – Pelotas, então em alguns lugares da Lagoa dos Patos os termos e significados podem ser diferentes.

APRESENTAÇÃO

Nós, pescadores e pescadoras artesanais, que participamos de entidades representativas e movimentos sociais, muitas vezes nos deparamos com termos técnicos e científicos que não entendemos. Esses termos não fazem parte do dia-a-dia nas comunidades, das nossas visões de mundo, ou do sentido que damos às coisas. Mas temos, muitas vezes, que nos apropriar desses conhecimentos para participar de debates importantes sobre a gestão da pesca, dos direitos dos pescadores e das pescadoras, e da luta pelo território.

Por outro lado, também temos saberes, que são construídos em relações comunitárias e na pesca. Os primeiros saberes da pesca, geralmente aprendemos com nossas avós e mães pescadoras, que nos ensinam como lidar com o pescado no beneficiamento, os cuidados para que o fruto da natureza seja alimento na mesa de muitas pessoas, elas geralmente nos introduzem também aos saberes relacionados ao cuidado com os apetrechos de pesca, como remendar redes. Mas nossos saberes são muitos, sabemos sobre o tempo e sobre o vento, sobre localização, sobre a água, sobre o ciclo de vida das espécies e sobre a forma que elas se movimentam nos rios, lagoas e mar.

Assim como os companheiros pesquisadores das universidades e técnicos de muitas instituições criamos palavras, que dão conta dessa combinação de formas de saber e de fazer. Para as ciências essas palavras, que

chamam de conceitos, são generalizações, as nossas, ao contrário, demonstram o específico. Algumas delas são comuns na pesca artesanal em todo o Brasil, outras serão encontradas em regiões, outras em uma parte do estado, algumas em determinado municípios, havendo outras reconhecidas somente no âmbito de determinada comunidade.

Essas palavras que trazemos nesse glossário fazer parte dos saberes dos pescadores e pescadoras do Estuário da Laguna dos Patos no Rio Grande do Sul, especialmente das comunidades da Colônia de Pescadores Z3 de Pelotas e da Ilha dos Marinheiros de Rio Grande.

GLOSSÁRIO

1. **Agache:** O sistema de divisão do lucro da pescaria em partes iguais, sem descontar os gastos. Ocorre quando a pescaria não foi muito boa.
2. **Albitana:** É a *panagem*(34) da rede *feiticeira* (22) que tem a malha maior. Serve para que peixes, como o bagre, fiquem enredados.
3. **Ancoróte:** Também chamado de *ferro*. Diminutivo de uma âncora. Serve para segurar a embarcação quando está parada.
4. **Andaina:** Também pronunciada como andana. É um conjunto formado de redes e *calões*(17), que delimitam um território de pesca, de um ou mais pescadores, geralmente na pesca do camarão.
5. **Avião ou Aviãozinho:** São as redes de espera que são colocadas na *andaina*(4) para a pesca do camarão na Lagoa dos Patos. São partes do aviãozinho a manga, boca, o corpo e funil.
6. **Baliza:** É uma vara mais grossa, geralmente de eucalipto, que serve para fixar a embarcação na *andaina*(4).
7. **Batedor:** Também conhecido como cuia. É um apetrecho usado pelos pescadores para retirar a água da embarcação. Originalmente era feito de cuia (Porongo), mas atualmente mais frequente de plástico de garrafa pet.
8. **Bateira:** É uma embarcação de pequeno porte, geralmente mede de quatro a cinco metros de comprimento.
9. **Berimbau:** É uma rede de arrasto de pesca do camarão, de pequeno porte, puxada geralmente por uma pessoa. É atualmente proibida na Lagoa dos Patos, mas muito utilizada pelos pescadores eventuais. Em alguns casos, vários berimbaus podem ser puxados por embarcação, aumentando a pesca predatória.
10. **Boeira:** Também conhecida como *Chupão*, *Chupador*, ou *Chupin*. É um apetrecho criado pelos pescadores para drenar a água da embarcação, por meio de um furo que é feito no fundo, no qual é colocado um cano que vai até a hélice.
11. **Bombóio:** É um tipo de pescaria semelhante à rede de espera. Nessa pescaria largue-se a rede na lagoa, e com uma corda segura-se a ponta da rede. Pesca tainha e corvina, por exemplo.

12. **Bordugue:** Sarrafo, filete de madeira, que vai de popa à proa. Para proteger a madeira principal da embarcação.

13. **Bote:** Pronunciado bóte. Embarcação semelhante à *bateira*(8), mas de porte maior, medindo de oito a dez metros. O formato foi trazido pelos portugueses.

14. **Brasão:** Documento da embarcação de pesca fornecido pela Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP). Tem um brasão, e por isso os pescadores deram esse nome. A própria SAP já usa essa denominação.

15. **Caíco:** Embarcação de pequeno porte (mede de quatro a cinco metros de comprimento), se diferencia da *bateia*(8) pelo formato.

16. **Calinga:** Fica no fundo da embarcação, é uma madeira quadrada com um furo no meio, onde se fixa o mastro do *pano*(50).

17. **Calão:** São varas de eucalipto utilizadas para fixar as redes.

18. **Cambito:** Também pronunciado gambito. Apetrecho criado pelos pescadores, composto por um pedaço de madeira com um prego na ponta que serve para separar os peixes e camarões.

19. **Canoa:** Embarcação de grande porte, costuma medir de oito a dez metros. Se diferencia do *bote*(13) pelo formato, que é mais arredondado.

20. **Croa:** Também pronunciada como *coroa*. São as partes mais rasas da lagoa, longe das margens. Por exemplo, em locais onde a profundidade do entorno é de aproximadamente dois metros, a croa tem profundidade de 30 centímetros, ou até aparece na superfície.

21. **Encala:** São fios que pretendem as malhas da rede na corda.

22. **Feiticeira:** Feiticeira é uma rede que tem três panagens. A do centro é de uma malha menor e as duas de fora são de malhas bem maior. A feiticeira é mais utilizada para pescar bagre.

23. **Filame:** São fios colocados na vertical para que a rede fique frouxa. Fica parecida com a *feiticeira*(22), pois enreda o peixe. Como feiticeira é proibida se usa filame.

24. **Fok:** Um banco que fica perto da proa da embarcação. Tem um furo que serve pra colocar o mastro do *pano*(50).

25. **Gancha:** Também conhecida como forca ou croqui. É parecida com uma forquilha (formato de pé de galinha) de madeira presa em uma taquara para remar no lameirão.

26. **Ladino:** Aquele que nas negociações que tenta tirar proveito dos outros. Também chamado de picareta.

27. **Lambão:** Pescador que não tem cuidado com seus apetrechos de pesca. Falta capricho.

28. **Lameirão:** Também se pronuncia lamerão. Parte do fundo da lagoa que fica entre o canal e a *croá*(20), pode ser dragado ou por natureza, e costuma ser um caminho para as embarcações.

29. **Lorão:** Como chamam os pescadores que não casaram.

30. **Malheira:** É uma madeira quadrada que serve para padronizar o tamanho da malha da rede. Se usa para confeccionar redes.

31. **Manjoada:** Também se pronuncia manzoada. É uma rede de espera que é colocada à tardinha, e retirada no outro dia.

32. **Naba:** É um período de pescaria muito ruim, de pouca fartura de peixe. Se fala que o pescador ficou ou está na naba.

33. **Nassa:** É um apetrecho para tirar o peixe da rede e colocar na embarcação. Feito de taquara, argola e rede, como se fosse uma cesta de basquete fechada, com um cabo.

34. **Panagem/Pano de rede:** É a rede que se forma a partir das malhas.

35. **Paneiro:** É uma estrutura de madeira móvel, colocada como se fosse o assoalho da embarcação.

36. **Patrão:** Dono da embarcação.

37. **Prancha:** É um apetrecho de madeira ou ferro utilizada nas redes de arrasto, proibidas na Lagoa dos Patos.

38. **Proeiro:** É um parceiro de pesca, que trabalha junto com o *patrão*(36).

39. **Rebojo:** É o vento sul, bastante forte, também conhecido como Minuano, no Rio Grande do Sul. No inverno, quando está rebojando, está muito frio.

40. **Relar:** Na comunidade quando alguém está reclamando, resmungando se diz que está relando.

41. **Saquinho:** Arte de pesca do camarão semelhante ao *aviãozinho*(5), a diferença é que na pesca de saquinho não se utiliza luz pra atrair o camarão.

42. **Saragaço:** Confusão, agito, quando tem muitas pessoas envolvidas, uma movimentação.

43. **Sarralho:** Expressão que se diz quando a pescaria foi de pouca quantidade.

44. **Tafúlio:** São madeiras que separam os apetrechos dos peixes dentro da embarcação.

45. **Tralha:** São as cordas que sustentam os *panos de rede*(34).

46. **Traqueíte**: Banco do meio da embarcação. No *bote*(13) o mastro pode ficar neste banco.

47. **Mezena**: Banco da popa da embarcação.

48. **Trólha**: É uma pesca de arrasto, proibida na Lagoa dos Patos. Uma rede de grande extensão (em torno de 500 metros) que cerca o peixe, que é recolhido com a *nassa*(33).

49. **Tunís**: É a parte de trás da embarcação, onde fica o eixo de ferro que prende a hélice ao motor (ou caixa de embreagem). Quando tem lona pra proteger da umidade chamam de boneca.

50. **Pano**: Mesmo significado de vela da embarcação.

SMALL GLOSSARY OF POPULAR TERMS OF ARTISANAL FISHERMEN IN THE LAGUNA DOS PATOS ESTUARY

ABSTRACT

This inter-scientific text is a small glossary, where are presented terms used by fishermen and fisherwomen from the Laguna dos Patos Estuary. The words presented in this glossary are part of the knowledge of communities from the Laguna dos Patos Estuary in Rio Grande do Sul, especially from the Z3 Fishermen Colony of Pelotas and the Ilha dos Marinheiros of Rio Grande.

Keywords: Glossary. Popular Knowledge. Conceptions. Laguna dos Patos.

PEQUEÑO GLOSARIO DE TÉRMINOS POPULARES DE PESCADORES ARTESANALES DEL ESTUARIO DE LA LAGUNA DOS PATOS

RESUMEN

Este texto intercientífico es un pequeño glosario, donde se presentan términos utilizados por pescadores y pescadoras del Estuario Laguna dos Patos. Las palabras presentadas en este glosario son parte del conocimiento de las comunidades del Estuario Laguna dos Patos en Rio Grande do Sul, especialmente de la Colonia de Pescadores Z3 de Pelotas y la Ilha dos Marinheiros de Rio Grande.

Palabras-clave: Glosario. Conocimiento popular. Concepciones. Laguna dos Patos.